

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

31/03/2020 16:00

Contribuinte pode emitir nota fiscal avulsa pelo site da SefazBa

Os contribuintes baianos que se enquadram como Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e produtores rurais não inscritos no cadastro do ICMS da Bahia podem emitir a nota fiscal avulsa por meio do site da Secretaria da Fazenda do Estado (SefazBa), no canal Inspetoria Eletrônica => Nota Fiscal.

Em caso de dúvida, basta acessar a [Carta de Serviços ao Cidadão](#) e consultar os documentos necessários e as situações em que o contribuinte deve emitir a nota fiscal avulsa. Caso encontre qualquer dificuldade para a emissão do documento fiscal, o cidadão deve entrar em contato com o call center da Sefaz-Ba por meio dos telefones 0800 0710071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, com a suspensão do atendimento presencial devido à epidemia de Covid-19, o suporte via telefone foi intensificado para fornecer toda a orientação necessária ao contribuinte. "Nossos colaboradores foram orientados a oferecer, via atendimento telefônico, todo o suporte necessário para que o contribuinte emita a nota fiscal avulsa, acompanhando passo a passo caso haja necessidade", ressalta o superintendente.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

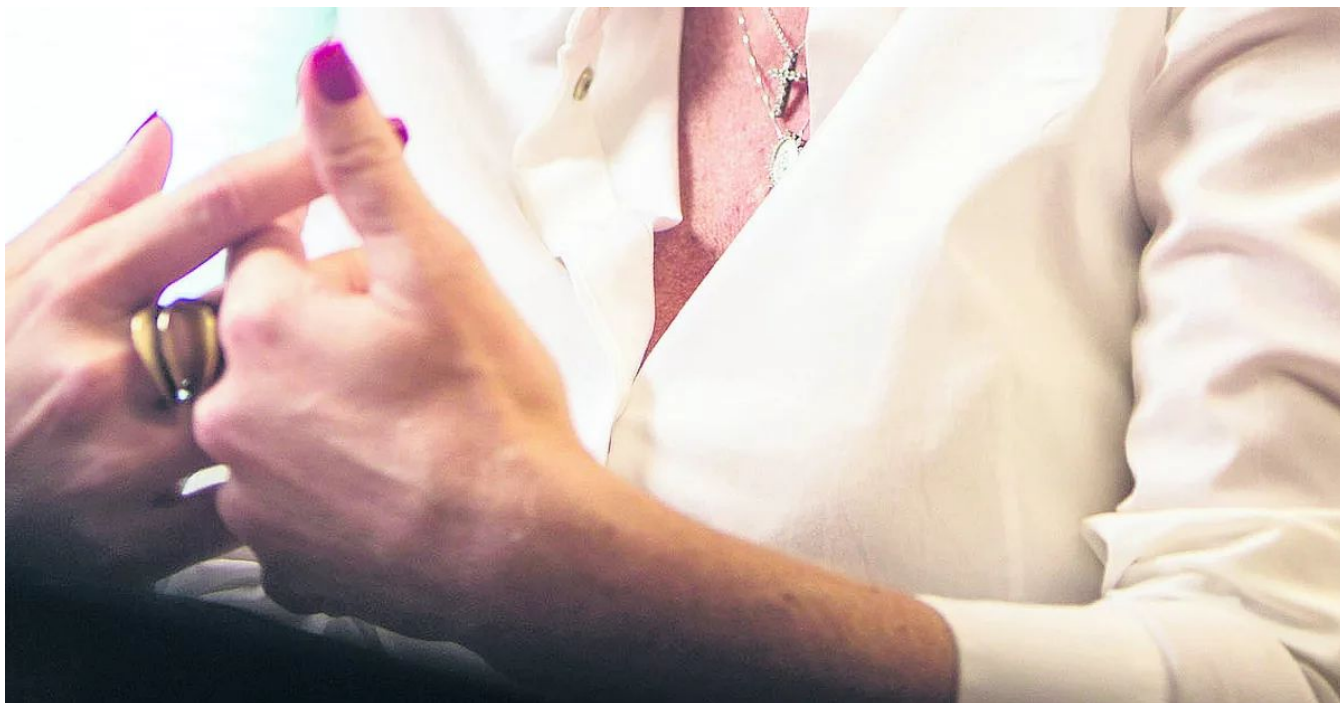
Mesmo com suspensão da dívida, situação de Estados é delicada

Analistas veem desafio a Estados depois que crise passar

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

01/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 minutos





Ana Carla: após a crise é possível que seja preciso nova renegociação de dívidas — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

Depois das transferências de recursos diretos para a saúde, a recomposição dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a suspensão do pagamento da dívida são consideradas duas medidas com efeito mais imediato dentro do pacote de ajuda da União aos governos estaduais para amenizar os impactos financeiros da pandemia.

Apesar de importantes, as medidas devem ter alcance financeiro limitado, segundo analistas, já que 17 Estados já estão com o pagamento da dívida suspensa e a maior relevância do FPE é concentrada em menos da metade dos Estados.

- **Investimento público em 2019 não repôs depreciação**

Peso do FPE

Recursos em relação a despesas correntes e de pessoal em 2019 - %

Estado	Cota-Parte do FPE (R\$ bilhões)	FPE/despesas correntes	FPE/despesa de pessoal
Acre	3,40	61,99	91,33
Alagoas	4,13	54,64	79,71
Amazonas	2,87	17,76	34,93

Estado	Valor (R\$ bilhões)	Valor (R\$ bilhões)	Valor (R\$ bilhões)
Amapá	3,32	80,48	116,28
Bahia	9,05	21,82	40,40
Ceará	7,05	31,53	60,63
Espírito Santo	1,55	12,95	20,68
Goiás	2,75	10,87	15,98
Maranhão	6,98	51,11	78,90
Minas Gerais	4,38	5,38	9,21
Mato Grosso do Sul	1,33	11,85	16,26
Mato Grosso	2,22	14,34	18,53
Pará	6,00	26,33	46,95
Paraíba	4,60	49,50	70,45
Pernambuco	6,68	22,54	41,45
Piauí	4,22	41,30	62,87
Paraná	2,75	6,17	10,62
Rio de Janeiro	1,63	2,83	3,97
Rio Grande do Norte	4,07	40,93	51,89
Rondônia	2,79	43,36	63,57
Roraima	2,47	76,84	112,20
Rio Grande do Sul	2,18	3,97	7,08
Santa Catarina	1,22	5,25	7,84
Sergipe	4,02	49,19	74,35
São Paulo	0,96	0,47	1,05
Tocantins	4,14	52,81	70,53

Fonte: STN/Siconfi, com elaboração do Valor Econômico

Num movimento iniciado por São Paulo, nas últimas duas semanas 12 Estados obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender o pagamento da dívida com a União por seis meses e destinar os recursos no combate à covid-19. Além desses entes, outros quatro Estados não pagam o serviço da dívida com base em medidas judiciais anteriores à crise com a pandemia. São Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio Grande do Norte. O Rio de Janeiro também tem o pagamento da dívida suspenso, mas por estar no Regime de Recuperação Fiscal. São, portanto, 17 Estados ao todo que não devem pagar a dívida com a União durante seis meses. Segundo dados do Tesouro Nacional, as prestações dos 17 entes somam R\$ 2,85 bilhões, o que corresponde a 98% do que os Estados pagariam mensalmente à União.

Levantamento do **Valor** com base nos dados de 2019 mostra que dentre os 26 Estados do país, em sete o valor transferido de FPE garante pagamento de mais da metade da despesa corrente e em 12 equivale a mais de 50% dos gastos com pessoal e encargos sociais. Ao mesmo tempo, em seis Estados o valor do FPE paga menos de 10% das despesas correntes. Entre eles, Estados já com situação fiscal difícil, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em Goiás, outro Estado com equilíbrio fiscal delicado, o FPE cobre 10,9% dos gastos correntes. Foram consideradas as despesas liquidadas.

O quadro mostra que garantir os níveis de FPE pode contribuir fortemente para amenizar os impactos do novo coronavírus nas receitas de alguns dos Estados menos populosos e com menor PIB no Norte e Nordeste mas, para outros, a situação é bem mais complicada, avalia o economista Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

Manter o nível de valor do fundo não é suficiente justamente para Estados com população maior e por isso, maior necessidade natural de diversidade de serviços públicos. “E há uma coincidência negativa já que nesse grupo estão também os Estados que estão com maior dificuldade em termos de quadro fiscal.”

Já a corrida dos Estados ao Judiciário para suspender o pagamento da dívida mostra a busca por uma medida de efeito mais imediato, diz George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, Estado que na segunda obteve liminar para não fazer o pagamento da prestação à União que vence no mesmo dia.

O parcelamento prometido pela União, explica o secretário, deve ser incluído no projeto do Plano Mansueto, PLP 149/2019, assim como outras medidas bem-vindas. Mas há, conta, necessidade urgente de receitas para fazer frente à iminente queda de arrecadação em abril e o projeto deve demorar cerca de duas semanas para ser aprovado. De qualquer forma, será importante a aprovação de lei garantindo a suspensão da dívida, conforme o pacote anunciado pela União, para dar segurança jurídica aos Estados. A medida judicial foi procurada também por entes com situação fiscal mais confortável. Espírito Santo, único Estado com nota “A” no rating do Tesouro Nacional, também conseguiu liminar do STF no último dia 30.

Em Alagoas, diz Santoro, tanto a suspensão de dívida quanto a recomposição do FPE são medidas representativas. O repasse do FPE equivale a 54,6% da despesa corrente do Estado e a 79,7% da despesa de pessoal. Mesmo assim, contabilizando o efeito de todas as medidas já anunciadas pelo governo, diz, parte do impacto ainda será suportado pelo Estado, conforme o nível de queda de arrecadação. Por enquanto, se espera redução de 10% na receita de ICMS, segundo Santoro.

O cenário atual, diz Pires, mostra que à frente haverá um desafio substancial aos Estados na saída da atual crise. Será preciso, diz, avaliar a situação para que seja possível a reorganização das finanças. “Em particular na forma como lidar com a questão federativa. Os programas implementados desde 2016 não conseguiram dar uma solução completa ainda”, diz o economista, citando período da última renegociação de dívidas entre Estados e União. Em 2016 a dívida foi renegociada em troca do compromisso dos Estados de obedecer a um teto de gastos primários.

Alguns Estados já estavam com as contas deterioradas do ponto de vista fiscal e passada a crise atual, o problema irá bater no caixa dos Estados e é possível que seja necessária uma nova renegociação de dívidas, diz a economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman. Para ela o pacote do governo federal está no caminho certo, mas, com exceção das medidas de transferência direta de recursos para a saúde, há pouco efeito imediato na liquidez.

Ana Carla avalia que não é possível dimensionar neste momento o tamanho do problema fiscal que os Estados poderão ter. “E neste momento a prioridade é a de salvar vidas. Mais tarde é que isso poderá ser contabilizado e aí será preciso um programa de médio prazo para consolidação fiscal dos Estados”, diz ela. Nesse sentido, é importante que medidas como o Plano Mansueto estabeleçam não somente o arcabouço jurídico para as medidas emergenciais como também para o ajuste estrutural que os Estados precisarão fazer.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador

HAIR POWER

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 01/04/2020	Página: A2

Redução de receita no TJ-BA

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargador Lourival Trindade, e dirigentes de sindicatos do setor judiciário se reuniram para debater respostas à queda de receita anual a corte capaz de alcançar R\$ 200 milhões, graças à pandemia do coronavírus. Na reunião, gráficos e números foram apresentados pela equipe de secretários do tribunal a fim de conferir os efeitos da redução de 75% da arrecadação nos cofres do Poder Judiciário baiano. A previsão inicial da Secretaria de Planejamento do TJ-BA é de queda da receita anual da ordem de R\$ 200 milhões, o que pode resultar em comprometimento de contratos, terceirizados e verbas pagas a servidores e magistrados.

COVID-19 Como forma de minimizar efeitos da pandemia, bancos como Caixa, BNDES e BNB divulgaram novas ações

BANCOS OFICIAIS ANUNCIAM APORTE PARA EMPRESAS E PESSOAS FÍSICAS

FÁBIO BITTENCOURT

Como forma de minimizar os impactos causados pela pandemia de coronavírus e socorrer empresas, pessoas físicas, estados, e municípios, bancos como Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BNB), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram uma nova rodada de ações "emergenciais" que, somadas, chegam a R\$ 200 bilhões em crédito -, além de medidas como repactuação de dívida, redução das taxas de juros, entre outros.

A Caixa, por exemplo, divulgou que aumentou de R\$ 78 bilhões para R\$ 110 bilhões recursos destinados ao Capital de Giro, compra de carteiras, financiamento agrícola e de Santas Casas; e que reduziu os encargos de linhas de empréstimos em

até 41,4%, como cheque especial PF (4,95% ao mês para 2,9%), parcelado do cartão de crédito (7,7% ao mês para 2,9%), capital de giro (2,7% ao mês para 1,51%), o chamado Caixa Hospitais (0,96% ao mês para 0,8%), e penhor (2,1% ao mês para 1,99%).

A instituição anunciou ainda outras medidas de apoio a micro e pequenas empresas, tais como a criação de linhas de crédito específicas para o segmento (incluindo para a manutenção da folha de pagamento); a possibilidade da antecipação de recebíveis de cartões com taxas de 0,99% ao mês; a suspensão do recolhimento do FGTS em março, abril e maio de 2020 -, e o parcelamento dos meses não pagos em até seis vezes.

Já o BNDES divulgou a liberação de R\$ 97 bilhões para o estímulo à economia -, como a transferências de re-

ursos do PIS / Pasep para o FGTS (R\$ 20 bilhões); suspensão de pagamentos / financiamentos por até seis meses (R\$ 30 bilhões); capital de giro (R\$ 5 bilhões); crédito para folha de pagamento (R\$ 40 bilhões); e para empresas da área da saúde (R\$ 2 bilhões). O Banco informou ainda que prepara um pacote de ajuda finan-

O BNDES, por exemplo, divulgou a liberação de R\$ 97 bilhões para ações de estímulo à economia



“Se for para contratar um empréstimo e saldar despesas de um ou dois meses, é aconselhável”

GUILHERME DIETZE, da Fecomércio

Consultor pontua que é preciso cortar custos e analisar a necessidade de crédito

ceira a setores afetados pela crise, como o da aviação.

Em vídeo publicado no YouTube, o chefe de Departamento de Clientes do BNDES, Tiago Peroba, explicou os "cinco passos" para obtenção, por exemplo, da linha de crédito Pequenas Empresas. De acordo com ele, o primeiro é (o cliente) entrar em contato com o banco de relacionamento (onde possui conta); segundo é negociar (com o próprio banco) prazos, taxas, valores. Passo número três: a instituição envia a proposta para o BNDES, que analisa "em menos de um minuto". Depois disso é a transferência do recurso para o banco, e, em seguida, a liberação do dinheiro (em até 24 horas).

Cenário complicado

Para o professor de economia e finanças Antonio Carvalho todo o conjunto de

medidas vem em uma boa hora, visto que "80% das empresas do país são micro e pequenas", cuja reserva média de caixa (delas) dura no máximo até um mês, no caso de não faturamento, ele explica. Ele destaca ainda que "teorias econômicas são construídas a partir de erros e acertos", e que o governo precisa atuar, em um cenário como esse, como árbitro e agente econômico que regula o setor, estabelecendo regras de mercado".

"O cenário é muito complicado. Essas medidas de socorro às PME's são de preservação dos empregos, mas são paliativas, ou seja, não são suficientes para anular o impacto. Vamos ter recessão, não tenha dúvida. Empresas maiores também estão paradas, está tudo parado", afirma o professor.

Segundo o analista da Federação do Comércio de

Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio), Guilherme Dietze, no momento as condições de crédito são especiais, mas o consumidor e/ou empresário precisa fazer o dever de casa, cortando custos e analisando a real necessidade.

"Se for para contratar um empréstimo e saldar despesas de um ou dois meses é aconselhável, mas se a crise for até setembro, por exemplo, nem o crédito facilitado vai resolver", fala Dietze.

O BNB foi outro que anunciou prorrogação dos pagamentos de parcelas de empréstimos e financiamentos por até seis meses - entre outras medidas tendo como foco as micro e pequenas empresas. "Reduzimos a taxa de juros do capital de giro para 0,35% ao mês, e pagamento em 36 meses", diz o superintendente na Bahia José Gomes da Costa.

Bolsa de Valores despenca 30% e dólar sobe 16% em março

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

O agravamento da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus causou a deterioração do mercado financeiro em março. O dólar fechou o mês com alta de 15,92% e, em diversos momentos nas últimas semanas, atingiu o maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real. A bolsa de valores caiu 29,9% e teve o pior trimestre da história.

Ontem, o dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,194, com alta de R\$ 0,012 (+0,23%). Esse é o segundo maior valor nominal da moeda norte-americana, só perdendo para o recorde de 18 de março, quando havia fechado em R\$ 5,198. A divisa acumula alta de 29,44% em 2020, com muitos investidores comprando dólares para cobrir perdas no mercado financeiro.

Ao longo do dia a cotação

chegou a bater em R\$ 5,21, mas o Banco Central (BC) interveio no câmbio. No meio da tarde, a autoridade monetária vendeu US\$ 755 milhões das reservas internacionais. No início da noite, o BC anunciou que rolará (renovará) integralmente US\$ 4,9 bilhões de contratos de swap cambial – que equivalem à venda de dólares no mercado futuro – que venceriam em maio.

No mercado de ações, o dia foi marcado por perdas. O índice Ibovespa, da B3, a bolsa de valores brasileira, fechou esta terça aos 73.020 pontos, com baixa de 2,17%. No ano, o Ibovespa acumula queda de 36,86%. A bolsa brasileira seguiu o mercado de ações norte-americano. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou o dia com recuo de 1,84%.

No plano internacional, o mercado ainda reflete a prorrogação das medidas de restrições sanitárias nos Estados Unidos até o fim de abril. A

indicação de que a recessão provocada pela pandemia será mais intensa que o previsto provoca turbulências em todo o planeta. No Brasil, os mercados também refletem a recessão já projetada pelo Boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, que prevê queda de 0,48% no PIB em 2020.

Petróleo

A intensificação da guerra de preços do petróleo entre Arábia Saudita e Rússia também contribuiu para abalar o mercado. Os dois países estão aumentando a produção de petróleo, o que provoca uma queda mundial nos preços.

A decisão derrubou o preço do barril do tipo Brent para US\$ 22,74, no menor nível desde 2002. As ações da Petrobras, as mais negociadas na bolsa, no entanto, subiram. Os papéis ordinários (com direito a voto) subiram 5,21% ontem.

De repente toda a população entrou em alerta ante o bombardeio de notícias sobre o estrago que o coronavírus vem fazendo mundo afora. Algumas emissoras de TV até tornaram-se monotemáticas, excluindo de suas telas todos os demais assuntos e acontecimentos; governantes atônitos começaram a adotar providências que mimetizam as medidas que têm sido postas em prática em outros países, a mais abrangente delas, o distanciamento social.

De repente, perdeu-se completamente a noção do federalismo. Embora o Brasil seja territorialmente do tamanho da Europa, não se trata aqui de um conjunto de nações independentes. Lá, onde são países independentes, todos fazem questão de seguir as instituições da União Europeia; aqui, ao contrário, tão logo o vírus anunciou sua chegada, cada estado-membro houve por bem precipitar providências, antes mesmo que o Ministério da Saúde - cuja competência agora todos reconhecem - tivesse emitido as suas orientações. Os governadores no Nordeste, em sua autossuficiência, chegaram até a pedir apoio ao governo... da China, antes mesmo de se dirigirem a Brasília. Ridículo!

Enquanto isto o Ministério

da Saúde tratava de organizar-se para o combate ao vírus, munindo-se de conhecimento científico, produção de insumos, elaboração de protocolos indispensáveis à expansão e operação do SUS, a tempo e a hora. Os governadores esqueceram-se de que o SUS foi criado pela Constituição de 1988 para prover um direito universal - atender a todos os brasileiros - através de um sistema único, com estrutura hierarquizada e regionalizada, da qual fazem parte, com comitês bipartites e tripartites e transferências fundo a fundo. Atravessaram o samba na avenida!

Logo começou a surgir a percepção das graves conse-

Artigo Waldeck Ornélas

Coronavírus, Previdência e bom senso

O Brasil tem estruturas sólidas nas quais podemos confiar, a exemplo do SUS e do INSS

quências econômicas e sociais que essas medidas provocariam.

Não é sem razão que a primeira medida anunciada pelo governo federal para combater a paralisia econômica foi a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas do INSS (R\$ 48 bilhões). Trata-se de um imenso contingente de nada menos que 35,6 milhões de beneficiários, com piso

igual a um salário mínimo, renda monetária e estável, concentrada no segmento de população mais vulnerável ao vírus - os idosos.

Quando ministro da Previdência e Assistência Social cuidei de dar visibilidade à importância social do INSS e ao seu peso nas economias locais, destacando que a massa de benefícios previdenciários é superior à cota-parte do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios, na imensa maioria dos municípios brasileiros; por ter renda certa e permanente o aposentado é o membro da família que tem crédito no comércio, junto às micro e pequenas empresas locais (anos depois foram co-

optados para o crédito consignado); além de ser uma grande parte dos aposentados constituída por trabalhadores rurais, que praticamente não contribuem - situação que a nova Reforma Previdenciária não alterou - fazendo com que a Previdência brasileira se destaque, também, como um dos maiores programas de renda mínima do planeta.

E o INSS conta ainda com o maior banco de dados da população brasileira empregada - o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), um importante e estratégico instrumento de gestão, e por isso é também o administrador do Benefício de Prestação de Continuada (BPC), de natureza assistencial, e do defeso pago ao pescador, de natureza ambiental.

Nossas autoridades não podem ficar atordoadas diante de situações críticas e eventos extraordinários. Nem é preciso começar do zero. O Brasil tem estruturas sólidas nas quais podemos confiar, a exemplo do SUS e do INSS.

É preciso muita calma nesta hora. Como ensinam os mais velhos, bom senso e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

WALDECK ORNELAS É ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL E EX-SERETÁRIO DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA.

BA: Salvador tem 60% dos casos de Covid-19

BALANÇO A Bahia registrou 41 novos casos de infectados pelo novo coronavírus nas últimas 24 horas. O número de casos confirmados em todo o estado já chega a 217, segundo o boletim divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab).

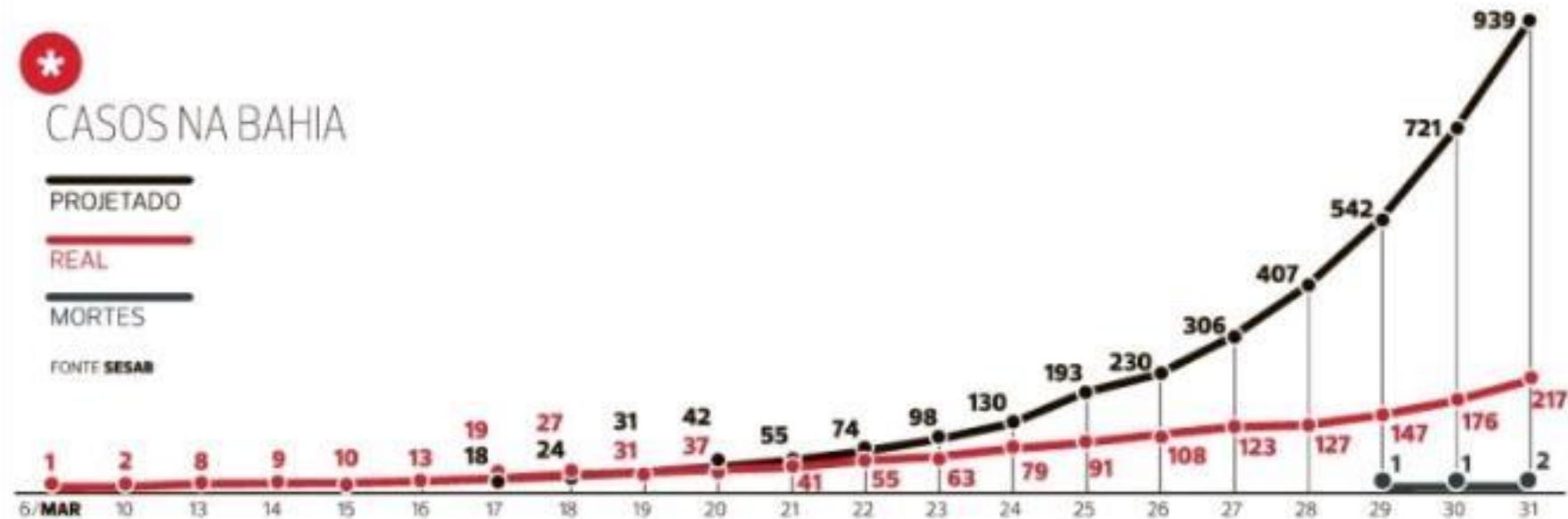
Em Salvador, já são 127 casos confirmados (cerca de 60% do total de confirmações na Bahia). O número de mortes pela Covid-19 na Bahia permanece em 2. As duas vítimas eram residentes em Salvador, tinham acima de 60 anos e apresentavam co-

morbidades (outras doenças) associadas. Outras nove mortes são investigadas.

Até o momento, 1.393 casos foram descartados após exames e outros 4.279 são investigados. Ao todo, 17 pessoas estão curadas e 42 encontram-se internadas.

A segunda cidade em números de casos é Feira de Santana, com 17 ocorrências, seguida de Lauro de Freitas, com 11 enfermos.

Dentre os casos confirmados no Estado, 54,38% são do sexo masculino e 45,62% do sexo feminino.



COMITÊ DO NE BUSCA SOLUÇÕES PARA ENFRENTAR VÍRUS

AÇÕES Uma videoconferência realizada ontem reuniu os membros do Comitê Científico do Consórcio Nordeste e o presidente da entidade, o governador Rui Costa. No encontro virtual, o grupo, formado por cientistas, pesquisadores e físicos brasileiros, fez a apresentação preliminar da metodologia que irão usar para ajudar os nove governadores da região a embasarem cientificamente as ações para combater a pandemia.

De acordo com Rui, o Comitê, criado anteontem, terá papel fundamental na guerra contra o coronavírus. “Montar um conselho científico de pesquisadores que são ou possuem relação com a região e que participam de grupos internacionais de pesquisa que estão acompanhando as ações e medidas relacionadas ao novo coronavírus foi uma decisão dos nove governadores”, disse.

Entidades varejistas reclamam de alta dos juros durante pandemia

SISTEMA FINANCEIRO Associações de lojistas encaminharam anteontem ao Banco Central e ao Ministério da Economia uma carta em que denunciam aumento de taxas de juros em operações voltadas ao comércio após a chegada da pandemia do coronavírus ao país. Em alguns casos, os reajustes chegaram a 70%, segundo os empresários.

O documento argumenta que essa atitude vai na contramão do plano do governo de ampliar o crédito para amenizar o impacto econômico da crise sobre as empresas. Os varejistas cobram a promessa do governo de ajudar a economia neste momento de crise e destacam que comércio e serviços somam 5 milhões de empresas no país e empregam mais de 26 milhões de pessoas, respondendo por cerca de 70% do PIB.

O texto diz que bancos estão elevando taxas de juros em operações de capital de giro, antecipação de recebíveis e outras. A carta foi endereçada ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ao ministro da Economia, Paulo Guedes: "Nos questionamos sobre o prazo que os empregadores conseguirão sustentar a folha de pagamento, além dos custos com matéria-prima, alugueis, fornecedores, impostos e taxas."

Assinam a carta a associação de shoppings Abrasce, pelo Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), associações comerciais e de franquias, além de dirigentes lojistas. Procurados, a Federação Brasileira dos Bancos, o BC e o Ministério da Economia não quiseram comentar o assunto. Além de reclamar dos bancos, as entidades que assinam o documento pedem outras medidas de auxílio direto aos negócios

'Orçamento de guerra' já chega a 2,6% do PIB, afirma Guedes"

GOVERNO O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que as medidas tomadas pelo governo para reduzir os efeitos da crise do coronavírus já equivalem a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Durante entrevista coletiva concedida à imprensa no Palácio do Planalto, Guedes listou ações já anunciadas até agora e afirmou que outras medidas devem ser lançadas nos próximos dias, como um total de R\$ 150 bilhões em posterga-

ção no pagamento de impostos. Apesar do atraso no pagamento do auxílio de R\$ 600 a trabalhadores informais, o ministro afirmou que a ordem do presidente Jair Bolsonaro é que nenhum brasileiro fique para trás.

"Nós já chegamos a 2,6% do PIB neste Orçamento de Guerra, que eu chamo de medidas emergenciais. Já tínhamos um déficit estrutural de 2,6%, estamos em 5,2% global e vamos subir. Vamos continuar a subir,

porque a instrução do presidente foi não deixar nenhum brasileiro para trás".

Apesar da comemoração do ministro, o volume de recursos públicos anunciado ainda é modesto em comparação ao que outros países estão investindo. Dados levantados pelo pesquisador Manoel Pires, do Observatório de Política Fiscal do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas, apontam que, até a semana passada, os Estados Unidos haviam gasto 5,4% do seu PIB em medidas para mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise do coronavírus, a Alemanha, 6%; e a Espanha, 8,5%.

O ministro disse que para evitar problemas no abastecimento de alimentos e bebidas no país durante a pandemia do coronavírus, o Ministério da Agricultura montou um comitê de crise para monitorar e propor estratégias. Uma das suas funções será projetar cenários e elaborar propostas sobre impactos que poderão ocorrer nos sistemas produtivos, nos mercados e na demanda. Supermercados, casas agropecuárias e redes de transportes estão entre os segmentos que serão acompanhados.

Ministro disse que as medidas já somam recursos da ordem de R\$ 750 bi

MARCELLO CASAL JR / AGENCIA BRASIL



CONTAS PÚBLICAS TÊM DÉFICIT DE R\$ 20,9 BILHÕES

BALANÇO As contas públicas tiveram saldo negativo em fevereiro. De acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), o setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, registrou déficit primário de R\$ 20,901 bilhões no mês passado. Em fevereiro de 2019 o resultado negativo foi menor: R\$ 14,931 bilhões. O déficit de fevereiro é o maior para o mês desde 2017. O resultado primário é formado por receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros.

Bolsa tem o pior trimestre da história

MERCADO A Bolsa brasileira teve o pior trimestre de sua história, devido ao impacto da pandemia de coronavírus na economia global. O Ibovespa, principal índice do mercado de ações do país, acumulou tombo de 36,86% nos três primeiros meses do ano, segundo levantamento da consultoria Economática. Até então, a maior queda registrada pelo indicador havia sido no terceiro trimestre de 1986, quando o Ibovespa caiu 36,25%.

O dólar, por sua vez, acumulou de janeiro a março uma valorização de 29,60% frente ao real. Somente no mês passado, a moeda americana teve uma alta de

15,98%. Ontem, em um dia de grande volatilidade, a divisa encerrou a R\$ 5,196, com ganho de 0,31%.

“Desde 2008, não vimos algo tão impactante. Mas esta crise é diferente. Os impactos afetam as cadeias globais e uma extensa rede de conexões na economia real”, disse Ilan Arbetman, analista da Ativa corretora.

Segundo analistas, as divergências entre as autoridades brasileiras sobre o isolamento social (isolamento de quem pode ficar em casa sem trabalhar) colaboram para o quadro de incertezas. Isso impulsiona a procura pelo dólar, considerado um ativo seguro.

As empresas de capital aberto brasileiras acumulam perda de R\$ 1,18 trilhão no valor de mercado em março e de R\$ 1,56 trilhão no ano. A Petrobras tem a maior queda nominal em 2020, com R\$ 223,6 bilhões.

Nos mercados de ações, o dia de ontem foi instável. A Bolsa brasileira fechou em

queda de 2,17% aos 73.019 pontos, acompanhando os índices americanos, que recuaram com o aumento no número de infectados e mortos nos EUA. Em março, O Ibovespa recuou 29,91%, a pior queda mensal desde outubro de 2008, ano da crise financeira global, quando o índice caiu 24,80%, ainda de acordo com a Economática.

Em Nova York, o índice Dow Jones perdeu 1,84%, enquanto o S&P 500, mais amplo, caiu 1,60%. A Nasdaq recuou 0,95%. A preocupação com o avanço do coronavírus é apontada por investidores como o principal motivo por trás do fraco desempenho dos mercados.

36,86%

foi o tombo da Bolsa de Valores brasileira no primeiro trimestre deste ano

Taxa de desemprego volta a subir no país, diz IBGE

PESQUISA Antes mesmo de a pandemia do coronavírus atingir o país, o desemprego já havia aumentado. O IBGE informou ontem que a taxa de desemprego em fevereiro atingiu 11,6%, contabilizando 12,3 milhões à procura de trabalho. No trimestre anterior, encerrado em novembro de 2019, o índice era de 11,2%.

O dado de fevereiro ainda não reflete os impactos das

restrições sociais e econômicas impostas pela pandemia, por isso analistas esperam uma piora a partir de março. A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia em 11 de março.

“A partir do próximo mês, o número de desalentados tende a subir mais do que o de desocupados. A justificativa é que as pessoas não terão como buscar trabalho,

principalmente por conta das medidas de restrição, como as quarentenas”, disse Daniel Duque, pesquisador de Economia Aplicada do Ibre/FGV. “O ano vai ser ruim, a questão é dimensionar o quanto ruim será”. Além disso, após o fim da quarentena, muitas pessoas podem continuar com receio de sair ou consumir serviços, o que terá reflexos no emprego.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Não há dilema entre economia e combate à pandemia. É o oposto. A economia reduz a atividade e tenta parar exatamente para evitar a recessão maior. O economista André Medici, do Banco Mundial, especializado em saúde, diz isso com números. A economia mundial pode encolher 4,9% no primeiro semestre, mas se recuperar no segundo e terminar o ano com queda de 1,5%. Se relaxar o isolamento, há mais risco de uma ressurgência do vírus e então o tombo do PIB global será de 4,7%.

Ele elaborou os dados com base nos cenários da McKinsey e Oxford Economic Analysis para este ano. O que vai acontecer segundo essas grandes consultorias é a economia ter um baque forte no primeiro semestre. O que elas dizem é que se houver um isolamento total – das atividades não essenciais, evidentemente – o custo econômico será menor.

“A China terá uma queda de 3,3% no primeiro semestre, mas termina o ano com um ligeiro negativo de 0,4%. Os Estados Unidos caem 8% no primeiro semestre, mas a retomada do segundo semestre permitirá reduzir essa recessão para 2,4%. A zona do euro sofre mais. Deve cair 9,5% no primeiro semestre e

depois reduzir essa queda para 4,4%”, diz o economista.

Só que, segundo ele, depende de como as autoridades desses países enfrentarão o desafio da pandemia em si. O que ele acha que dá certo é parar agora ao máximo para reduzir o contágio e assim diminuir o risco e a dimensão de uma segunda onda do vírus:

“É preciso o lockdown total por um tempo determinado enquanto se criam mecanismos seguros para o retorno. Isso evitará ou mitigará a ressurgência. Para se ter uma ideia, se errarmos agora e o vírus voltar com força a recessão na China será de 2,7%, a mesma coisa nos Estados Unidos. A zona do euro pode encolher 9,7%, e o mundo, ao todo, 4,7%”.

Então para evitar um desastre maior da economia é preciso exatamente parar a economia agora:

Pela economia, é melhor parar

“Essa é a maior pandemia do século. A última que houve foi a gripe espanhola que teve um enorme impacto, com 24 a 50 milhões de mortos, 25% dessas mortes na Índia. Aquele era um vírus que atingia principalmente a população em idade de trabalhar. O novo coronavírus é muito contagioso. É por isso que é preciso o lockdown. Se a parada for bem-sucedida a possibilidade de ressurgência é menor, e a economia se recupera mais rápido”.

Ele diz que é preciso pensar em duas coisas enquanto há o isolamento social dos que puderem parar. A garantia do apoio econômico aos trabalhadores que ficaram sem renda, para sustentar o isolamento, e a estratégia para a volta segura ao trabalho. Medici contou que em Nova York o governador permitiu a continuidade

dos trabalhos de construção de casas populares. Mas os trabalhadores não se sentiam seguros. Eles usavam máscaras, luvas, toda a roupa de segurança, mas a dúvida é se no banheiro ou refeitório poderiam se contaminar. As empresas então contrataram mais funcionários para o serviço de higienização e as obras puderam continuar.

“Vamos ter que entender o comportamento do vírus e ao mesmo tempo saber que tipo de proteção será possível para o negócio continuar. E os negócios com mais riscos, pelo nível de contato entre as pessoas, não poderão ser feitos. O lockdown é necessário mas é preciso pensar as saídas. Neste momento, o lockdown é fundamental pelo nível de ignorância que nós temos sobre a doença. Mas

as informações vão avançar rapidamente. Há empresas pensando em medicamentos biológicos e vacina”, diz.

Ele diz que dois países o preocupam particularmente. A Índia, pelo número grande de pessoas em cada casa, e o Brasil, pelos sinais contraditórios dados pelo próprio governo, sobre como isso será enfrentado. Ele tira o chapéu para o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, mas lamenta o clima belicoso criado pelo presidente.

A vantagem do Brasil é ter o SUS, e ele recomenda aumento forte dos gastos no sistema. Desde 2006, a OMS determinou que os países se preparassem para emergências sanitárias. E foram criados vários indicadores de avaliação.

“O Brasil é o melhor da América Latina. Está melhor que o Chile, por exemplo. Mas nenhum país do mundo está 100% preparado. O que estamos vendo na prática é que a maioria dos países não tem capacidade de resposta”, diz André Medici.

A travessia é perigosa, as escolhas, complexas. E o presidente cada dia inventa uma briga. Ontem resolveu distorcer o sentido das palavras do diretor-geral da OMS.

Maia critica Guedes por 'transferência de responsabilidade'

VOUCHER Visivelmente irritado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), respondeu a declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o repasse do governo ao auxílio emergencial, ao que o deputado chamou de “transferência de responsabilidade” por parte do economista. “Sem nenhuma crítica, apesar de que seriam merecidas em relação à fala mais uma vez do ministro da Economia transferindo a terceiros responsabilidades dele”, disse.

O ministro da Economia tinha sugerido que ainda precisa da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do “orçamento de guerra” para a expansão dos gastos para poder liberar o auxílio de R\$ 600. Maia usou o plenário da Câmara para criticar as declarações feitas pelo ministro.

600

reais é o valor do voucher que será destinado a quem está na informalidade

Novas regras na Previdência da prefeitura já estão em vigor

Daniel Aloísio

REPORTAGEM

daniel.aloisio@redabahia.com.br

Neto sanciona reforma; saiba o que muda para o servidor público

O prefeito ACM Neto (DEM) sancionou ontem, em edição extraordinária do Diário Oficial, a reforma da Previdência municipal de Salvador. As medidas, que já estão em vigor, alteraram as regras de aposentadorias e pensões para cerca de 30 mil servidores, entre ativos e inativos, e visam reduzir a médio e longo prazos aproximadamente 40% do déficit previdenciário do município, calculado hoje em R\$ 7,2 bilhões.

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2020 e o Projeto de Lei Complementar nº 01/2020, que modificam as regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de

Salvador, foram aprovados com tranquilidade na última segunda-feira pela Câmara de Vereadores. Apenas cinco parlamentares declararam voto contrário à reforma: Marta Rodrigues (PT), Suíca (PT), Marcos Mendes (Psol), Edvaldo Brito (PSD) e Sílvio Humberto (PSB).

Nove emendas chegaram a ser sugeridas à reforma, mas todas foram rejeitadas pela maioria após parecer negativo do vereador Alexandre Aleluia (DEM), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Antes, a lei referente à seguridade social dos servidores municipais de Salvador datava de 1992 e sofreu várias atualizações ao longo dos anos.

“Nesse nosso projeto, optamos por fazer uma nova lei complementar, que revoga os

pontos contraditórios da anterior”, explicou o diretor geral de Previdência da Secretaria Municipal de Gestão (Semge), Daniel Ribeiro, que ajudou a escrever o texto da reforma aprovada.

ALTERAÇÕES

Com a sanção do prefeito, regras antigas da Previdência municipal já não estão valendo, enquanto outras passaram a existir. É o caso da idade mínima para os servidores municipais se aposentarem. O que antes era 60 anos para homens e 55 anos para mulheres mudou, agora, para 64 anos (homens) e 61 anos (mulheres).

As novas idades mínimas representam um ano a menos em relação à reforma do governo federal, aprovada no passado pelo Congresso. No caso dos professores, a idade mínima é menor do que as demais categorias de servidores municipais. Para os homens, serão necessários 59 anos, ante 56 anos das mulheres.

No entanto, é ainda preciso ter 25 anos de contribuição,

REGIME PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO EM NÚMEROS

7,2 BI

de reais é o atual déficit na Previdência dos servidores públicos municipais, segundo estimativas da prefeitura

2,2 BI

de reais será a economia gerada no sistema de aposentadorias e pensões com as novas regras aprovadas anteontem pela Câmara de Vereadores

30 MIL

servidores da prefeitura, entre ativos e inativos, estão abrangidos pelas regras em vigor desde ontem

90 DIAS

é o prazo para o início da cobrança das novas alíquotas de contribuição previdenciária que incidirão sobre todas as categorias do funcionalismo público municipal

830 MI

de reais será o montante arrecadado em 25 anos com a criação da Poupança Pública para a Previdência da prefeitura de Salvador, custeada exclusivamente com recursos do Tesouro Municipal. Confira abaixo as principais mudanças trazidas pela reforma:

dez anos de serviço público e cinco anos de exercício no cargo. Antes, a idade mínima para os professores se aposentarem era de 55 anos (homem) e 50 anos (mulheres).

TRANSIÇÃO

Os pontos da reforma da prefeitura são inteiramente válidos para quem ingressou no serviço público municipal a partir de janeiro de 2004. Aqueles que entraram antes desse período terão que cumprir as normas de transição do novo regime. São duas regras: a de pontos, que soma a idade com o tempo de contribuição, e a de pedágio, que permite que o servidor trabalhe apenas 60% do tempo que ele falta para se aposentar.

“A exceção são os professores, cuja taxa é de 50%. Por exemplo, se o professor falta dois anos para se aposentar, vai ter que trabalhar mais três anos e recebe o benefício conforme as regras anteriores”, explicou Ribeiro.

Ainda segundo o diretor de Previdência da prefeitura, essas medidas são necessárias para “adequar a situação previdenciária da município às regras federais, algo que é obrigatório pela Constituição”, disse. Os municípios que não se ajustarem à nova legislação federal correm o risco de perder o Certificado de Regularidade Previdenciária, algo necessário para receber recursos financeiros da União.

O prazo para a adequação terminaria em julho. “A gente não quis fazer uma simples reforma, mas renovar o sistema através da governança, tecnologia e equilíbrio financeiro. Focamos principalmente no ajuste das contas públicas”, disse Ribeiro, sobre a redução no déficit previdenciário do município com a aprovação da proposta, estimada em R\$ 2,2 bilhões.

ANTES E DEPOIS DA REFORMA

COMO ERA E COMO FICOU O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

IDADE MÍNIMA

ANTES

HOMENS PODIAM SE APOSENTAR COM 60 ANOS. JÁ AS MULHERES TINHAM DIREITO A PARTIR DOS 55 ANOS.

PROFESSORES

ANTES

MENOR QUE AS DEMAIS CATEGORIAS, A IDADE MÍNIMA PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL SE APOSENTAREM ERA 55 ANOS (HOMEM) E 50 ANOS (MULHERES).

PENSÃO POR MORTE

ANTES

GARANTIA DA TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO ATÉ O LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO PELOS BENEFICIÁRIOS DO INSS EM 2019 (R\$ 5.839,45), ACRESCIDO DE 70% DA PARCELA EXCEDENTE DESTES LIMITES.

ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO

ANTES

OS SERVIDORES PAGAVAM – E CONTINUARÃO PAGANDO NOS PRÓXIMOS TRÊS MESES – UMA ALÍQUOTA DE 11% PARA O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.

POUPANÇA PÚBLICA

ANTES

NÃO EXISTIA NENHUM MODELO DESTES TIPO PARA OS SERVIDORES.

DEPOIS

A IDADE PASSOU PARA 64 ANOS (HOMENS) E 61 ANOS (MULHERES). ESSA ALTERAÇÃO SÓ É VÁLIDA PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE INGRESSAREM NA CARREIRA A PARTIR DE AGORA E REPRESENTA UM ANO A MENOS EM COMPARAÇÃO À PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL, APROVADA ANO PASSADO PELO CONGRESSO.

DEPOIS

COM A REFORMA, A IDADE DOS HOMENS PASSOU PARA 59 ANOS; A DAS MULHERES, PARA 56 ANOS, SENDO QUE É AINDA PRECISO TER 25 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO, DEZ ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO E CINCO ANOS DE EXERCÍCIO NO CARGO PARA TER DIREITO.

DEPOIS

NA REGRA FEDERAL, O VALOR DA PENSÃO É DE 50% DO VENCIMENTO, ACRESCIDO DE UMA COTA DE 10% POR DEPENDENTE. NESSE CASO, PARA SE ALCANÇAR 100% DO BENEFÍCIO, É PRECISO HAVER CINCO DEPENDENTES. JÁ NO PROJETO APROVADO PELA CÂMARA E ENVIADO PELA PREFEITURA, O BENEFÍCIO TAMBÉM É DE 50%, SÓ QUE ACRESCIDOS DE 15% POR CADA DEPENDENTE. DESSA FORMA, SE ALCANÇA OS MESMOS 100% COM QUATRO DEPENDENTES.

DEPOIS

A PARTIR DE JUNHO, ESSA ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PASSARÁ PARA 14%. A TRIBUTAÇÃO DOS INATIVOS FICA EM 14% SOBRE OS VALORES QUE SUPEREM QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS (R\$ 4.180). ABAIXO DISSO, TODOS FICAM ISENTOS. SEGUNDO A PREFEITURA, A MEDIDA FOI NECESSÁRIA PARA EVITAR ALÍQUOTA PROGRESSIVA QUE, AO LONGO DOS ANOS, PODERIA CHEGAR A 22,5%.

DEPOIS

FOI CRIADA UMA POUPANÇA PÚBLICA PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA, COM ALÍQUOTA EXTRAORDINÁRIA CUSTEADA EXCLUSIVAMENTE PELO TESOURO MUNICIPAL. ESSA ALÍQUOTA É DE 0,8% SOBRE A FOLHA DOS SERVIDORES ATIVOS. O MONTANTE POUPADO NÃO PODERÁ SER UTILIZADO PELO PERÍODO DE 25 ANOS E PODE CHEGAR A ATÉ R\$ 830 MILHÕES.

Proposta foi votada em sessão inédita

Pela primeira vez na história da Câmara de Vereadores, um projeto de lei foi votado na Casa em de forma semipresencial, já que parte dos parlamentares participou de forma remota da sessão devido à pandemia do novo coronavírus. “Foi um dia especial, histórico. A situação é muito delicada, e não podemos deixar de dar as respostas que a população espera de nós”, afirmou o presidente da Câmara, Geraldo Júnior (SD).

Desde que cresceram os casos de Covid-19 em Salvador, a Casa passou a adotar medidas de prevenção e combate à doença. Entre elas, a suspensão provisória, a partir de 23 de março, das sessões ordinárias. Ao presidente do Legislativo municipal, coube decidir sobre a viabilidade e a necessidade da convocação para apreciar matérias consideradas importantes para a cidade.

Anteontem, os vereadores puderam optar pela participação presencial durante a votação da reforma em plenário ou remotamente. Os que compareceram à Câmara foram obrigados a seguir o protocolo de segurança adotado para evitar o contágio pelo vírus: medição de temperatura, uso de máscaras, limite de participantes e disponibilidade de álcool em gel para higienizar as mãos.

Já os parlamentares que preferiram a participação de forma remota, majoritariamente incluídos no grupo de risco da doença, puderam votar as propostas submetidas ao plenário através de um aplicativo gerenciado pela área técnica da Câmara.

Ao sancionar a reforma, o prefeito ACM Neto (DEM) agradeceu ao empenho dos vereadores pela aprovação das propostas nesse momento de crise sanitária. “Essa adequação na Previdência municipal foi debatida com todas as categorias do funcionalismo antes mesmo de chegar à Câmara. O tema foi discutido democraticamente também com os vereadores, com a presença constante da Secretaria Municipal de Gestão (Semge) em audiências, para detalhar as medidas”, afirmou Neto.

“De modo que a cidade ganha com mais essa atuação conjunta entre Executivo e Legislativo, já que são medidas essenciais a médio e longo prazos”, emendou o prefeito, em entrevista ontem à imprensa. Além da reforma, foram aprovados outros três projetos na mesma sessão semipresencial da Câmara Municipal.

Entre eles, o que instituiu o programa Salvador por Todos, medida do Executivo que destina R\$ 105 milhões a 20.485 trabalhadores informais da cidade, por meio de um auxílio de R\$ 270 durante três meses, e o que cria o código de saúde da Vigilância Sanitária de Salvador – este acatado por unanimidade pelos vereadores.

●● Foi um dia especial, histórico. A situação é muito delicada, e não podemos deixar de dar as respostas que a população espera de nós
Geraldo Júnior

Presidente da Câmara, sobre votação remota

Tribuna

Comitê do Consórcio NE orienta enfrentamento à Covid-19

DA REDAÇÃO

Uma videoconferência realizada na manhã ontem reuniu os membros do Comitê Científico do Consórcio Nordeste e o presidente da entidade, o governador da Bahia, Rui Costa. Durante o encontro virtual, o grupo, formado por renomados cientistas, pesquisadores e físicos brasileiros, fez uma apresentação preliminar da metodologia que irão usar para ajudar os nove governadores da região a embasarem cientificamente as ações executadas para combater a pandemia gerada pelo novo coronavírus.

De acordo com Rui, o Comitê, criado na última

segunda-feira (30), terá papel fundamental na guerra contra o coronavírus. "Montar um conselho científico de pesquisadores que são ou possuem relação com a região e que participam de grupos internacionais de pesquisa que estão acompanhando as ações e medidas relacionadas ao novo coronavírus foi uma decisão dos nove governadores do Nordeste. Esperamos que esse grupo apresente sugestões de enfrentamento à Covid-19, por meio de canais como boletins diários com orientações aos governadores, que contenham protocolos de procedimentos médicos atualizados e alternativas para repor insumos para confecção de equipamentos individuais de proteção e para mobilizar a cadeia pro-

ductiva envolvida na produção de respiradores, por exemplo", explicou o governador.

Rui contou também que o grupo de cientistas vai ajudar na criação de um software para ser utilizado, inicialmente, por habitantes do Nordeste. "Nós discutimos, também, a criação de um aplicativo, que deve ser disponibilizado nas lojas virtuais para que as pessoas que apresentem sintomas façam o download e informem, por exemplo, quais são esses sintomas e se foram testadas. Desta forma, deveremos ter todos os dados automaticamente processados e monitorados, facilitando a identificação dos locais com mais casos e, consequentemente, viabilizando uma reação mais efetiva nessas localida-



DE ACORDO com Rui, o Comitê, criado na última segunda-feira (30), terá papel fundamental na guerra contra o coronavírus

des, quebrando a cadeia sucessória do vírus", destacou.

O Comitê Científico é coordenado por Miguel Nicolelis, neurocientista e referência mundial na pesquisa da interface entre cérebro e computadores, e por Sérgio Rezende, físico formado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e ex-ministro da Ciência e Tecnologia. O comitê ainda

está em formação, mas já possui 13 membros, incluindo um indicado por cada estado, e deve permanecer ativo até o fim da pandemia. Os representantes da Bahia no grupo são o infectologista Roberto Badaró, a pesquisadora e titular da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, Adélia Pí-nheiro, e o médico Maurício Barreto.

SSP - Ações preventivas contra a expansão do Covid-

19 (novo Coronavírus) nos bairros de Salvador serão reforçadas pela Polícia Militar (PMBA) a partir desta terça-feira (31). A iniciativa é adotada após reunião realizada na manhã desta terça-feira (31), no Centro de Operações e Inteligência - 2 de Julho.

Participaram do encontro o secretário estadual da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa, o secretário municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, Sérgio Guanabara, o comandante-geral da PMBA, coronel Anselmo Brandão, o diretor de Segurança Urbana e Prevenção à Violência da GCM, Maurício Rosa Lima, entre outras autoridades.

Equipes mistas vão fiscalizar estabelecimentos que não estejam cumprindo as determinações dos decretos estaduais e municipais sobre a aglomeração de pessoas e a exposição aos riscos do novo Coronavírus.

"É uma operação que visa a preservação de vidas. Fiscalizar, mas acima de tudo, orientar as pessoas sobre a necessidade de evitar aglomeração e ficar em casa. Vivemos numa cidade grande e todos devem se unir para juntos conseguirmos barrar a expansão do vírus", afirmou Maurício Barbosa.

MEDIDAS DURAS

ACM Neto critica bancos por lucrarem em crises



ACM NETO afirmou que as instituições financeiras brasileiras têm lucrado mesmo em períodos de crises

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

No evento que anunciou a prorrogação da suspensão de atividades para evitar a disseminação do coronavírus, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), endureceu o discurso, ontem, contra os bancos privados. O democrata soteropolitano afirmou que as instituições financeiras brasileiras têm lucrado mesmo em períodos de crises, e defendeu que "medidas duras" sejam adotadas contra os bancos. O lucro líquido dos quatro maiores bancos do Brasil com ações na bolsa cresceu 18% em 2019, na comparação com o ano anterior. Os ganhos acumulados soma-

ram R\$ 81,5 bilhões ante R\$ 69,1 bilhões em 2018.

Para Neto, as instituições financeiras têm cobrado "taxas de juros extorsivas que ninguém consegue pagar". "É preciso tomar medidas mais duras contra os bancos privados. Esses caras só fazem ganhar dinheiro inclusive na crise. Está todo mundo no país se lucrando e esses caras ganhando dinheiro. Não é possível isso. Eu acho que está na hora de Brasília começar a agir", afirmou o prefeito. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, por causa da crise do coronavírus, os bancos privados decidiram elevar os juros e restringir as negociações.

Ontem, ACM Neto anunciou ainda a prorrogação do

decreto que suspende as aulas das escolas públicas municipais e privadas, universidades e o fechamento das academias e espaços culturais. "Não vamos aceitar nenhuma medida, por ora, que traga a flexibilização nas regras já determinadas pela prefeitura. A prova disto é que estou anunciando a prorrogação por mais 15 dias deste decreto. (...) Quero reafirmar que a nossa prioridade absoluta é o cuidado com a saúde pública. É o cuidado com as pessoas. Nós não podemos flexibilizar nada agora. Para quem acha que o pior já passou, tá enganado. Infelizmente, o pior está por vir e temos que evitar o colapso na rede pública (de saúde)", frisou.

O prefeito afirmou ainda

que a "tendência" é prorrogar o decreto que suspende as atividades do shopping center e do comércio, mas a confirmação só acontecerá na próxima sexta-feira. Para ele, o momento é de "desacelerar o ritmo de crescimento" para evitar que a doença se espalhe mais. "Para não ter que escolher entre quem vai viver e quem vai morrer. Ninguém quer isso em Salvador. Dessa forma, estamos tecnicamente embasados para reafirmar a suspensão das atividades", frisou.

Neto disse que, apesar de todo o rigor, ainda há, sobretudo nos bairros periféricos, principalmente bares, descumprimento às normas que suspendem temporariamente o funcionamento.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 01/04/2020	Página: 02

Tribuna

Calamidade

A Assembleia Legislativa da Bahia vota hoje pela manhã, em sessão virtual, os pedidos de calamidade pública dos municípios de Feira de Santana, Camaçari e Lauro de Freitas. Os pedidos foram feitos pelos respectivos prefeitos [Colbert Martins, Elinaldo Araújo da Silva e Moema Gramacho] na semana passada. Entre os municípios monitorados pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), a situação de Lauro de Freitas é a mais alarmante, com a confirmação de 10 casos de coronavírus, enquanto Feira de Santana tem 9 casos confirmados, segundo dados de anteontem. Já Camaçari está numa situação menos alarmante, com 1 caso diagnosticado. A votação na AL-BA acontecerá às 10h.



Colbert Martins

Impostos

O deputado federal Jorge Solla (PT-BA) propôs, por meio de projeto de lei, zerar os 30,16% de impostos sobre a máscara cirúrgica, os 29% sobre as luvas, os 42% sobre a cama hospitalar e sobre os equipamentos, como respiradores. A matéria zera automaticamente a cobrança de todos os impostos sobre a fabricação e comercialização – federais, estaduais e municipais – dos insumos necessários ao combate do coronavírus, enquanto durar a pandemia. No projeto, é prevista também a isenção de impostos a equipamentos médicos que são utilizados no tratamento ao coronavírus, como respiradores.

determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

Cadastre

Apertado por jornalistas sobre como vai operacionalizar a entrega do coronavoucher de R\$ 600 a trabalhadores informais, aprovado pelo Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, agarrou-se ao prefeito ACM Neto (DEM) que, segundo ele, tem um cadastro completo com a relação de informais em Salvador.

Cooperação

Saída

De acordo com Guedes, a base de dados de prefeituras como a de Salvador fará parte do sistema que o governo montará para distribuir os recursos, embora tenha ressaltado que não será fácil identificar os 32 milhões de pessoas nesta situação. A fala de Guedes foi durante a coletiva desta tarde para atualizar a imprensa sobre os casos e novas medidas para conter o avanço do coronavírus no país, a qual era liderada até ontem pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Tribuna

Neto decide prorrogar a quarentena na cidade

RAYLLAN LIMA
REPÓRTER

O prefeito ACM Neto decidiu prorrogar por mais 15 dias o decreto nº 32.256/2020, que determina a suspensão de aulas, além do fechamento de parques, academias e espaços culturais em Salvador. A decisão foi anunciada ontem (31), durante coletiva à imprensa, como parte do conjunto de estratégias adotado pela gestão municipal a fim de conter a proliferação do novo coronavírus (Covid-19) na cidade.

O foco principal é o distanciamento social. "O momento ainda é de ter compromisso com as medidas de restrição e isolamento. A cidade não está completamente em quarentena como outros lugares do Brasil. No entanto, nós, de maneira cirúrgica e objetiva, definimos as atividades que não podem funcionar na cidade e usamos a prerrogativa do poder público municipal para assegurar o cumprimento dessas determinações", declarou.

A restrição para os segmentos citados acima foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no último do 18 e valerá até esta quarta (1º). Outras medidas de restrição, a exemplo do fechamento de shoppings, de centros comerciais, de clubes sociais, de recreati-



ACM NETO

"O momento ainda é de ter compromisso com as medidas de restrição e isolamento"

vos e esportivos, bem como a interdição de praias, com prazo para vencer no sábado (4), também poderão ser prorrogadas.

A expectativa é que o prefeito também amplie o decreto que suspendeu o funcionamento de lojas de rua com mais de 200 metros quadrados - salvo as exceções como casa de material de construção, oficinas, autopeças, supermercados, padarias, açougues, pet shops e estabelecimentos que comercializam produtos para saúde.

Para fiscalizar o cumprimento das restrições adotadas, ACM Neto solicitou ao governador Rui Costa o apoio da Polícia Militar da Bahia (PM-BA), por meio de ligação telefônica. "Estamos ajustando essa ação casada para o cumprimento das determinações previstas. Reforcei com nossa equipe que seja fiel com que esteja no decreto, ou seja, se o estabelecimento funcionar sem estar autorizado, a Prefeitura fará a suspensão do alvará por tempo indeterminado, até que seja superada a cri-

se de coronavírus", reforçou.

O prefeito comentou também sobre o funcionamento de bares e restaurantes da capital baiana, informando que segue em diálogo constante com representantes do trade. "Eles estão de acordo e apoiam as medidas adotadas. Nossa prioridade absoluta é o cuidado com a vida das pessoas. Portanto, precisamos controlar os casos de coronavírus em Salvador, desacelerando o ritmo de crescimento do contágio para que não haja colapso da rede de saúde", disse.

PRORROGADO

Governo anuncia acordo e aumento de remédio não sai

G1 — BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem por meio de uma rede social um acordo com a indústria farmacêutica para que o reajuste anual de todos os remédios seja adiado por 60 dias.

O motivo do adiamento é a crise provocada pela pandemia de coronavírus.

O reajuste seria de cerca de 4%, segundo a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, e deveria entrar em vigor nesta quarta-feira (1º).

Havia uma cogitação de que o adiamento valesse somente para medicamentos relacionados ao tratamento do coronavírus, mas Bolsonaro afirmou que valerá para todos.

"Em comum acordo com a indústria farmacêutica decidimos adiar, por 60 dias, o reajuste de todos os medicamentos no Brasil", escreveu o presidente.

Durante entrevista coletiva com ministros na tarde desta terça (31) no Palácio do Planalto, o ministro Walter Souza Braga Neto, da Casa Civil, reafirmou o anúncio feito pelo presidente.

O G1 procurou o Sindicato da Indústria Farmacêutica (Sindusfarma) para obter mais detalhes sobre o acordo, e, até a última atualização desta reportagem, aguardava a divulgação de uma nota sobre o assunto.

Remédios ficarão mais caros a partir desta quarta-feira (1º); governo anunciou adiamento do reajuste

RECOMENDAÇÃO

Tribuna

RECOMENDAÇÃO

Fecomércio diz que agora é hora de revisar as despesas

RAYLLANNALIMA
REPÓRTER

O isolamento social para resguardar vidas durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) provocou o fechamento de diversos estabelecimentos e a suspensão de tantas outras atividades. Para enfrentar esse panorama, a Fecomércio-BA faz um alerta para os empresários baianos: o momento é de revisar despesas e adquirir linhas especiais de crédito que estão sendo disponibilizadas justamente em função da crise mundial.

Em entrevista à Tribuna da Bahia, o consultor econômico da Federação, Guilherme Dietze, reforçou que as orientações são podem ser aplicadas como regra geral. O momento, diz ele, é de muita programação e estratégia. Por isso, o principal agora é fazer um levantamento das despesas

"A orientação que a gente está fazendo é que cada um olhe para os seus custos e tente negociar todos eles. Para quem precisa de crédito para pagar seus compromissos operacionais (tributos, funcionários, aluguel, etc), tem algumas linhas de crédito, principalmente para pequena e média empresa, com condições bastante especiais. A gente está falando de uma taxa de juros mais baixo, ao mesmo tempo que você tem o prazo

do", exemplificou.

Mesmo diante de todos os problemas provocados pela doença no mundo, o consultor econômico da Fecomércio-BA desaconselha o fechamento definitivo do estabelecimento. "É preferível manter um negócio vivo, sobreviver a esse período de crise, do que você ter que demitir todo mundo, vender todos os equipamentos, se desfazer do seu aluguel, das burocracia de pagamentos de impostos, para depois restabelecer sua atividade. Será um prazo muito maior para recuperação, porque vai ter que treinar funcionário, renegociar novo aluguel, de repente abrir uma nova empresa. A burocracia depois vai ser muito maior", destacou.

LINHAS DE CRÉDITO

O BNDES divulgou uma linha de crédito para empresas com receita de até R\$ 300 milhões. Serão R\$ 5 bilhões específicos para as MPEs, classificadas da seguinte forma: micro (até R\$360 mil), pequena (entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões) e média (entre R\$4,8 milhões e R\$ 300 milhões).

O limite de financiamento é de R\$ 70 milhões por ano, com carência de até 24 meses e até 60 meses para pagamento. A taxa cobrada será uma somatória entre o custo financeiro (TLP, TFB ou Selic), mais 1,25% ao ano

mais alongado - tanto de pagamento quanto de carência - que a empresa vai começar a pagar", informou.

As linhas de créditos, conforme ele lembra, estão disponíveis por meio da Caixa Econômica Federal e outros bancos públicos, bem como bancos privados. "As condições de linha de crédito hoje, para capital de giro das empresas, estão em condições bastantes favoráveis para quem precisa nesse momento. E buscar pelo crédito e controlar suas despesas, reduzindo gastos e renegociando", disse, acrescentando outras recomendações:

"Algumas dívidas que as empresas possam ter com os bancos podem ser negociadas, com condições diferentes de prazos e taxa de juros. Tenho um aluguel de R\$ 13 mil, por exemplo. O proprietário desse imóvel sabe que, se perder você, não vai conseguir colocar outro no lugar nesse momento. Então é o momento do ganha-ganha. Ou seja, tanto o empresário ou dono terão de pagar um valor menor, mas o proprietário do imóvel vai continuar recebendo. Um pouco menos, mas vai continuar recebendo

sendo a taxa do BNDES, mais a taxa do agente financeiro. Vale ressaltar que o crédito é disponibilizado através de um agente financeiro e não pelo BNDES.

No estado da Bahia, até o momento, alguns bancos e cooperativas já operam a linha de crédito como o Bradesco, Santander, Itaú, Caixa Econômica, Tribanco, Sicredi, Cresol, e Desenhbahia. Este último ainda tem uma linha própria para giro com taxa a partir de 5% ao ano + CDI, com prazo de até 60 meses e carência de até um ano.

A Caixa Econômica, por exemplo, está com crédito para as micro e pequenas empresas com 0,57% ao mês para a modalidade de capital de giro, com carência de até seis meses para empresas mais afetadas no comércio e serviços.

Para saber o passo a passo de como acessar a linha de crédito disponibilizada pelo BNDES através de um agente financeiro, veja o vídeo disponibilizado pelo banco, através do link: encurtador.com.br/mwCNO. Para o portal Desenhbahia, o link é: <http://www.desenhbahia.ba.gov.br/> e o número para atendimento é o (71) 3103-1001.

Tribuna

Maia cobra sanção e repasse do auxílio emergencial

CAMILA TURTELLI
ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou agilidade do governo para a sanção e para o repasse do auxílio emergencial a vulneráveis aprovado nos últimos dias pela Câmara e Senado, de R\$ 600. "16 de abril não parece tão emergencial.

Governo tem toda estrutura, mesmo de forma remota, para organizar o pagamento de brasileiros antes. Não me parece que aguardar até 16 de abril seja a melhor solução", afirmou. Para Maia, o projeto, aprovado pelo Senado nesta segunda-feira, 30, precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro com agilidade.

"Acho que é um valor mínimo, não vai resolver os problemas, mas vai dar o mínimo de previsibilidade

para os brasileiros superarem os próximos três meses", disse. Para ele, o momento mais difícil será abril, maio e junho. "A partir daí temos melhores condições para economia caminhar", afirmou.

Maia afirmou ainda que o Congresso espera o envio da medida provisória prometida pelo governo para manutenção do emprego. Ele confirmou que se o governo não encaminhar até amanhã, a Câmara vai avançar com projetos dos deputados. Como o Broadcast mostrou mais cedo, a demora do governo de colocar em prática medidas prometidas para enfrentamento da crise da covid-19 tem preocupado parlamentares. A preocupação é que se algo não for feito rapidamente, empresas poderão começar a demitir em massa com o fechamento do mês.

O presidente da Câmara,



ra, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que vinha admitindo a possibilidade de cortar salários de políticos e servidores para destinar mais verba ao combate da covid-19, deve deixar a discussão para depois. "Fica uma posição difícil quando o ministro da Economia diz que não há necessidade de se discutir esse tema agora", disse.

No fim de semana, Paulo Guedes disse a in-

vestidores que não era favorável à proposta como forma de captar recurso para o enfrentamento à crise.

Maia voltou a dizer, no entanto, que a Câmara está aberta ao diálogo, mas "o que não deve acontecer é que só um Poder contribua. "Sem uma posição positiva e sem encaminhamento do governo com os Poderes vamos ter que esperar mais um pouquinho", disse.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 01/04/2020	Página: 05

Tribuna

Empresas vão ter que pagar 30% do salário

IDIANA TOMAZELLI E MATEUS VARGAS, O ESTADO DE S. PAULO

Empresas de médio e grande porte, que não recolhem tributos pelo Simples Nacional, terão de pagar 30% do salário do trabalhador para poder suspender contratos por até dois meses durante a crise do novo coronavírus, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Além dos 30% do salário pago pela empresa, o governo pagará uma compensação equivalente a 70% do seguro-desemprego a que ele teria direito. O seguro é calculado com base no salário e pode variar entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,03 – é sobre essa parcela que incidirão os 70%.

A exigência da compensação será feita de empre-

sas com receita bruta anual acima de R\$ 4,8 milhões, que recolhem tributos pelos regimes de lucro presumido ou lucro real. A medida vem depois da polêmica gerada por uma primeira Medida Provisória que dava margem para a suspensão de contratos sem qualquer compensação ao trabalhador.

No caso das micro e pequenas empresas, que fazem parte do Simples Nacional, a compensação por parte do empregador será voluntária. A companhia poderá suspender o contrato por até dois meses, mas não é obrigada a pagar 30% do salário – será uma negociação opcional entre empresa e empregado.

Nessas situações, o governo pagará 100% do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito em caso de demissão.

As medidas estão sendo desenhadas de forma a garantir que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo (R\$ 1.045).

A avaliação no governo é que, mesmo que a compensação não seja obrigatória nas empresas do Simples, as companhias devem oferecer algum tipo de vantagem para que o trabalhador aceite a suspensão de contrato. A alternativa de demissão geraria custos adicionais ao empregador, que precisaria pagar verbas rescisórias e a multa de 40% sobre o saldo do FGTS, num momento em que as companhias já estão sem caixa.

As empresas também poderão optar pela redução de jornada e salários. Como antecipou o Estadão/Broadcast, o corte poderá ser de 25%, 50% ou até 70%. As empresas de médio e gran-

de porte sempre terão de pagar a compensação de ao menos 30% do salário.

As ajudas compensatórias pagas pelas empresas, tanto obrigatórias quanto voluntárias, na redução de jornada ou na suspensão contratual, não terão natureza salarial.

Isso significa que o valor será isento de cobranças de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária ou de outros tributos sobre a folha. As empresas também serão dispensadas de recolher Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre o valor e poderão descontá-lo do lucro líquido para fins de apuração do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Tribuna

Dinheiro ajudará às pessoas em dificuldade, diz Guedes

G1

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que as pessoas que enfrentam "dificuldade" financeira para se manterem em isolamento podem obedecer às recomendações do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Segundo ele, há recursos sendo mobilizados para isso dentro do enfrentamento ao coronavírus.

"As pessoas que teriam dificuldade para se manter, elas podem obedecer ao isolamento [recomendado pelo] ministro Mandetta, porque elas terão at R\$ 200 bilhões. Para terem uma ideia, R\$ 800 bilhões era o que a gente ia retirar de privilégios da Previdência em 10 anos [...]. Nós injetamos isso na economia em três semanas e meia", declarou Guedes.

"É uma quantidade formidável de recursos. Amparo formidável à sociedade. E podemos avançar mais", disse. A declaração foi dada durante entrevista no Palácio do Planalto, onde também estava os ministros Mandetta, Sergio Moro (Justiça) e Braga Netto (Casa Civil).

Os R\$ 200 bilhões citados por Guedes se referem a medidas já anunciadas, como a inclusão de 1,2 milhão de pessoas no Bolsa Família e o auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores informais — um dos setores mais atingidos pela redução da atividade econômica.

O projeto foi aprovado pelo Congresso e enviado para sanção na segunda-feira (30). Até a publicação desta reportagem, o presidente Jair Bolsonaro ainda não tinha colocado o texto em vigor.

Segundo o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, mesmo com a lei publicada a previsão é de que o benefício comece a ser pago a partir do dia 16.

Tribuna

Bovespa fecha em queda nesta terça e tem pior mês em mais de 20 anos

GT

O principal índice da bolsa de valores brasileira, a B3, recuou ontem e encerrou março com o pior desempenho mensal em mais de 20 anos. A última sessão do mês foi marcada por mais incertezas em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

O Ibovespa recuou 2,17%, a 73.019 pontos.

Com o desempenho de ontem, a bolsa acumulou queda de 29,9% em março, marcando o pior desempenho desde agosto de 1998 (recoo de 39,55%), quando o Brasil lidava com os impactos da crise da Rússia. Em 2020, o tombo já é de 36,86%.

Já o dólar subiu 0,31%,

a R\$ 5,1960, e acumulou alta de 16% no mês.

QUEDA PERSISTENTE

"Os preços perderam qualquer referência", resumi o gestor Werner Roger, sócio-fundador da Trigôno Capital.

No último mês, o 'circuit breaker', mecanismo que suspende as negociações quando o Ibovespa registra quedas expressivas a partir de 10%, foi acionado seis vezes, refletindo preocupações com os efeitos da pandemia do Covid-19 nas economias.

Mesmo após uma bateria de medidas globais de estímulos econômicos e notícias melhores sobre desenvolvimento de vacinas e testes, março e o primeiro trimestre também termina-

A bolsa de valores acumulou queda de 29,9 por cento em março

ram com uma série de incertezas, principalmente sobre os efeitos econômicos.

Conforme o ritmo de contágio não mostra sinais de alívio e medidas de confinamento vêm sendo prorrogadas, continua incerto o efeito final na atividade mundial, bem como o momento da recuperação das economias.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/04/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 01 de Abril de 2020 - 08:00

TJ-BA revisará contratos para conter queda na arrecadação de mais de R\$ 200 milhões



O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) pode ter uma queda na receita de quase R\$ 200 milhões diante da pandemia do coronavírus. Para superar a questão, o presidente do TJ, desembargador Lourival Trindade, se reuniu com dirigentes sindicais e com representantes da Associação de Magistrados da Bahia (Amab), em uma videoconferência.

Até o momento, o TJ teve uma redução de 75% da arrecadação, sobretudo com o fechamento das unidades extrajudiciais. A falta de recursos pode comprometer a execução de contratos, pagamento de terceirizados e verbas pagas a servidores e magistrados. Para Lourival Trindade, o momento é de diálogo para garantir o direito dos servidores e honrar todos os compromissos assumidos pela gestão. A adoção de medidas de contingenciamento e a otimização dos gastos podem garantir que todos os serviços sejam mantidos com o menor nível de prejuízo.

Entre as medidas, estão a revisão de contratos e o enxugamento da máquina do judiciário. Destacou que o regime de teletrabalho pode suspender temporariamente o auxílio transporte, e a suspensão das indenizações de férias e licença prêmio podem reduzir o impacto na folha de pagamento e garantir a sobrevivência do TJ, enquanto durar a crise mundial e a instabilidade econômica.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 31 de Março de 2020 - 22:35

Perdas de empresas aéreas no segundo trimestre passarão de R\$ 202 bi, diz Iata

O novo coronavírus causou e vai causar um prejuízo líquido de cerca de US\$ 39 bilhões às empresas aéreas apenas entre abril e junho deste ano. A queda do número de passageiros e as restrições que os governos impuseram ao transporte aéreo para tentar retardar a disseminação do novo coronavírus (covid-19) são motivos para as perdas.

A estimativa é da Associação Internacional de Transporte Aéreo (da sigla em inglês, Iata) e foi divulgada hoje (31). Com o dólar negociado a R\$ 5,19, o prejuízo global do setor pode superar, em reais, os R\$ 202 bi. A título de comparação, o valor representa quase um terço dos R\$ 700 bi que o governo federal planeja injetar na economia brasileira com as ações já anunciadas para tentar reduzir os danos provocados pelo coronavírus, segundo a Agência Brasil.

Segundo o diretor-geral da Iata, Alexandre de Juniac, a dimensão da crise está além de tudo o que o setor já havia experimentado antes. "Estamos trabalhando em um cenário de severas restrições de viagem, com [a perspectiva de] duração de três meses. [Ao longo do ano] Isso reduzirá as receitas da indústria em US\$ 252 bi [ou mais de de R\$ 1,3 trilhões] em comparação a 2019", disse Juniac, durante uma teleconferência que reuniu executivos do setor.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 31/03/2020	Caderno: Notícias



Terça, 31 de Março de 2020 - 22:00

Bolsa tem o pior trimestre da história e dólar sobe quase 30%, a R\$ 5,20

por **Júlia Moura** | Folhapress

A crise do coronavírus levou a Bolsa de Valores brasileira a registrar, no primeiro trimestre de 2020, a maior desvalorização trimestral da história. De janeiro até esta terça-feira (31), o Ibovespa acumulou queda de 36,85%, superando o recuo de 1986, segundo dados da Economatica. Naquele ano, a Bolsa caiu 36,25% no terceiro trimestre com o fracasso do Plano Cruzado.

Em março, o Ibovespa acumula desvalorização de 29,90%, o quarto pior desempenho mensal da história, atrás de março de 1990 e junho de 1989, períodos marcados pela hiperinflação, e de agosto de 1998, ano da crise russa.

Já o dólar tem a terceira maior alta trimestral do Plano Real. A valorização de 29,5% nos três primeiros meses de 2020 perde apenas para o terceiro trimestre de 2002, antes da eleição de Lula para o primeiro mandato presidencial, e para o primeiro trimestre de 1999, quando quando o Banco Central (BC) encerrou a política do câmbio fixo.

Nesta terça, a moeda terminou o pregão cotada a R\$ 5,1990, alta de 0,34%. Na máxima, chegou a R\$ 5,2150, mas perdeu força com o leilão de US\$ 755 milhões à vista do BC. O patamar do dólar é próximo ao recorde nominal (sem contar a inflação) do dia 18, de R\$ 5,2020.

Em termos reais (corrigidos pela inflação), a moeda americana ainda está longe de sua máxima de 2002. Se for considerado apenas o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, o pico de R\$ 4 naquele ano, equivale a cerca de R\$ 10,80 hoje. Caso também seja levada em conta a inflação americana, o valor corrigido seria cerca de R\$ 7,50.

Já o Ibovespa está no menor patamar desde julho de 2018. Em mais uma sessão volátil, o Ibovespa passou de alta para queda de 2,17%, a 73.019 pontos.

O índice brasileiro seguiu o desempenho de Wall Street. Dow Jones fechou em queda de 1,84%, no pior trimestre desde 1987, ano da Segunda-Feira Negra, índice americano desabou 22,61% em uma única sessão.

Nesta terça, S&P e Nasdaq caíram 1,60% e 0,95%, respectivamente, encerrando os piores trimestres desde 2008, ano da crise financeira.

Neste mês, a Bolsa brasileira e Bolsas americanas registraram volatilidade recorde, acionando sucessivos circuit breakers (paralisação temporária das negociações), devido ao pânico de investidores diante da Covid-19. Para conter a pandemia, as principais economias globais

paralisam atividades, o que, segundo economistas, deve gerar uma das piores recessões da história.

As bruscas quedas dos índices desencadearam um efeito cascata. Os fundos de investimento têm mecanismos de "stop loss" (interrupção de perdas) que os força a vender ações diante de fortes desvalorizações --geralmente, em quedas de 7% a 10% do Ibovespa.

O movimento leva a uma forte pressão vendedora que reduz os preços de ativos bruscamente. Enquanto ações caem, ativos menos arriscados, como ouro e dólar, tendem a disparar.

Contudo, com uma corrida de investidores para salvar investimentos, os fundos sofreram muitos saques, o que o fez buscar mais liquidez, se desfazendo até de ouro e dólar.

Nos últimos dias do mês e do trimestre, os fundos tendem a rebalancear as carteiras, fazendo apostas para as próximas semanas. O movimento trouxe uma certa calma ao mercado nos últimos dias, explicam analistas.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 01/04/2020	



EMPRESAS DE MÉDIO PORTE RECORREM AO GOVERNO PARA MANTER SALÁRIOS EM DIA



admin 1 Abril, 2020

Empresas de médio porte, com faturamento acima de R\$ 10 milhões anuais, reclamam de falta de apoio do governo federal para amenizar os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Na semana passada, elas ficaram de fora do pacote anunciado para ajudar pequenas e médias companhias (com receita entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões por ano) no pagamento da folha de salários por dois meses. Alguns empresários falam em risco para honrar os compromissos salariais já em abril e se queixam da falta de crédito no mercado.

O presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, levou a reclamação ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Em sua avaliação, além do pacote ter de incluir todas as empresas, sem trava de faturamento, são necessárias ferramentas para garantir o capital de giro das companhias. Segundo ele, é preciso ter outras linhas com garantia do Banco Central para que os bancos emprestem. Skaf disse que o governo aumentou a liquidez no mercado, reduzindo o compulsório dos bancos, por exemplo, mas ainda assim as empresas estão com dificuldades de acessar os recursos. “O dinheiro tem de chegar nas mãos das empresas.”

Alguns executivos confirmam a falta de liquidez no mercado. O presidente da Enjoy Hotéis e Resorts, Alexandre Zubarán, que tem hotéis e restaurantes em Olímpia (SP), afirma que nos últimos dias tentou antecipar recebíveis de cartão de crédito, mas teve a negativa da operadora. “No mundo real, não há liquidez nem oferta de crédito”, afirmou ele. Para as empresas com faturamento acima de R\$ 10 milhões, diz Zubarán, o trabalho tem sido lento, descoordenado e cheio de sinais contraditórios. “Já estamos na terceira semana, vai virar o mês e não sei o que

fazer com a folha de pagamento”, disse ele, citando o vaivém das medidas e divergências entre representantes dos Estados, municípios e governo federal.

O presidente do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepap) e do Beach Park, Murilo Paschoal, disse que também esteve em Brasília conversando com integrantes do governo para explicar a situação do setor, cuja cadeia emprega 4 milhões de pessoas. “Precisamos de medidas que ajudem a pagar o salário dos funcionários, já que o faturamento das empresas zerou.”. Uma das sugestões é o governo usar o seguro desemprego para pagar os funcionários, pois, se os empregadores demitirem, já teria de fazer o desembolso de qualquer forma. “A maioria das empresas do setor tem caixa para pouco tempo.”

André Ricardo Telles, presidente da Ecosan, que desenvolve e produz equipamentos e sistemas para tratamento de água e efluentes, também disse temer pela falta de recursos. “Em uma única semana, vários fornecedores cancelaram contratos”, disse Telles. “E grandes empresas que tinham pagamentos agendados já não estão pagando; não sei se estão preservando dinheiro ou, pelo fato de estarem trabalhando em home office, há dificuldades técnicas para o pagamento.” O executivo afirmou que tem tentado falar com clientes, e que nenhum deu explicação sobre quando os pagamentos serão realizados.

Telles afirmou ter caixa para pagar os funcionários, “que são prioridade no momento”, mas, por não receber de seus clientes, vai ter de selecionar quais fornecedores poderá pagar. Segundo ele, se tivesse acesso ao pacote do governo, não precisaria se preocupar com o pagamento dos funcionários “e poderia priorizar outras coisas”. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira, também reclama da falta de caixa das médias empresas. Segundo ele, muitas companhias do setor, que emprega 270 mil funcionários diretos, correriam o risco de não ter tempo hábil para conseguir pagar os salários de março integralmente.

“O grande receio que temos é de ocorrer uma convulsão social, caso as empresas não consigam pagar os salários nos próximos dois meses”, afirmou Ferreira, para quem o pacote de ajuda para pagamento salarial não deveria ter teto. Segundo ele, 38% das empresas do setor são de micro ou pequeno porte. O gerente de política industrial da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), João Emílio Gonçalves, também defendeu que o plano do governo deveria ter cobertura maior para atingir empresas com faturamento superior. Ele ressalta que, sem ajuda imediata, várias empresas não conseguirão sequer pagar os salários de março.

A linha aberta pelo BNDES para financiar capital de giro de empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões ao ano engloba parte das empresas. Porém, disse Gonçalves, as taxas de juros no mercado podem atingir mais que o dobro da cobrada pelo programa recém-aprovado (de 3,75% ao ano), dependendo do spread cobrado pelos agentes financeiros. Além disso, disse ele, é preciso regulamentar o sistema nacional de garantias para que as empresas consigam ter acesso às linhas de financiamento. “Do contrário, não adianta ter recursos em boas condições se a empresa é barrada na análise de riscos.”

“As empresas precisam de uma linha para capital de giro em condições competitivas com o momento atual, pois, com redução geral da demanda, a situação de várias delas é preocupante”, disse Gonçalves. “Também é preciso uma medida para postergar o pagamento de impostos por 90 dias, assim como foi feito com as empresas do Simples.” Procurado, o Ministério da Economia disse que o grupo de monitoramento da crise econômica relacionada à covid-19 analisa “diversas alternativas para reduzir os impactos da pandemia para o setor produtivo e para o setor público, com o objetivo de preservar especialmente a população mais vulnerável”. Mas disse que não comenta medidas em análise.

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 01/04/2020	



Política

AL-BA vota nesta quarta estado de calamidade pública para municípios baianos



01 de Abril de 2020 às 09:51 Por: [Arquivo / BNews](#) Por: [Redação BNews](#) 0 comentários

A Assembleia Legislativa da Bahia se reúne de forma virtual nesta quarta-feira (1) para apreciar mensagens de municípios afetados pelo Covid-19, em que solicitam declaração de “estado de calamidade pública”. Dentre eles estão, Feira de Santana, Camaçari e Lauro de Freitas. A medida flexibiliza a execução orçamentária das prefeituras – inclusive quanto ao cumprimento de metas fiscais.

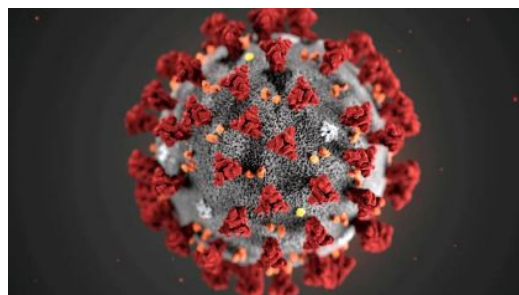
O presidente Nelson Leal explica que o avanço da pandemia preocupa a todos, inclusive prefeitos que não tiveram seus municípios atingidos: “Especialistas garantem que só o isolamento social reduz a velocidade da infestação – evitando o colapso do sistema de saúde – medida que tem elevado custo”, frisou. Ele confirmou que entre as mensagens em condição de apreciação também estão as formuladas pelas prefeituras de Canarana, Jequié, Uibaí, Curaçá, Abaíra, Monte Santo e São Domingos.

Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 01/04/2020	



Coronavírus

Estados antecipam medida para aliviar crise econômica do coronavírus



01 de Abril de 2020 às 06:01 Por: Agência Brasil Por: Folhapress 0 comentários

Na falta de uma orientação para que governo federal, estados e municípios atuem de forma complementar no combate ao coronavírus e seus efeitos econômicos, cada unidade da Federação tem agido por conta própria, muitas vezes com ações que se sobrepõem.

Estudo elaborado pela pesquisadora da área de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) Vilma Pinto traz um mapa das ações adotadas nas 27 unidades da Federação até o dia 25.

Todos os governadores decretaram estado de calamidade ou emergência e adotaram medidas de isolamento social e interrupção de comércio, serviços e eventos, apesar das divergências dentro do governo federal sobre esses temas.

Também foram disponibilizados recursos para empresas por 16 estados e criados diversos auxílios para famílias e informais, em um momento em que o Ministério da Economia e o Banco Central tentam tirar do papel programas nesse mesmo sentido.

Outras ações comuns dos governadores têm sido a prorrogação do pagamento do principal imposto estaduais (ICMS) para empresas de menor porte e prolongamento ou isenção de pagamento de serviços de água e energia.

“Isso está sendo feito de uma forma urgente. Está todo o mundo atirando para todos os lados. Os estados estão tentando tomar medidas para controlar essa pandemia e conseguir fazer esse isolamento da melhor forma possível. A gente está olhando muito para o governo federal, mas estados e municípios estão fazendo muitas coisas”, afirma a pesquisadora.

Vilma diz que é importante analisar se o gasto está sendo bem direcionado e reavaliar algumas ações quando houver sobreposição na atuação federal e estadual, como no caso dos auxílios para informais.

Segundo a pesquisadora, em alguns casos, pode ser mais efetivo utilizar recursos para ações como compra de materiais hospitalares para combate à Covid-19 e contratação de pessoal na área de saúde, algo que, aliás, está sendo feito por vários governadores, mas de forma diferente.

“Alguns estão nomeando concursados, lançando editais ou fazendo contratos emergenciais. Outros estados também poderiam abrir para as pessoas se candidatarem como voluntárias, como no Rio. São ideias que podem complementar ações”, afirma.

Sobre o valor total das despesas, ela diz que é muito cedo para buscar uma cifra e que qualquer estimativa seria um chute. “A melhor forma de contribuir não é gerar um número, mas apontar as direções. Mais importante é saber quais as medidas que estão sendo feitas, quais são úteis, qual a melhor forma de alocar recursos.”

O levantamento também traz o número de leitos por 10 mil habitantes em cada estado, o que mostra que as necessidades de cada região podem ser diferentes, segundo ela.

O mesmo se dá em relação à suplementação de renda em cada região, que pode demandar ações complementares de diferentes níveis de governo.

“Se a gente olhar a renda domiciliar per capita, a gente vê que R\$ 600 no Acre são muito mais significativos que R\$ 600 em São Paulo. Os informais e microempreendedores que estão no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, para eles essa complementação de renda pode não ser tão eficaz quanto nas regiões Norte e Nordeste.”

Veículo: Bocão News	Política
Data: 30/03/2020	



Política

Sem pacote econômico, deputado cobra medidas do governo do estado para economia nos municípios



31 de Março de 2020 às 18:09 Por: [Arquivo BNews](#) Por: [Juliana Nobre](#) 0 comentários

Asituação econômica nos municípios baianos vem preocupando, principalmente, os prefeitos O governo do estado ainda não lançou um pacote econômico para reduzir os danos da pandemia de coronavírus e a cobrança já está sendo sentida. Na semana passada, o **BNews** publicou [a revolta de uma parte dos prefeitos](#) em torno das declarações do governador sobre medidas restritivas em municípios que ainda não registraram casos por coronavírus.

Por outro lado, o deputado estadual Niltinho (PP) indicou ao governador Rui Costa (PT) a implantação da Campanha “Compre do comércio local”. O objetivo é que o Estado solicite aos prefeitos dos municípios baianos as compras governamentais através do comércio local. Outro objetivo da proposta é incentivar a população a fazer suas compras nos estabelecimentos dos comerciantes locais e adquiram serviços dos empresários estabelecidos nos municípios baianos.

Em conversa com o **BNews**, nesta terça-feira (31), o parlamentar, e pré-candidato a prefeitura de Salvador, apontou algumas medidas que podem contribuir para diminuir os impactos econômicos. “Uma das medidas é paralisar o repasse do ICMS aqui ou

parcelar de uma forma mais suave para que o empresário consiga pagar. É muito difícil para o comerciante fechar as portas. Tem o pacote do governo federal, que apesar de ser pequeno, mas já é alguma coisa”.

Ainda sobre o projeto, Niltinho ressalta a necessidade de injetar recursos na economia local dos municípios baianos. “É necessário que o poder público e a população incentivem esses empresários, dando preferência em comprar os produtos desses estabelecimentos a fim de aquecer a economia local que, assim como está acontecendo em todo o mundo, terão profundos impactos como desaceleração e queda dos números”

Veículo: Política Livre	
Data: 01/04/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

01 de abril de 2020 | 09:52

“Não tem equipamentos para os leitos que montamos”, diz Rui sobre combate ao coronavírus

BRASIL

Em entrevista ao portal UOL, publicada nesta quarta-feira (01), o governador Rui Costa (PT) disse que há escassez de equipamentos para os leitos montados para combater o surto de coronavírus no Estado. Segundo o petista, a China é hoje o único fornecedor de insumos, o que também tem gerado problemas. “Os governadores se mobilizaram, montaram estruturas para abrir leitos adicionais, mas não estamos conseguindo comprar respiradores. O ministério também não consegue entregar”, disse.

“Mas o maior problema é de fato a ausência de insumos. Esse é o maior drama, já que virou uma crise planetária e o mundo todo está comprando. Basicamente, nós estamos com um grande e único fornecedor, que é a China. Os Estados Unidos estão comprando da China, a Alemanha fechou as fronteiras e não consegue produzir para outros países. Os grandes produtores internacionais estão voltados para si mesmos ou estão com a produção já toda comprometida. O maior drama hoje é conseguir insumos, equipamentos para estruturar as áreas de assistência suplementar que nós montamos”, acrescentou.

Ainda de acordo com Rui, apesar das críticas que fez ao governo federal, o Consórcio Nordeste, do qual é presidente, continua aberto a dialogar com o Palácio do Planalto. “Nós temos que pensar na vida humana, nas pessoas, no Brasil. As críticas são para ver se o presidente desperta, acorda e vem exercer a sua função. Ele foi eleito pela maioria do povo brasileiro para ser o condutor dessa nação. O povo designou ele para essa tarefa. O que nós estamos cobrando dele é no sentido de que venha a exercer o cargo para o qual foi eleito, exercer de forma plena”, disse.

Guilherme Reis

Veículo: Política Livre	
Data: 01/04/2020	Caderno: Economia



01 de abril de 2020 | 08:50

Governo publica MP que reduz contribuição das empresas para o ‘Sistema S’

ECONOMIA

O governo publicou a Medida Provisória 932/2020, que reduz por três meses as contribuições que são recolhidas pelas empresas para financiar o “Sistema S”. A medida foi anunciada dentro do pacote emergencial de ações para atenuar os impactos da pandemia do novo coronavírus na economia do País. O texto foi publicado ontem em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

O corte dos valores repassados às entidades começa a valer nesta quarta-feira, dia 1º, e vai durar até 30 de junho. A medida alcança entidades como Sesi, Senac, Senai, Sesc, Sest, Senar e SESCOOP. Segundo o governo, ao todo as alíquotas pagas pelo setor produtivo sofrerão um corte de 50%. Para o Sebrae, a MP determina que a entidade destine ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, no mínimo, 50% do adicional da contribuição que lhe for repassada nos termos da lei.

Há duas semanas, quando anunciou as primeiras medidas do pacote para combate ao coronavírus, o governo disse que a redução da verba do “Sistema S” representaria um impacto de R\$ 2,2 bilhões durante os três meses de vigência. Os valores repassados para essas entidades são recolhidos por meio de contribuição cobrada sobre a folha de pagamento das empresas. Empresas do setor industrial recolhem para Sesi e Senai, por exemplo. Empresas do comércio para Sesc e Senac. O recurso é recolhido pela estrutura de arrecadação do governo, que transfere toda a verba às entidades.

A MP estabelece que a redução das alíquotas serão nos seguintes percentuais:

– Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP): 1,25%.

– Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social do Transporte (Sest): 0,75%.

– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat): 0,5%.

– Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar): 1,25% da contribuição incidente sobre a folha de pagamento; 0,125% da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,10% da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.

O texto ainda determina que, por esses três meses, a retribuição será de 7% para os seguintes beneficiários: Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar e SESCOOP.

Estadão Conteúdo

Veículo: Política Livre	
Data: 01/04/2020	Caderno: Economia



01 de abril de 2020 | 07:57

Estados antecipam medida para aliviar crise econômica do coronavírus

BRASIL

Na falta de uma orientação para que governo federal, estados e municípios atuem de forma complementar no combate ao coronavírus e seus efeitos econômicos, cada unidade da Federação tem agido por conta própria, muitas vezes com ações que se sobrepõem. Estudo elaborado pela pesquisadora da área de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) Vilma Pinto traz um mapa das ações adotadas nas 27 unidades da Federação até o dia 25.

Todos os governadores decretaram estado de calamidade ou emergência e adotaram medidas de isolamento social e interrupção de comércio, serviços e eventos, apesar das divergências dentro do governo federal sobre esses temas.

Também foram disponibilizados recursos para empresas por 16 estados e criados diversos auxílios para famílias e informais, em um momento em que o Ministério da Economia e o Banco Central tentam tirar do papel programas nesse mesmo sentido.

Outras ações comuns dos governadores têm sido a prorrogação do pagamento do principal imposto estaduais (ICMS) para empresas de menor porte e prolongamento ou isenção de pagamento de serviços de água e energia.

“Isso está sendo feito de uma forma urgente. Está todo o mundo atirando para todos os lados. Os estados estão tentando tomar medidas para controlar essa pandemia e conseguir fazer esse isolamento da melhor forma possível. A gente está olhando muito para o governo federal, mas estados e municípios estão fazendo muitas coisas”, afirma a pesquisadora.

Vilma diz que é importante analisar se o gasto está sendo bem direcionado e reavaliar algumas ações quando houver sobreposição na atuação federal e estadual, como no caso dos auxílios para informais.

Segundo a pesquisadora, em alguns casos, pode ser mais efetivo utilizar recursos para ações como compra de materiais hospitalares para combate à Covid-19 e contratação de pessoal na área de saúde, algo que, aliás, está sendo feito por vários governadores, mas de forma diferente.

“Alguns estão nomeando concursados, lançando editais ou fazendo contratos emergenciais. Outros estados também poderiam abrir para as pessoas se candidatarem como voluntárias, como no Rio. São ideias que podem complementar ações”, afirma.

Sobre o valor total das despesas, ela diz que é muito cedo para buscar uma cifra e que qualquer estimativa seria um chute. “A melhor forma de contribuir não é gerar um número, mas apontar as direções. Mais importante é saber quais as medidas que estão sendo feitas, quais são úteis, qual a melhor forma de alocar recursos.”

O levantamento também traz o número de leitos por 10 mil habitantes em cada estado, o que mostra que as necessidades de cada região podem ser diferentes, segundo ela.

O mesmo se dá em relação à suplementação de renda em cada região, que pode demandar ações complementares de diferentes níveis de governo.

“Se a gente olhar a renda domiciliar per capita, a gente vê que R\$ 600 no Acre são muito mais significativos que R\$ 600 em São Paulo. Os informais e microempreendedores que estão no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, para eles essa complementação de renda pode não ser tão eficaz quanto nas regiões Norte e Nordeste.”

Veículo: Política Livre	
Data: 31/03/2020	Caderno: Economia



31 de março de 2020 | 20:00

Bolsa tem o pior trimestre da história e dólar sobe quase 30%, a R\$ 5,20

ECONOMIA

A crise do coronavírus levou a Bolsa de Valores brasileira a registrar, no primeiro trimestre de 2020, a maior desvalorização trimestral da história. De janeiro até esta terça-feira (31), o Ibovespa acumulou queda de 36,85%, superando o recuo de 1986, segundo dados da Economatica. Naquele ano, a Bolsa caiu 36,25% no terceiro trimestre com o fracasso do Plano Cruzado.

Em março, o Ibovespa acumula desvalorização de 29,90%, o quarto pior desempenho mensal da história, atrás de março de 1990 e junho de 1989, períodos marcados pela hiperinflação, e de agosto de 1998, ano da crise russa.

Já o dólar tem a terceira maior alta trimestral do Plano Real. A valorização de 29,5% nos três primeiros meses de 2020 perde apenas para o terceiro trimestre de 2002, antes da eleição de Lula para o primeiro mandato presidencial, e para o primeiro trimestre de 1999, quando quando o Banco Central (BC) encerrou a política do câmbio fixo.

Nesta terça, a moeda terminou o pregão cotada a R\$ 5,1990, alta de 0,34%. Na máxima, chegou a R\$ 5,2150, mas perdeu força com o leilão de US\$ 755 milhões à vista do BC. O patamar do dólar é próximo ao recorde nominal (sem contar a inflação) do dia 18, de R\$ 5,2020.

Em termos reais (corrigidos pela inflação), a moeda americana ainda está longe de sua máxima de 2002. Se for considerado apenas o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, o pico de R\$ 4 naquele ano, equivale a cerca de R\$ 10,80 hoje. Caso também seja levada em conta a inflação americana, o valor corrigido seria cerca de R\$ 7,50.

Já o Ibovespa está no menor patamar desde julho de 2018. Em mais uma sessão volátil, o Ibovespa passou de alta para queda de 2,17%, a 73.019 pontos.

O índice brasileiro seguiu o desempenho de Wall Street. Dow Jones fechou em queda de 1,84%, no pior trimestre desde 1987, ano da Segunda-Feira Negra, índice americano desabou 22,61% em uma única sessão.

Nesta terça, S&P e Nasdaq caíram 1,60% e 0,95%, respectivamente, encerrando os piores trimestres desde 2008, ano da crise financeira.

Neste mês, a Bolsa brasileira e Bolsas americanas registraram volatilidade recorde, acionando sucessivos circuit breakers (paralisação temporária das negociações), devido ao pânico de investidores diante da Covid-19. Para conter a pandemia, as principais economias globais paralisam atividades, o que, segundo economistas, deve gerar uma das piores recessões da história.

As bruscas quedas dos índices desencadearam um efeito cascata. Os fundos de investimento têm mecanismos de “stop loss” (interrupção de perdas) que os força a vender ações diante de fortes desvalorizações –geralmente, em quedas de 7% a 10% do Ibovespa.

O movimento leva a uma forte pressão vendedora que reduz os preços de ativos bruscamente. Enquanto ações caem, ativos menos arriscados, como ouro e dólar, tendem a disparar.

Contudo, com uma corrida de investidores para salvar investimentos, os fundos sofreram muitos saques, o que o fez buscar mais liquidez, se desfazendo até de ouro e dólar.

Nos últimos dias do mês e do trimestre, os fundos tendem a rebalancear as carteiras, fazendo apostas para as próximas semanas. O movimento trouxe uma certa calma ao mercado nos últimos dias, explicam analistas.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Heloísa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

R\$ 600 com urgência

Bem concebido, programa de amparo a vulneráveis exige agora agilidade inaudita do Executivo federal

Além de ambicioso, é o geral bem desenhado o programa emergencial de atendimento a famílias de baixa renda recém-aprovado pelo Congresso, cuja sanção já foi anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro. O principal desafio, contudo, reside em executar o plano a tempo.

O texto acertou ao focalizar os beneficiários — maiores de 18 anos, sem emprego formal ativo (incluindo intermitentes parados), que exerçam atividade de microempreendedor individual, autônomo ou assalariado sem carteira assinada inscrito no cadastro que serve de base para os programas sociais.

Ficam de fora os já atendidos pelas políticas assistenciais, com exceção do Bolsa Família, aqueles com renda familiar superior a três salários mínimos (ou meio salário mínimo per capita) e os que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2018 (e, portanto, tiveram de preencher declaração de Imposto de Renda).

Esta última condição é a única claramente questionável, uma vez que pode excluir pessoas que tenham perdido renda desde o ano retrasado. Parlamentares já se mobilizam para alterar esse trecho.

Estima-se que, assim, mais de 30 milhões de brasileiros façam jus a pagamentos mensais de R\$ 600 ao longo de três meses. Mães de família monoparentais receberão R\$ 1.200; até duas pessoas por família podem se qualificar ao auxílio; clientes do Bolsa Família podem migrar para o novo benefício.

Trata-se, na prática, de mais que duplicar o alcance do Bolsa Família, que hoje atende a cerca de 13 milhões, além de elevar valores. Nos cálculos da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado Federal, os desembolsos chegarão à casa dos R\$ 60 bilhões.

A despesa mostra-se plenamente justificável diante da perspectiva de queda brutal da atividade econômica nas próximas semanas ou meses de combate ao coronavírus. Se há problemas formais para a liberação dos recursos, que sejam removidos. A grande dificuldade, porém, estará em fazer o dinheiro chegar a todos os necessitados.

Conhecem-se hoje os beneficiários do Bolsa Família e um número semelhante de outros inscritos no cadastro oficial. São identificáveis também os microempreendedores individuais e os autônomos que contribuem para a Previdência. Muito mais complexo será encontrar os novos pobres e trabalhadores informais não cadastrados.

Estes, até onde se sabe, terão de fazer autodeclarações em uma página oficial na internet ainda em desenvolvimento. A via é sem dúvida precária, mas não parece simples imaginar alternativas.

O Executivo, que andou a reboque do Congresso nessa medida essencial, precisa agora mostrar capacidade de articulação. O Brasil felizmente dispõe de um aparato de proteção social espalhado por todo o seu território. Urge mobilizar todos os meios disponíveis.

Competição no 5G

Decisão de não vetar chineses como fornecedores da rede sugere ambiente com mais concorrência

Na batalha entre Estados Unidos e China pelo protagonismo no 5G, o próximo degrau da revolução digital no campo da troca de dados, o Brasil sofre, como outros países, as pressões de Washington e Pequim visando favorecer seus lados.

Os americanos têm sido mais agressivos, ante ofertas chinesas de melhor custo-benefício. Afirmam que a Huawei, gigante rival, oferece soluções de rede que embute mecanismos de espionagem.

Com isso, conseguiram que diversos aliados excluíssem a empresa asiática de fornecimento para operadoras que disputam leilões de frequências do 5G — a tecnologia sustenta a velocidade da chamada internet das coisas, que integrará de geladeiras a sistemas militares.

No Brasil, o alinhamento do governo Jair Bolsonaro à administração Donald Trump sugeria um favorecimento aos EUA. Com efeito, alguns acordos estabelecidos entre os países e a posição anti-China do filho presidencial Eduardo pareciam selar o curso do debate.

Entretanto a crise diplomática criada pelo mesmo Eduardo Bolsonaro, ao endossar acusações à ditadura chinesa pela pandemia do coronavírus, parece ter ajuda

do a reverter o quadro. Bolsonaro teve de apaziguar Xi Jinping, o líder chinês, na semana passada. Três dias depois do telefonema, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) decidiu não impor vetos a fornecedores de 5G ao instruir normas para o leilão que deverá acontecer no fim do ano.

A Huawei e americanas como a Qualcomm não participam do certame, mas são fornecedoras de infraestrutura das operadoras.

O GSI poderia impor restrições se considerasse, segundo a tese dos EUA, que equipamentos chineses representam risco para dados sigilosos e à soberania nacional. Preferiu listar salvaguardas de segurança e também pulverizar a operação, obrigando que operadoras numa mesma região tenham fornecedores distintos.

Tudo isso contribuiu para um ambiente concorrencial mais saudável, embora a convergência inerente ao setor sugira limites às intenções de governos — como demonstra a tentativa de criar um ecossistema de empresas telefônicas regionais nos anos 1990.

Além disso, nunca é bom subestimar a influência dos Estados Unidos sobre o governo Bolsonaro.



O pior cenário

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Quanta gente vai morrer na pandemia de Covid-19? A pergunta é, por ora, irrespondível, embora não falem modelos epidemiológicos que tentam oferecer às autoridades sanitárias uma base minimamente racional para a tomada de decisões.

Os cenários traçados nessas simulações vão desde o verdadeiramente hígidos, que preveem, na pior hipótese, 40,6 milhões de óbitos globais (Imperial College), aos mais róseos, nos quais menos de um de cada mil infectados fica doente o bastante para precisar de tratamento médico (Oxford).

Como é possível tanta discrepância? Modelos são tão bons quanto seus pressupostos e os parâmetros com os quais você os alimenta. E a triste verdade é que ainda sabemos muito pouco sobre o Sars-Cov-2. Um número tão fundamental como a proporção de assintomáticos para cada paciente sintomático ainda não foi bem estabelecido. É ele que pode nos dar um vislumbre de quanto longe estamos do fim da pandemia, na ausência de uma vacina.

Também estamos supondo que pessoas que tenham sido infectadas e se recuperado se tornem pelo menos transitória e imunes ao vírus. É uma boa aposta, considerando o comportamento da grande maioria dos vírus e os dados até aqui coletados, mas não estamos 100% seguros de que isso seja verdade. Se não for, todos os modelos ruem. Os que estamos usando são do tipo SIR e, não havendo imunidade, teriam de ser do tipo SIS. O cenário ficaria mais tenebroso também.

Apesar dessas limitações, modelos epidemiológicos têm uma peculiaridade que os torna nossa melhor defesa contra a epidemia. Uma previsão climática pessimista não altera o tamanho da tempestade, mas um cenário epidemiológico mais assustador muda o comportamento do público e de autoridades, o que afeta a magnitude da epidemia. Assim, paradoxalmente, podemos dizer que um modelo é bem-sucedido quando faz com que todos atuem para falsear as suas piores previsões.

heio@uol.com.br

Bolsonaro sentiu o baque

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Jair Bolsonaro sentiu o baque. Por semanas, o presidente desprezou os alertas de autoridades internacionais sobre a gravidade do coronavírus. Agora, ele busca uma correção de rumo forçada, com direção a falsificação das avaliações técnicas desses mesmos personagens.

O presidente abandonou os ditos "resfriadinho" e "gripezinha" em seu pronunciamento desta terça (31). Depois de conduzir a crise com uma estratégia cruel e insensata, Bolsonaro percebeu que a catástrofe na saúde pública poderia esfriar a popularidade de seu governo.

O homem que dizia apenas lamentar a morte de milhares de brasileiros resolveu fingir alguma preocupação com a saúde da população. Ensaçou um lance de empatia com os espectadores, afirmou já ter perdido antes queridos e emendou: "Sei o quanto isso é doloroso".

Bolsonaro agora tenta recuar a um ponto de equilíbrio entre sua obsessão pela preservação da economia e a intenção de salvar vidas — embora não dê a menor pista de qual é esse

ponto. O jogo de manipulação presente em seu discurso, aliás, mostra que ele ainda prioriza o primeiro elemento desse binômio.

Em seu malabarismo, o presidente deturpou na TV as declarações do diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus. Depois que o dirigente afirmou que os países deveriam levar em conta as necessidades dos trabalhadores impactados pela crise, Bolsonaro inventou a versão de que a entidade defende a retomada imediata da atividade econômica.

O presidente, porém, sonou o trecho em que Tedros reforça a importância do isolamento social e diz que os governos precisam proteger a população mais vulnerável. Apesar do ajuste no tom, ele continua evitando um encontro com a realidade.

Bolsonaro nunca respeitou a organização, já que seus especialistas contradizem a estratégia inconsistente de lançar milhões de pessoas às ruas no meio de uma pandemia. Contrariando, o presidente quer asfixiar a verdade e torturar os fatos para que eles fiquem a seu favor.

Bolsonaro Jones

Ruy Castro

RIODE JANEIRO Em novembro de 1978, um americano, James Warren Jones, 47 anos, "reverendo" da seita Templo do Povo, fundado por ele mesmo, induziu 900 seguidores numa comunidade agrícola chamada Jonestown, na Guiana, a cometer suicídio em massa, tomando suco de frutas (sabor uva) misturado com cianeto. Os primeiros a morrer foram as 276 crianças do local, envenenadas pelos pais. Em seguida, estes se deitaram e tomaram a beberagem fatal. Ato contínuo, Jim Jones, como passou à história, se matou com uma bala na cabeça.

Seu argumento para convencer os fiéis a morrer foi uma ameaça de invasão da comunidade por um suposto inimigo, nunca devidamente definido, que os escravizaria e submeteria a lavagem cerebral. O conteúdo das pregações de Jones era confuso e envolvia marxismo, budismo e metodismo, tudo embrulhado em roupagem messiânica ao estilo de Stalin ou Hitler. Não por acaso, sua mãe, quando ele nasceu, em

1931, na rural e atrasada Indiana, dizia ter dado à luz um "messias". Jones também devia se ver assim, por que parecia acreditar no que dizia. O fato é que nenhum outro líder carismático levou tantos seguidores — quase mil, de uma só vez — e a uma simples ordem — tão cegamente à morte. Até agora.

Jair (já de batismo Messias) Bolsonaro pode bater o recorde de Jim Jones. Sua audácia em contrariar a ciência, a OMS, as medidas mundiais e o bom senso, insistindo em levar seus apoiadores a expor-se ao coronavírus, não é muito diferente de propor um suicídio coletivo.

É verdade que ele é o primeiro a seguir o próprio conselho. Saiu rua, deixa-se tocar e circula entre possíveis infectados como se fosse à prova de contágio. Ao desfilar sua auto-proclamada invulnerabilidade, parece querer provocar um holocausto particular, como o de Jim Jones.

Jones, pelo menos, foi até o fim. Bolsonaro, para ser coerente, também terá de ir. Enão será por falta de bala.

Necessidade moral

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). Escreve às quartas

Desde antes de sua posse, o presidente Bolsonaro é assessorado (ou melhor, "acecorado") por um grupo ideológico que continua escondido nos porões do palácio. A desastrosa mensagem à nação (24/3), que destruiu parte importante do respeito que lhe tinha a sociedade, foi obra desse tumor maligno que trabalhou à socapa e surpreendeu até os palacianos.

Para verificar a sua inconsequência, basta mostrar o que ele mesmo disse, na terça-feira 17/3, ao encaminhar a mensagem nº 93 ao Congresso para que este reconhecesse a "necessidade de um estado de calamidade pública" em decorrência da pandemia da Covid-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde: "O desafio para as autoridades governamentais em todo o mundo, além das evidentes questões de saúde pública, reside em ajudar empresas e pessoas, especialmente aquelas mais vulneráveis à desaceleração do crescimento econômico, a atravessar este momento inicial".

A resposta do Congresso ao seu apelo foi pronta e segura. Na quinta-feira, 19/3, o Senado aprovou, por unanimidade, a proposta do projeto de decreto legislativo nº 88, da Câmara. Deu ao Executivo os graus de liberdade pedidos, submetendo-o ao necessário controle de uma comissão parlamentar para que a expansão dos gastos não contamine o Orçamento em vigor. Usando-o, o Executivo emitiu, no domingo, 22/3, a rápida e malleita medida provisória 927. Uma barbearagem gigantesca, que obrigou o presidente a revogar, no dia seguinte, o seu artigo 18, que previa a possibilidade de suspender contratos de trabalho sem nenhuma remuneração ao trabalhador. Um evidente disparate.

Qual será o custo do enfrentamento da pandemia no Brasil? Ninguém pode responder, diante das incertezas das ações humanas somadas aos caprichos da dinâmica da evolução epidemiológica. Isso é irrelevante diante da absoluta necessidade moral de reduzirmos ao mínimo, com estratégias empiricamente testadas, o número de óbitos. Quem vai pagá-lo? Não é o governo, mas todos nós, a sociedade organizada que criou o Estado (que não gera recursos, só pode transferi-los) exatamente com esse objetivo: coordenar ações de todos no enfrentamento de tragédias como a que estamos vivendo.

Ao final e ao cabo, como sempre, todos pagaremos pelo empobrecimento geral, proporcionalmente à nossa situação de vulnerabilidade, exatamente como numa guerra. O Brasil nunca mais será o mesmo. Terá de repensar a volta do seu crescimento com maior aumento da igualdade de oportunidades e ênfase total na perspectiva de aumento do acesso geracional de seus cidadãos. A crise talvez seja uma oportunidade civilizatória.

mercado coronavírus

Maia critica lentidão do governo para pagar R\$ 600; Guedes cobra Legislativo

Deputado diz que nem parece que medida é emergencial; ministro afirma que é necessária PEC

BRASÍLIA Ainda travado na área técnica do governo, o auxílio emergencial de R\$ 600 a informais abriu uma disputa de versões nesta terça-feira (31) entre Paulo Guedes (Economia) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR).

Enquanto o ministro cobra a a Câmara e afirmava que a efetivação dos pagamentos dependia da aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) pelo Legislativo, Maia criticou a demora do governo em liberar os benefícios e acusou o governo de mentir na ação que impetrou no STF (Supremo Tribunal Federal).

Embora o projeto que cria o auxílio tenha sido aprovado pelo Congresso, restando apenas a sanção do presidente Jair Bolsonaro, Guedes afirmou que o início dos pagamentos ainda terá de esperar a aprovação pelo Legislativo de uma emenda constitucional do chamado "Orçamento de guerra".

"Tem um problema técnico de liberação de fontes. E aí está se discutindo a velocidade com que se pode aprovar uma PEC para dar origem e fontes a essas despesas. Do ponto de vista técnico, está tudo pronto na Economia. Agora é um trâmite político e jurídico", disse.

O presidente da Câmara articula a aprovação do Orçamento de guerra. A ideia é separar o Orçamento fiscal do Orçamento da crise. Durante a vigência da calamidade pública, o texto permitirá que o governo não cumpra a regra de ouro, norma que impede endividamento para pagar despesas correntes.

Quando lhe foi perguntado sobre a demora na implementação das medidas, Guedes respondeu que falta percepção de quanto esforço é necessário para criar um programa novo. Ele cobrou Maia para que a medida seja destravada.

"Estamos com um problema técnico de fontes, e o presidente Rodrigo Maia pode nos ajudar muito. Se ele encaminhar e aprovar em 24 horas uma PEC emergencial que regulariza isso, o dinheiro sai em 24 horas", afirmou.

Em seguida, o ministro se corrigiu e disse que não é possível dizer que os pagamentos sairiam 24 horas após a aprovação da PEC porque há prazos determinados para repasses de benefícios.

Em sessão virtual da Câmara, Maia disse que o calendário estabelecido pelo governo para os pagamentos não parece o de um apoio emergencial. A previsão inicial do Ministério da Cidadania é que o calendário de pagamentos comece no dia 16.

"Se é apoio emergencial, 16 de abril não parece tão emergencial para os brasileiros que estão precisando dos recursos." Para o deputado, o governo tem condições de fazer um mutirão e unificar estruturas, mesmo de forma remota, para organizar o pagamento do auxílio antes dessa data.

Maia também falou sobre a demora para a sanção presidencial ao projeto do auxílio emergencial. Segundo o presidente da Câmara, o Planalto deve estar avaliando o lastro técnico e o impacto fiscal para sancionar o texto.

"Mas eu não acho que uma matéria como essa, que todos sabem que é urgente, que ela possa esperar muito tempo."

"Acho que o governo certamente já deve estar avaliando a hipótese de sancionar ainda hoje [terça]. Acho que é o que todos estão esperando, principalmente os que hoje já não têm mais renda, já perderam as suas condições de traba-

lho pela crise do coronavírus."

Durante a sessão virtual após as críticas do ministro, no entanto, Maia foi mais duro e acusou o governo de mentir.

"Eu acho importante por que, se o ministro Paulo Guedes falou hoje, se ele estiver certo hoje, o governo mentiu

na ação que impetrou no Supremo com o ministro Alexandre de Moraes", afirmou Maia em sessão na Câmara.

O presidente da Câmara votou a defender a PEC que segrega o Orçamento e afirmou que ela é importante para o "arcabouço legal melhor pa-

ra o Poder Executivo".

"Mas o encaminhamento desse pleito ao ministro Alexandre de Moraes onde ele garantiu por liminar a suspensão, o afastamento desses artigos da LRF e da LDO garantem ao governo, pelas próprias palavras do governo, a pos-

sibilidade, a certeza da edição de uma medida provisória de crédito para pagar os R\$ 600 aprovados na Câmara e no Senado e que aguardamos, a sanção do presidente da República."

Ele acusou Guedes também de transferir responsabilidade,

des que seriam suas.

"Apenas esse esclarecimento, sem nenhuma adjetivação, sem nenhuma crítica, apesar de que seriam merecidas em relação à fala mais uma vez do ministro da Economia transferindo a terceiros responsabilidades dele quando nomeado ministro da Economia, superministro, com toda liberdade para nomear toda a sua equipe no Ministério da Economia."

Na entrada do Palácio da Alvorada, onde parou para cumprimentar eleitores, Bolsonaro disse no fim da tarde que ainda não havia assinado a medida porque vetos ainda estavam em análise.

Continue na pág. A16

Mais importante do que tudo que passamos é como passamos por tudo.

Nossos mais de 175 anos de experiência, tradição, segurança e todo o nosso conhecimento acumulado estão a serviço dos nossos clientes.

Mesmo não sendo cliente, acompanhe nossas análises diárias, como o Morning Call, no canal do Safra no YouTube.



www.safra.com.br



mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Horizonte

Ainda sem refletir os efeitos do coronavírus, as operações de fusões e aquisições notificadas ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em março cresceram 37% em relação ao mesmo mês de 2019. No trimestre, a alta foi de 25% na mesma base de comparação. É cedo para prever como o mercado vai se comportar, segundo especialistas, mas esse ritmo de crescimento deve entrar em compasso de espera nos próximos meses, no aguardo de melhores definições.

PAUSA A previsão de Carlos Priolli, sócio-diretor da administradora judicial Alvarez & Marsal, é que o comportamento deva repetir o cenário das crises de 2002 e 2008, com uma diminuição das operações. "Lá para 2022 se deve começar a ter operações da mesma magnitude que vínhamos tendo no mundo", ele afirma.

FEIRA LIVRE Priolli ressalva que vem recebendo contatos de vultre funds, os fundos abutres, já demonstrando interesse em comprar companhias em aperto financeiro e com dívidas.

ESTÓMAGO "Alguns fundos já nos procuraram dizendo que têm recursos na casa dos bilhões. Eles estão com bastante apetite, falando que vão fazer o resultado da década", afirma Priolli.

TELA Novo sucesso entre trabalhadores a distância no mundo todo, o aplicativo de teleconferência Zoom virou alvo de escrutínio da procuradora-geral do estado de Nova York, Letitia James.

LISTA Segundo o Financial Times, James comunicou o Zoom nesta semana sobre suas preocupações com erros cibernéticos e a capacidade da empresa de lidar com uma explosão de tráfego, protegendo os dados de novos usuários.

SEGURO Operações comerciais da plataforma na China também começam a gerar cautela entre especialistas de segurança. Ao Financial Times, o aplicativo diz que leva seu trabalho a sério.

ALONGAMENTO Com as acadêmicas fechadas durante a quarentena, a Netshoes registrou alta nas vendas de equipamentos para treinar em casa. Nas últimas duas semanas, o consumo de cordas subiu 2.000% e o de elásticos, 2.500%, segundo a empresa. A venda de halteres cresceu 1.900%.

EM CASA A ampliação das medidas de isolamento levou a um aumento nas queixas sobre problemas no acesso à internet. Foram 2.715 manifestações no Reclame Aqui sobre o tema nos dias de 16 a 22 de março, alta de 17,3% ante a semana anterior, diz a empresa.

EMPREGO A decisão do governo Dória de suspender parte dos contratos de prestação de serviços terceirizados abriu uma onda de demissões, segundo Vander Moraes, presidente do Sindprestem (sindicato do setor).

SALÁRIO A Prodesp, que administra o Poupatempo, um dos focos das demissões, afirma que orientou as empresas a não demitir. Quando se queixam da medida de Dória, empresários do setor o comparam com Bruno Covas. A prefeitura manteve o pagamento da mão de obra durante a quarentena.

JUSTIFICATIVA Existe uma outra explicação para o recente distanciamento de Paulo Guedes das atividades da pasta, um movimento que provocou desconflança sobre a postura do ministro da Economia no combate à crise do coronavírus.

AÇÚCAR Quem conhece Guedes rejeita as críticas de que teria se afastado do posto em um momento tão grave e diz que se trata apenas de um cuidado com a saúde porque ele teve taxas de glicose alteradas recentemente.

HOME OFFICE O ministro da Economia chegou a deixar Brasília e foi despachar de seu apartamento no Rio de Janeiro quando a doença atingiu membros do entorno de Bolsonaro. Nesta semana, Guedes voltou e se hospedou na Granja do Torto.

TRANSMISSÃO Na semana passada, o volume de visualizações do filme "Contágio" subiu 25% acima de outras produções disponíveis no Now, plataforma de streaming da Claro, segundo a empresa. O longa-metragem de 2011, de Steven Soderbergh, sobre um vírus altamente contagioso, está entre os cinco conteúdos mais alugados do serviço.

ATÉ TU Em entrevista, a distância, ao canal americano Fox News, na semana passada, o infectologista Ian Lipkin, que deu consultoria para produzir o filme de Soderbergh, afirmou que contraiu o coronavírus. "Se a doença me atingiu, pode atingir qualquer um", disse o médico.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JURO

Março, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março*
Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para empresas vencer no dia 20.abr e, para pessoas físicas, vence em 15.abr

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP
Alíquota Mínimo Máximo em R\$ em R\$
Empregado De 7,3% 97,04 713,09

Empregador 20% 250,50 1.220,21

* O prazo para o patrão da doméstica vencer no dia 7.abr. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

Maia critica lentidão do governo para pagar R\$ 600; Guedes cobra Legislativo

Continuação da pág. A17

"Nós estamos correndo atrás, porque os vetos precisam ser justificados. Não é só botar um xis ou não, tem de ser justificado."
No local, Bolsonaro foi pressionado por um simpatizante a agilizar a iniciativa. Segundo o eleitor, os trabalhadores autônomos estão "sofrendo".

"Tudo dentro de casa sem ter o ganha-pão para a família", afirmou. "Tem muita gente passando necessidade."

Como resposta, o presidente disse que o voucher ajudará muita gente que precisa e ressaltou que ele sancionaria o texto "o mais rápido possível".

A expectativa no Palácio do Planalto é que o voucher seja sancionado apenas nesta quinta-feira (2), uma vez que de ainda precisa passar por análise na SAJ (Subchefia de Assuntos Jurídicos) da Presi-

dência da República.

O presidente disse ainda que, com a pandemia do coronavírus, 2020 será um ano perdido na economia e ressaltou que a Covid-19 é o "Golias", uma referência ao gigante bíblico.

Na entrevista no Palácio do Planalto, Guedes afirmou que há uma preocupação entre os técnicos da equipe econômica em relação à segurança jurídica de medidas tomadas no ambiente de crise.

"Se fosse dinheiro nosso, botava a mão no bolso e soltava em 30 minutos. O problema é que são recursos públicos. Isso mais tarde é pedalar fiscal, é impeachment, não foi autorizado dessa forma, tinha licença do Supremo, mas foi decisão monocrática. Então precisamos do apoio do Congresso", disse.

Técnicos do Ministério da Economia justificam que a aprovação da PEC é necessá-

Se é apoio emergencial, 16 de abril não parece tão emergencial para os brasileiros que estão precisando dos recursos

Rodrigo Maia presidente da Câmara

ria para que seja liberado um crédito desse volume, que pode superar R\$ 50 bilhões, cuja estimativa não está no projeto aprovado pelo Congresso.

A avaliação é de que as medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus exigem que seja aberta uma exceção no cumprimento de regras fiscais vigentes hoje.

Técnicos de Orçamento do Congresso questionam essa necessidade sob o argumento de que os créditos extraordinários aprovados pelo Legislativo já ficam fora do teto de gastos, norma que limita o crescimento das despesas públicas. Segundo o plano do Ministério da Cidadania, o auxílio emergencial deve ser liberado primeiro para quem recebe o Bolsa Família. Esse grupo já está na base de dados do governo, o que agiliza o repasse.

Apresiação é que o calendário de pagamentos do Bolsa Família começa no dia 16. Bernardo Caram, Danielle Brant, Daniel Carvalho, Gustavo Uribe, Natália Cancian e Thiago Resende

Projeto congela aluguel de quem sofrer cortes de salário por causa da crise

Legislativo e Judiciário costuram acordo por texto que cria 'pausa legal' e flexibiliza contratos privados para evitar ações judiciais

Julio Wiziack

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, preparou um projeto de lei encampado pelo Senado para suspender desde o pagamento de aluguéis até a devolução de mercadorias adquiridas pela internet durante a pandemia do coronavírus.
O projeto foi apresentado pelo senador Antonio Anastasia (PSD-MG) nesta terça-feira (31) e terá relatoria de Simone Tebet (MDB-MS). Existe um consenso para que o texto seja aprovado na Casa e na Câmara dos Deputados até a próxima semana, em regime de urgência.

A ideia, de acordo com assessores de Toffoli, é organizar as relações privadas definidas em contratos que, na crise, precisam ser alteradas até o intermédias temporariamente sem que isso gere ações judiciais. Somente ficam de fora os casos de empresas em recuperação judicial e os serviços regulados (como água e energia).

Essa espécie de "pausa legal" foi definida de 2 de março — quando teve início o confinamento — até 20 de outubro, tempo previsto para que a crise tenha se dissipado. Depois desse prazo, todas as regras suspensas voltam à vigência normalmente.

Pelo projeto, inquilinos que tiverem redução de jornada ou redução salarial poderão negociar com o proprietário do imóvel a suspensão total ou parcial do pagamento do aluguel até o fim de outubro — prazo máximo da vigência dessa nova lei.

O saldo devedor será parcelado em cinco vezes e cada parcela (equivalente a 20% da dívida), incorporada ao aluguel a partir de novembro e até a quitação, que se dará em março de 2021.
Nesse período, ações de despejo não poderão ser movidas. A desocupação de imóveis alugados só poderá ser feita se o proprietário precisar do local como moradia.

Os síndicos poderão proibir festas e reuniões, fechar áreas comunitárias dos condomínios e vetar até o uso de vagas por visitantes. Eles poderão, no entanto, ser destituídos se não prestarem contas.

Arrendamentos agrários também terão seus prazos de renovação ou cancelamento flexibilizados nesse período. E a proibição para que estrangeiros façam esse tipo de negócio ficará suspensa.

"O ministro Toffoli preparou esse projeto com uma equipe dos mais gabaritados professores e juristas do país. Encampamos porque entendemos ser uma forma de evitar a judicialização nesse momento em que as pessoas precisam ficar em isolamento", disse Anastasia à Folha.

"Também barra uma série de projetos mais específicos nessa linha que tramitam tanto no Senado quanto na Câmara."

Sem a colaboração de representantes do Executivo, "que não se interessaram" segundo colaboradores de Toffoli, essa iniciativa representa mais um sinal da união de forças entre Legislativo e Judiciário diante de um governo desgastado no combate ao coronavírus.

Ao mesmo tempo em que pausa ações judiciais, o projeto flexibiliza o arcabouço jurídico de forma tão ampla que faz projetos de lei específicos (como os que tratam da relação entre correntista e banco) perderem o objeto.

Para o Congresso, isso é bom porque libera a pauta para assuntos mais urgentes no combate ao vírus.

O projeto também modifica a rotina das empresas. Reuniões e assembleias poderão ser feitas a distância, por meio de videoconferência, e os votos de diretoria, enviados por e-mail. No caso das companhias abertas, caberá à CVM (Comissão de Valores Imobiliários) regulamentar esses procedimentos.

Também será permitido que empresas possam distribuir lucros e dividendos vencidos neste ano, mesmo que isso não esteja previsto no estatuto da companhia.

O texto suspende até mesmo regras do Código de Defesa do Consumidor. Compras feitas pela internet, por exemplo, só poderão ser devolvidas a partir do final de outubro devido às dificuldades de logística nos países.

Caminhões estarão autorizados a trafegar pelas rodovias com excesso de carga, des-

LIMINAR GARANTE ABERTURA DAS LOJAS AMERICANAS NO RIO

A juíza Angélica Santos Costas, da Sétima Vara de Fazenda Pública do Rio, concedeu às Lojas Americanas liminar permitindo a reabertura de lojas na capital fluminense e em outras cinco cidades do estado. Na decisão, ela alega que a empresa é fornecedora de serviços essenciais, como alimentação. A liminar deruba efeitos de decretos emitidos pelo governo do Rio e por algumas prefeituras como medidas de controle do contágio por coronavírus. Os poderes estadual e municipais estão sujeitos a multas de R\$ 50 mil por dia caso não cumpram a determinação. A autorização vale apenas para a venda de alimentos, produtos de farmácia e de higiene e limpeza, e a empresa terá que adotar medidas para evitar aglomerações.

de que isso não comprometa a segurança. Antes, a infração era punida com multa.

A flexibilização levou em conta as restrições de circulação impostas em muitos locais por meio de decretos municipais ou até estaduais.

Infrações concorrenciais, como o uso de logística da concorrência ou sinergias entre empresas, não serão punidas. Mesmo irregularidades passíveis de penalidades serão analisadas sob a ótica da pandemia.

A Lei de Proteção de Dados ganhou sobrevida de 18 meses para que o governo possa, depois de superada a crise, montar a agência que será responsável pela regulação desse segmento.

Nos processos familiares de sucessão, partilha e inventário, os prazos serão congelados. O atraso no pagamento de pensão alimentícia resultará em prisão domiciliar.

Para Toffoli, a inspiração desse projeto foi a Lei de Falto — que, em 1918, já no final da Primeira Guerra Mundial, foi apresentada para e criou o que lhe deu nome e deu regras excepcionais abrindo caminho para o que se chamou de "teoria da imprevisão" no Direito francês.

Na exposição de motivos do projeto, o senador Anastasia aponta que "tanto o Código Civil quanto o Código de Defesa do Consumidor possuem regras adequadas para resolver ou revisar contratos por imprevisão, no primeiro caso, e onerosidade excessiva, no segundo. É preciso agora conter os excessos em nome da ocorrência do caso fortuito e da força maior".

Para redigir o projeto, Toffoli contou com o apoio de diversos professores de Direito da USP, da PUC-SP, da UFPR e da UFSC. Na coordenação técnica, o time contou com o ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Antonio Carlos Ferreira e do Conselho Nacional do Ministério Público e professor da USP Otávio Luiz Rodrigues Jr.

"O objetivo é garantir segurança jurídica em um tempo de incertezas. Concede proteção a locatários, evita pressão e prestigia soluções legislativas para problemas judiciais", afirma Rodrigues Jr.

CNJ sugere suspender falência de quem não cumprir seu plano de recuperação

Decisão cabe ao juiz; para especialistas, medida dá fôlego a empresas em dificuldades financeiras

Ivan Martínez-Vargas e Renato Onofre

SÃO PAULO E BRASÍLIA O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) recomendou nesta terça-feira (31) que juízes flexibilizem as decisões em julgamentos dos processos de recuperação judicial de empresas em razão da pandemia do novo coronavírus para preservar as atividades das companhias.

A medida, aprovada por unanimidade, não é compulsória, mas é tida por especialistas da área de insolvência como importante fôlego a empresas que tenham dificuldades agravadas durante a pandemia.

O texto foi elaborado por um grupo de trabalho a pedido do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do CNJ, o ministro Dias Toffoli.

O documento pede, por exemplo, que os juízes relativizem sanções previstas na Lei de Recuperações e Falências, como a decretação da falência quando o plano de recuperação não é cumprido.

A recomendação diz que o juiz deve considerar que o descumprimento "pode ser decorrente das medidas de distanciamento social e de quarentena" impostas para combater a Covid-19.

Os juízes também estão autorizados a prorrogar o período de suspensão das cobranças contra as empresas devedoras, que hoje é de 180 dias.

Pela recomendação, quem tiver sua capacidade financeira afetada pela crise poderá apresentar um novo plano de pagamento a credores com prazos e condições que levem em conta os efeitos da paralisação parcial das atividades econômicas.

A orientação do CNJ diz que as empresas têm que comprovar que a sua capacidade de cumprir com as obrigações foi reduzida por causa da emergência sanitária.

A medida só vale para quem já está em recuperação judicial e com a situação regular —ou seja, com o pagamento em dia— até 20 de março.

As empresas que desejarem alterar seus planos de recuperação continuam obrigadas a apresentar e aprovar a proposta em assembleia dos credores, mas o documento pede que as reuniões sejam canceladas no momento.

Em razão da pandemia, o CNJ autorizou a realização das assembleias de maneira virtual quando forem urgentes.

Os tribunais também devem priorizar a análise sobre levantamento de valores dos credores ou empresas para tentar minimizar o impacto econômico e social.

Para o conselheiro do CNJ Henrique Ávila, relator do texto, a intenção é dar amparo jurídico a juízes para preservar a atividade de empresas em recuperação judicial impactadas pela pandemia.

"Quem está em recuperação judicial já tem problema de insolvência e, em um período como este, se os juízes forem seguir à risca a lei, vão decretar falências em massa. A norma dá fundamento ao juiz que queira fazer algo [para preservar a empresa]", diz.

"É uma recomendação muito importante do CNJ. Hoje, por exemplo, a empresa em recuperação até pode pedir para apresentar um novo plano de recuperação, mas, uma vez que o plano está aprovado pelos credores, é difícil o juiz aceitar isso", afirma Lau-

ra Bumachar, sócia do escritório Dias Carneiro.

Ela critica, porém, que a norma não estabeleça um prazo para que a empresa em dificuldade apresente novo plano aos credores. "O texto fala em prazo razoável, de maneira ampla, o que é muito subjetivo"

Ávila diz, contudo, que o prazo pode variar a depender do porte do devedor e que a decisão deve ser tomada pelo juiz à frente de casa caso.

Para Bumachar, a não decretação de falência em caso de descumprimento do plano é uma medida polêmica.

"É algo importante para impactados diretamente pelas ações contra a pandemia, como companhias aéreas, mas o texto não estabelece que haja comprovação de que o descumprimento do plano tenha relação com a pandemia." Para Victoria Villela, advogada do Cascione, o risco de que a recomendação seja usada por empresas de maneira oportunista é baixo.

"A medida coloca 20 de março como data de referência. Seus dispositivos valem para as empresas que estavam adimplentes com o plano de recuperação até essa data."

Segundo Villela, o documento do CNJ tende a ser seguido por juízes de todo o país.

COMBATE
AO CORONAVÍRUS.
ESTA CAUSA
É DE TODOS NÓS.

DOE AGORA!

www.bsosocial.com.br/fundosaude



O QUE É?

É um fundo destinado a receber doações e encaminhá-las para o fortalecimento do sistema público de saúde. Os recursos captados são transferidos a entidades em posição estratégica no sistema, com capacidade de escala, condições técnicas e competência para prestação de contas.

PARA ONDE VÃO OS RECURSOS?

- FIOCRUZ**
Fundação Oswaldo Cruz
- SANTA CASA**
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo
- COMUNITAS**
Instituição sem fins lucrativos, apartidária e independente
- PARCEIROS**
que estão na linha de frente de combate ao coronavírus

COMO SERÃO APLICADOS?

- Respiradores
- Testes para diagnóstico de infecção por Coronavírus
- Equipamentos para UTI
- Equipamentos hospitalares
- Materiais para médicos e enfermeiros
- Medicamentos

INICIATIVA



Organização social que acredita no trabalho em rede para fortalecer o terceiro setor e a cultura de colaboração. Foi fundada em 2018 pelos empresários Elie Horn, Rubens Menin e Eugênio Matar e tem a meta de dobrar até 2030 o volume financeiro de doações realizadas no Brasil.

movimentobem maior.org



Plataforma que colabora com a economia social viabilizando doações para organizações da sociedade civil. O compromisso da BSocial é gerar impacto social de forma sustentável e recorrente.

bsocial.com.br



Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) fundada em 1999 e pioneira no apoio técnico ao investidor social no Brasil. Tem foco na criação e participação em ações sociais estratégicas e transformadoras da realidade para a redução das desigualdades sociais no país.

idis.org.br



Em um período como este, se os juízes forem seguir à risca a lei, vão decretar falências em massa. A norma dá fundamento ao juiz que queira fazer algo [para preservar a empresa]

Henrique Ávila
conselheiro do CNJ e
relator da recomendação

mercado coronavírus

Medidas dos estados para contenção da Covid-19 até 25.mar

Decreto calamidade/emergência, com isolamento social e Interrupção de Comércio, Serviços e Eventos

Estado implementou
Estado não implementou

- Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins
- Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás
- Centro-Oeste: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo
- Sudeste: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná
- Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina

	Auxílio Financeiro para Empresas	Distribuição de Cesta básica?	Outro tipo de Auxílio p/ Empresas e Famílias?	Prorrogação / Isenção de Pagamento de Serviços Públicos
Acre				
Amapá				
Amazonas				
Pará				
Rondônia				
Roraima				
Tocantins				
Alagoas				
Bahia				
Ceará				
Maranhão				
Paraíba				
Pernambuco				
Piauí				
Rio Grande do Norte				
Sergipe				
Goiás				
Mato Grosso				
Mato Grosso do Sul				
Distrito Federal				
Espírito Santo				
Minas Gerais				
São Paulo				
Rio de Janeiro				
Paraná				
Rio Grande do Sul				
Santa Catarina				

Estados se antecipam a medidas para aliviar crise

Levantamento do Ibre mostra que, na falta de coordenação federal, entes regionais buscam soluções isoladas

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Na falta de uma orientação para que governo federal, estados e municípios atuem de forma complementar no combate ao coronavírus e seus efeitos econômicos, cada unidade da Federação tem agido por conta própria, muitas vezes com ações que se sobrepõem.

Estudo elaborado pela pesquisadora da área de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV) Vilma Pinto traz um mapa das ações adotadas nas 27 unidades da Federação até o dia 25.

Todos os governadores decretaram estado de calamidade ou emergência e adotaram medidas de isolamento social e interrupção de comércio, serviços e eventos, apesar das divergências dentro do governo federal sobre esses temas. Também foram disponibilizados recursos para empresas por 16 estados e criados diversos auxílios para famílias e informais, em um momento em que o Ministério da Economia e o Banco Central tentam tirar do papel programas nesse mesmo sentido.

Outras ações comuns dos governadores têm sido a prorrogação do pagamento do principal imposto estaduais (ICMS) para empresas de menor porte e prolongamento ou isenção de pagamento de serviços de água e energia.

"Isso está sendo feito de uma forma urgente. Está todo o mundo atirando para todos os lados. Os estados estão tentando tomar medidas para controlar essa pandemia e conseguir fazer esse isolamento da melhor forma possível. A gente está olhando muito para o governo federal, mas estados e municípios estão fazendo muitas coisas", afirma a pesquisadora. Vilma diz que é importante

analisar se o gasto está sendo bem direcionado e reavaliar algumas ações quando houver sobreposição na atuação federal e estadual, como no caso de auxílio para informais.

Segundo a pesquisadora, em alguns casos, pode ser mais efetivo utilizar recursos para ações como compra de materiais hospitalares para combater à Covid-19 e contratação de pessoal na área de saúde, algo que, aliás, está sendo feito por vários governadores, mas de forma diferente.

"Alguns estão nomeando concursados, lançando editais ou fazendo contratos emergenciais. Outros estados também poderiam abrir para as pessoas se candidatarem como voluntárias, como no Rio. São ideias que podem complementar ações", afirma.

Sobre o valor total das despesas, ela diz que é muito cedo para buscar uma cifra e que qualquer estimativa seria um chute. "A melhor forma de contribuir não é gerar um número, mas apontar as direções. Mais importante é saber quais as medidas que estão sendo feitas, quais são úteis, qual a melhor forma de alocar recursos."

O levantamento também traz o número de leitos por 10 mil habitantes em cada estado, o que mostra que as necessidades de cada região podem ser diferentes, segundo ela.

O mesmo se dá em relação à suplementação de renda em cada região, que pode demandar ações complementares de diferentes níveis de governo.

"Se a gente olhar a renda domiciliar per capita, a gente vê que R\$ 600 no Acre são muito mais significativos que R\$ 600 em São Paulo. Os informais e microempreendedores que estão no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, para eles essa complementação de renda pode não ser tão eficaz quanto nas regiões Norte e Nordeste."

Pará
Abertura de Linha de Crédito para MEI e PME

Roraima
Prorrogação de pagamento de tributos para outubro de optantes do Simples

Tocantins
Linhas de Capital de Giro com carência e taxa reduzida (5% ao ano mais INPC)

Alagoas
Prorrogação do ICMS por 90 dias de optantes do Simples; Linha de crédito de R\$ 15 milhões

Piauí
Linha de crédito para empresas que produzem insumos usados no combate à Covid-19

Rio Grande do Norte
Empreendedores com financiamentos na agência de fomento poderão solicitar na dívida

Goiás
R\$ 500 milhões para capital de giro emergencial, pagamento de impostos, mão de obra, alugueis e outros custos fixos

Mato Grosso
Crédito com carência de três meses e prazo de até 36 meses

Distrito Federal
Linha de R\$ 1 bilhão a empresas. Banco de Brasília com carência para crédito imobiliário e demais operações parceladas de PJ

Espírito Santo
Linha de crédito emergencial para empresas de todos os portes que foram afetadas pela crise

Minas Gerais
BDMG (banco de desenvolvimento) reduz juros e amplia carência MPES do turismo

São Paulo
Linha de R\$ 225 milhões para MEIs e PMEs; Linha de Crédito de 275 milhões para empresas

Rio de Janeiro
R\$ 320 milhões em linhas de crédito

Rio Grande do Sul
Ampliação dos fundos municipais para MPES

Santa Catarina
Linha para o MEI de até R\$ 150 mil. Ampliação do Programa Microcrédito Juro Zero para MEI com juros pagos pelo Estado. Capital de giro para PMEs em até R\$ 200 mil. Postergação de contratos de financiamento PMEs. Prorrogação da parte estadual do Simples

Amapá
Distribuição emergencial de cestas básicas para 31 mil famílias que não recebem nenhum benefício social (Bolsa Família ou Renda para Viver Melhor), mas que estão na lista de espera do Cadastro Único (CadÚnico)

Pará
Substituição da distribuição das merendas nas escolas por entrega de cestas básicas, para liberar da jornada os servidores que trabalham na preparação dos alimentos

Tocantins
Até 200 mil cestas básicas para famílias atingidas pelas enchentes e/ou afetadas pela crise causada pelo novo Coronavírus. Aquisição e entrega de cerca de 100 mil kits de alimentos aos estudantes da rede estadual de ensino

Maranhão
Distribuição de 200 mil cestas básicas a trabalhadores informais e famílias em vulnerabilidade social

Rio de Janeiro
Distribuição de cestas básicas para um milhão de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único de Assistência Social, o Cad-Único

Paraná
Distribuição de alimentos da merenda escolar para 230 mil alunos

Santa Catarina
Repasso de um estoque de três mil litros de leite e de duas mil garrafas de água sanitária para destinação a famílias de baixa renda do Ministério da Saúde para o da Educação

Amazonas
Auxílio de R\$ 200 para 50 mil famílias em vulnerabilidade

Pará
Redução do ICMS para itens de combate ao Covid-19

Alagoas
Suspensão de prazos processuais e cumprimento de obrigações tributárias e do pagamento dos parcelamentos de débitos fiscais

Bahia
Redução do ICMS para itens de combate ao Covid-19

Maranhão
Redução do ICMS para itens de combate ao Covid-19; Isenção de 850 mil maranhenses de pagamento de água por dois meses

Piauí
Envio de projeto de lei para reduzir ICMS de álcool em gel e máscaras

Sergipe
Auxílio de R\$ 100 a pessoas de baixa renda

Goiás
Fundo de proteção e prevenção social voltada para as pessoas que tiveram que parar de trabalhar para evitar a disseminação da doença

Mato Grosso
Suspensão e Prorrogação do IPVA; Extensão do parcelamento para débitos tributários de 2019; Prazo do Refis prorrogado para julho com até 75% de desconto

Distrito Federal
Bolsa alimentação para alunos de creches e beneficiários do Bolsa Família. R\$ 750 mil para agentes culturais. Banco de Brasília: carência para empréstimos PF

Minas Gerais
Medidas emergenciais em prol do setor cultural

São Paulo
Suspensão de protesto de dívidas por 90 dias

Rio de Janeiro
Suspensão da cobrança de dívidas. Prorrogação de empréstimos do Agropfundo. Meio salário-mínimo a empreendedores da economia popular solidária e da cultura com projetos registrados, respectivamente, no CADSOL e na Secretaria de Cultura

Santa Catarina
Isenção ou redução de base de cálculo do ICMS de álcool gel, hipoclorito de sódio, máscaras e luvas. Linha para pequenos empreendedores rurais

Amapá
Pagamento pelo estado da tarifa social de água e das contas de energia de 21 famílias que consomem até 220 quilowatts mensais

Goiás
Interrupção do corte de energia e água por falta de pagamento

Mato Grosso do Sul
12 mil famílias carentes são isentas do pagamento da conta de água por três meses; Proibido o corte de água em todas as unidades consumidoras da Sanesul

Distrito Federal
Redução de ICMS de produtos de combate ao Covid-19

Espírito Santo
Suspensão de cobrança de tarifa social da água

Minas Gerais
Consumidores de Cemig e Copasa poderão parcelar contas sem multas e juros e terão vencimento estendido

São Paulo
Suspensão de cobrança de tarifa social da água; Isenção de pagamento da conta de luz para população de baixa renda; Suspensão de ações de interrupção de fornecimento de gás de consumidores residenciais e pequenos comércios

Rio de Janeiro
Autorização para CEDAE prorrogar vencimento ou facultar o pagamento de faturas

Santa Catarina
Suspensão de cobrança de tarifa social da água por 60 dias. Prorrogação do prazo de pagamento de ICMS das empresas fechadas em função das medidas de restrição

coronavírus mercado

Montador diz que lançamento podem atrasar até um ano

Fábricas da FCA Fiat Chrysler vão abrigar centros médicos; venda de carros novos cai até 90% no país

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A Fiat estava prestes a lançar a nova geração da Strada, picape mais vendida do Brasil. O carro já estava sendo produzido em Betim (MG) e chegaria às lojas no fim de abril. Em paralelo, a empresa preparava uma nova linha de motores turbo, inéditos no Brasil. Tudo ficou para depois. Presidente da FCA Fiat Chrysler América Latina, Antonio Filosa diz que são feitas reuniões diárias para definir cada passo da empresa em meio à crise gerada pelo novo coronavírus. Há esperança de retomar a produção em 21 de abril, mas tudo dependerá de haver segurança para os 26 mil funcionários da empresa na América do Sul.

A parada traz prejuízo ainda não calculado e atrasos de até um ano no lançamento de produtos —há via ao menos cinco previstos entre 2019 e 2022. O objetivo é suportar o período sem produção ou vendas (95% das concessionárias no Brasil estão fechadas) e manter os empregos. “Temos um problema econômico importante, todas as indústrias têm. É necessário proteger o caixa, mas esperamos que [um programa de demissão] seja o último do último dos últimos recursos”, diz.

A fábrica de motores construída em Betim custou R\$ 500 milhões e gerou 1.200 empregos diretos e indiretos. São profissionais que passaram por 10 meses de treinamento antes de serem contratados. Eles estão em casa agora e nem sequer assumiram seus postos na linha de produção.

Esta unidade e a de Goiânia (PE), que juntas produzem 3.000 carros por dia, estão sendo preparadas para abrigar centros médicos e hospitais de campanha, que serão entregues em cerca de 15 dias. Hoje, já fazem manutenção de respiradores. A FCA também precisa cuidar dos revendedores. Um comitê de crise se dedica a atendê-los em reuniões diárias. Canais de vendas online têm sido criados, segundo Filosa —o que sabe ser essa uma forma de reduzir o prejuízo, mas distante de ser solução.

De acordo com dados prévios de venda, a comercialização de veículos novos no país caiu cerca de 90% nos últimos cinco dias úteis. Filosa diz que o plano de investimentos de R\$ 16 bilhões está mantido. Contudo, a previsão para aplicar a última parte desse aporte passou de 2024 para 2025. O executivo prevê que recuperação virá em 2021, compensando em parte as perdas de agora. Mas ainda não é possível prever índices de crescimento ou real impacto da crise. Por isso, acredita que serão necessárias ações do governo para preservar a indústria.

“Temos visto o governo com uma agenda econômica rápida sobre a prioridade de número, que é o atendimento aos mais necessitados. São passos corretos, e agora devo começar a trabalhar também com grandes empregadores. Pela primeira vez na história, todos têm o mesmo problema.”

Compra de Materiais de Combate à Covid-19



Table with 2 columns: State (AC, AP, AM, PA, RO, RR, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, GO, MT, DF, MS, ES, MG, SP, RJ, PR, RS, SC) and Description of procurement actions.

Amapá R\$ 14 milhões para Secretaria de Saúde. Parte já foi investida em equipamentos de proteção individual

Amazonas Aquisição de 30 mil kits de testes rápidos para a doença

Pará 720 leitos a mais sendo ofertados na rede pública de saúde

Roraima Aquisição de respiradores e equipamentos de proteção individual

Tocantins Aquisição de testes rápidos de Covid 19

Alagoas Ampliação de 105 leitos; Destinação de R\$ 200 milhões à Secretaria de Saúde; Compra de materiais para combate ao Covid-19; Doação de 3 mil itens apreendidos para combate ao Covid-19

Ceará Compra de 1700 Kits P/ Teste, ampliação de 200 enfermarias e 150 leitos

Maranhão Ampliação de leitos

Paraíba Ampliação de 300 leitos

Piauí Compra de 10 mil Kits P/ Teste, ampliação de aproximadamente 100 leitos e outros

Rio Grande do Norte Compra de 10 mil Kits de Teste, ampliação de leitos; Destinação de R\$ 40,5 milhões ao Combate a Covid-19

Sergipe Ampliação dos leitos

Mato Grosso Ampliação de 200 leitos

Mato Grosso do Sul Compra de 5.000 Kits de Teste, Ampliação de 227 leitos e R\$ 680 mil em respiradores

Distrito Federal Recursos para insumos e materiais. Contratação de leitos de UTI (R\$ 21,6 milhões)

Minas Gerais Compra de 1,4 milhão de máscaras, luvas e ampliação de 800 leitos

São Paulo Compra de 20 mil Kits de Teste, ampliação de 1.000 leitos e 200 respiradores

Rio de Janeiro Criação de 299 leitos. Compra de 1,5 milhão de máscaras cirúrgicas, 150 mil máscaras de proteção, 300 mil óculos de proteção e 600 mil aventais e outros equipamentos

Contratação de Pessoal na área de saúde



Table with 2 columns: State (AC, AP, AM, PA, RO, RR, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, GO, MT, DF, MS, ES, MG, SP, RJ, PR, RS, SC) and Description of procurement actions.

Ceará Contratação e Formação de Profissionais

Maranhã Abertura de Processo Seletivo para profissionais na área

Paraíba Criação de Centro de Regulação Estadual Hospitalar exclusivo para os casos de Covid-19

Piauí Suspensão de cortes de água, atendimento telefônico para orientação sobre a Covid-19

Rio Grande do Norte Chamamento público emergencial para contratação de serviços de publicidade para campanha contra a Covid-19

Goiás Aulas a distância para alunos da rede pública. Drive-thru de vacinação

Mato Grosso Abertura de canais para doação de recursos; serviço para esclarecimento de dúvidas sobre o coronavírus

Distrito Federal Nomeação de concursos (330 médicos e enfermeiros)

Paraná Complexo Hospitalar do Trabalhador; contratação de 184 terceirizados (153 podem ser contratados num segundo momento), 362 servidores, 800 bolsistas e 300 estudantes de medicina

Outras medidas

Acre Redução do consumo de energia elétrica, telefonia fixa, alugueis, viagens e diárias de servidores públicos não essenciais

Amapá Aluguel de hotel para pessoas em situação de rua

Amazonas Regime especial de aulas não presenciais. Suspensas, temporariamente, as vacinas de rotina na rede de saúde pública, mas com vacinação em casa contra a gripe para idosos

Pará Regime especial de aulas não presenciais. Vacinação em drive-thru para idosos

Alagoas Programa Telemedicina (atendimento ao telefone de dúvidas sobre o Covid 19); ampliação do programa Remédio em Casa

Ceará Programa TeleSaúde e atendimento ao telefone de dúvidas sobre a Covid-19

Maranhão Criação de Centro de Testagem da População Infectada

Paraíba Criação de Centro de Regulação Estadual Hospitalar exclusivo para os casos de Covid-19

Piauí Suspensão de cortes de água, atendimento telefônico para orientação sobre a Covid-19

Rio Grande do Norte Chamamento público emergencial para contratação de serviços de publicidade para campanha contra a Covid-19

Goiás Aulas a distância para alunos da rede pública. Drive-thru de vacinação

Mato Grosso Abertura de canais para doação de recursos; serviço para esclarecimento de dúvidas sobre o coronavírus

Distrito Federal Nomeação de concursos (330 médicos e enfermeiros)

Paraná Complexo Hospitalar do Trabalhador; contratação de 184 terceirizados (153 podem ser contratados num segundo momento), 362 servidores, 800 bolsistas e 300 estudantes de medicina

São Paulo Produção de máscaras pelo sistema prisional; acordo com a Vale para aplicar mais de R\$ 5 milhões em atendimento de pacientes da Covid-19

Rio de Janeiro Produção de 320 mil máscaras pelo sistema prisional; criação de uma rede de testes para a Covid-19; antecipação da vacinação contra gripe para policiais; criação de site para atendimento

Rio de Janeiro Contingenciamento de R\$ 76 bilhões de despesas não essenciais; central telefônica sobre Covid-19; aulas online a partir de parceria com o Google. Aporte de R\$ 900 mil à UFRJ para pesquisas científicas relacionadas ao novo coronavírus

Paraná Antecipação e ampliação da campanha de vacinação

Santa Catarina Antecipação do pagamento de R\$ 78 milhões referentes à primeira parcela do refinanciamento para a rede de assistência social dos municípios

Fontes: IBGE, Ministério da Saúde e Decretos, Diários Oficiais e Sites e canais dos estados. Elaborada pelo time de pesquisa Vitor Pinto, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

COMUNICADO PÚBLICO
A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Conectado - STFC, na modalidade Local, que todos os equipamentos necessários à prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Itaipava - SP no dia 30/03/2020, a partir das 19h00 (horário de Brasília).

ALIANÇA SONAE
ALIANÇA SONAE SHOPPING CENTERS S.A.
CNPJ nº 05.978.397/0001-32, RENE L. SOARES JUNIOR - 1ª Companhia Alerta
ALIANÇA SONAE
ALIANÇA SONAE SHOPPING CENTERS S.A.
CNPJ nº 05.978.397/0001-32, RENE L. SOARES JUNIOR - 1ª Companhia Alerta

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.
CNPJ nº 42.717.961/0183/NIRE nº 30.000.910-1
CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.
CNPJ nº 42.717.961/0183/NIRE nº 30.000.910-1

RUASINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020
DATA E HORÁRIO: Aos 19 dias do mês de março do ano de 2020, às 10h00 horas, LOCAL: Sede social de Ruasinvest Participações S.A. localizada na Avenida Itália, nº 1.208, 11.º andar, Vila Legião, CEP nº 04.128-000, São Paulo/SP.

mercado coronavírus

Governo federal está lento, diz Meirelles

Falta rapidez no socorro, diz ex-ministro; governo de SP ouve queixa sobre bancos

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Nos últimos dias, o governo de São Paulo tem ouvido clientes de bancos reclamarem de juros em alta e da redução da oferta de crédito — da dificuldade crescente de conseguir empréstimos a taxas e prazos suportáveis, enfim.

O governador do estado, João Dória, e seu secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, conversaram com os bancos a respeito, segundo o próprio Meirelles, ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do Banco Central e ex-banqueiro.

O que os bancos disseram?

Meirelles não se estende sobre o assunto. Em resumo, disse ram um “não é bem assim”.

“Levamos a preocupação, as queixas sobre cortes de linha de crédito etc. Não temos os dados, claro. O Banco Central tem, em tempo real, poder saber o spread, a oferta de crédito. Mas deve haver uma contração de crédito com uma crise deste tamanho”, diz Meirelles.

Na sexta-feira passada (27), o governo federal anunciou que pretende criar uma linha de crédito de R\$ 40 bilhões pa-

ra pequenas e médias empresas, dos quais R\$ 34 bilhões sairiam do Tesouro, da conta do governo federal (que vai fazer dívida para emprestar esse dinheiro, por meio de bancos comerciais, que entrariam com os outros R\$ 6 bilhões). A taxa de juros seria de 3,75% ao ano, com carência de 6 meses e prazo de pagamento de 36 meses.

Meirelles diz que “a direção geral [dos planos federais] me parece correta, para ajudar informais, mais pobres, empresas. Mas não adianta ter idê-

ntes, é preciso implementação. O governo está lento”.

O pacote de crédito é suficiente? “Não deve ser suficiente, mas isso se deve avaliar mais adiante. Reitero: o problema agora é antes de mais nada de implementação, de regulação imediata das medidas, de fazer o dinheiro chegar aos bancos, às empresas. É uma questão de dias, de dois dias, não se pode esperar uma semana, muito tempo. Com o programa em andamento, vamos descobrir o que mais tem de ser feito”.

O tamanho das necessidades de crédito barato, bancado pelo Tesouro, depende também da duração das restrições decorrentes da epidemia, diz o secretário paulista.

“Como saber se é suficiente sem saber quanto isso vai durar, por exemplo? O que está claro é que precisamos ajudar as empresas a atravessar a crise, manter os empregos, e criar condições para a retomada. Se houver muito desemprego e um número muito grande de empresas em recuperação judicial [sob risco iminente de quebrar], a economia vai se recuperar muito lentamente. A crise se estende”, diz.

O que mais é possível fazer?

Meirelles repete que, primeiro, é preciso normatizar e implementar as ideias novas que têm sido levantadas para aumentar a oferta de crédito (linhas com dinheiro do Tesou-

ro, compras de dívida privada pelo Banco Central etc.). Isso desafiaria um pouco as empresas e “faria pressão” sobre os bancos.

Segundo, talvez seja o caso de acionar os bancos federais (Banco do Brasil, Caixa). “O Brasil tem grandes bancos públicos. Outras economias importantes não têm. O governo pode recorrer a eles para aumentar a pressão competitiva, ofertando [mais] crédito. Como foi feito em 2008 [Meirelles era então presidente do BC, cargo que ocupou durante o governo Lula, de 2003-2010]”. Mas os bancos públicos não vão correr os mesmos riscos que os bancos privados tentariam evitar, a grande inadimplência? Meirelles diz que há risco, mas que foram contornados na crise de 2008-2009 no Brasil, no que diz respeito à inadimplência.

vinicius.torres@grupofolha.com.br



Rubem Novaes, 74

Doutor em economia pela Universidade de Chicago Foi professor da EPGE/FGV, diretor do BNDES e presidente do Sebrae

ciência econômica. E a ciência econômica nos indica que, a permanecer o “lockdown” imposto por governadores e prefeitos por muito tempo, teremos uma segunda onda econômica talvez maior que a onda médica. Não se pode combater um problema criando outro ainda maior.

O país mergulhou em uma recessão entre 2014 e 2016, e demoramos mais de dois anos para a retomada. Vamos demorar mais para sair da crise desta vez? Na época, a política econômica era desastrosa, e o país estava tomado pela corrupção. Agora, agentes econômicos confiam na condução do ministro Paulo Guedes (Economia) e na excelente equipe ministerial escolhida pelo presidente Bolsonaro. Passado este momento crítico, as reformas continuarão, restabelecendo a confiança do empresariado.

Paulo Guedes conseguirá manter seu plano liberal de impulsionar a economia sem assistencialismo ou estímulo ao consumo, tradição na economia brasileira? A história nos ensina que momentos de crise assanham os piores instintos intervencionistas. Mas as convicções liberais do ministro Guedes são inabaláveis. Quem sabe ele não faz de limão uma limonada?

O Banco Central tomou medidas que injetaram mais liquidez em um mercado já com sobra de capital próprio para empréstimos. Não teria sido melhor resolver as questões de risco ao sistema de crédito? O programa voltado ao financiamento das folhas de pagamento de pequenas empresas mostra que o governo está disposto a correr riscos com o setor bancário. Outras medidas do BC estão sendo concebidas também na linha de absorção de risco pelo governo.

Quanto do reforço de crédito anunciado chegará, efetivamente, ao tomador, que neste momento precisa de dinheiro para arcar com redução de salário (caso das pessoas físicas) ou capital de giro (empresas)? O reforço de crédito está acontecendo. Só o BB já prorrogou dívidas de pequenas empresas e pessoas físicas no montante de R\$ 60 bilhões.

Como os bancos (e o BB particularmente) podem atender a esse público que não tem como oferecer garantias? Quando rolamos dívidas, por exemplo, não exigimos novas garantias.

Qual o pior dano que essa crise causará? Mortes pelo vírus e infórtuno para os desprotegidos que perdem empregos e a capacidade de gerar renda.

Varejistas se queixam ao governo de alta nos juros dos bancos

Paula Soprana, Fábio Pupo e Larissa García

SÃO PAULO E BRASÍLIA Grandes varejistas e empresas de eletroeletrônicos foram ao Ministério da Economia e ao Banco Central reclamar da alta nas taxas de juros e da escassez de crédito nos grandes bancos após o agravamento dos danos econômicos causados pelo coronavírus no país.

A Folha mostrou na semana passada relatos de empresas com dificuldades de acesso a empréstimos, que estavam mais caros. Mesmo clientes de menor porte que tentavam postergar duas prestações, como anunciado pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos), relataram dificuldades. A entidade nega.

Desde o início do surto da Covid-19, o BC liberou R\$ 1,2 trilhão para o sistema financeiro, mas o dinheiro não chega a empresas e consumidores, reclamam as entidades.

Embora evite comentar o assunto oficialmente, o Ministério da Economia reconhece haver uma rápida deterioração das condições de crédito. Há preocupação até em relação ao menor acesso a empréstimos ao longo das últimas semanas.

Em carta enviada ao BC e à Economia, associações do varejo reclamaram de aumento de até 70% nos juros. A piora nas condições é vista nas principais linhas de crédito.

“Entendemos que, num momento de crise, as medidas adotadas pelo Banco Central devam caminhar juntas com as instituições financeiras”, afirmam entidades de varejo em carta enviada a autarquia. A iniciativa foi liderada pela Abrasce (shopping centers), mas foi endossada por IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas) e ABF (Associação Brasileira de Franchising).

Varejistas reclamam também do aumento de pedidos de garantias e endossaram a proposta de que maquininhas de cartões sejam usadas para concessão de crédito. A Febraban não havia se manifestado até a conclusão desta reportagem.

Rubem Novaes Ciência médica é tão imprecisa quanto a econômica

Presidente do BB diz bloqueios podem causar problema pior que a pandemia em si e que crises assanham os piores instintos intervencionistas

ENTREVISTA

Julio Wiziack

BRASÍLIA Mesmo fazendo parte do grupo mais vulnerável ao coronavírus, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, 74, ataca governadores e prefeitos que resistem ao fim do isolamento e à retomada das atividades.

Segundo ele, apesar das medidas já tomadas pela equipe econômica, “nada corrige uma depressão provocada por decretos”.

Economista de formação liberal, ele defende o presidente Jair Bolsonaro, que, contra-

“A ciência econômica nos indica que, a permanecer o ‘lockdown’ imposto por governadores e prefeitos por muito tempo, teremos uma segunda onda econômica talvez maior que a onda médica

riando as indicações das autoridades médicas e sanitárias do país, vai contra a posição do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e prega o fim da quarentena.

Para Novaes, a ciência médica é tão ou mais imprecisa que a ciência econômica, e no momento a ciência econômica indica que permanecer em isolamento horizontal pode provocar efeitos piores que o da própria pandemia.

Ele afirmou ainda que piores de crise “assanham os piores instintos intervencionistas”, mas considera que há chances de reversão do quadro econômico, desde que

a atividade volte à normalidade e as reformas sigam no Congresso.

O executivo respondeu às perguntas da Folha pelo WhatsApp. Não houve réplica.

A equipe econômica previu um crescimento de 0,22% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano com possibilidade de recessão no segundo semestre. Qual é o cenário que o Banco do Brasil traçou para a economia pós-coronavírus? No momento, é impossível traçar um cenário e se fixar nele. Mudamos o humor constantemente dependendo dos relatórios do coronavírus [divulgados pelo Ministério da Saúde] e das restrições à produção e ao comércio impostos por governadores e prefeitos.

As medidas tomadas pelo governo são suficientes? Nada será suficiente se governadores e prefeitos insistirem em prolongar o “lockdown” (isolamento total). As medidas anunciadas pelo governo representam importante alívio para os mais atingidos, mas nada corrige uma depressão imposta por decretos.

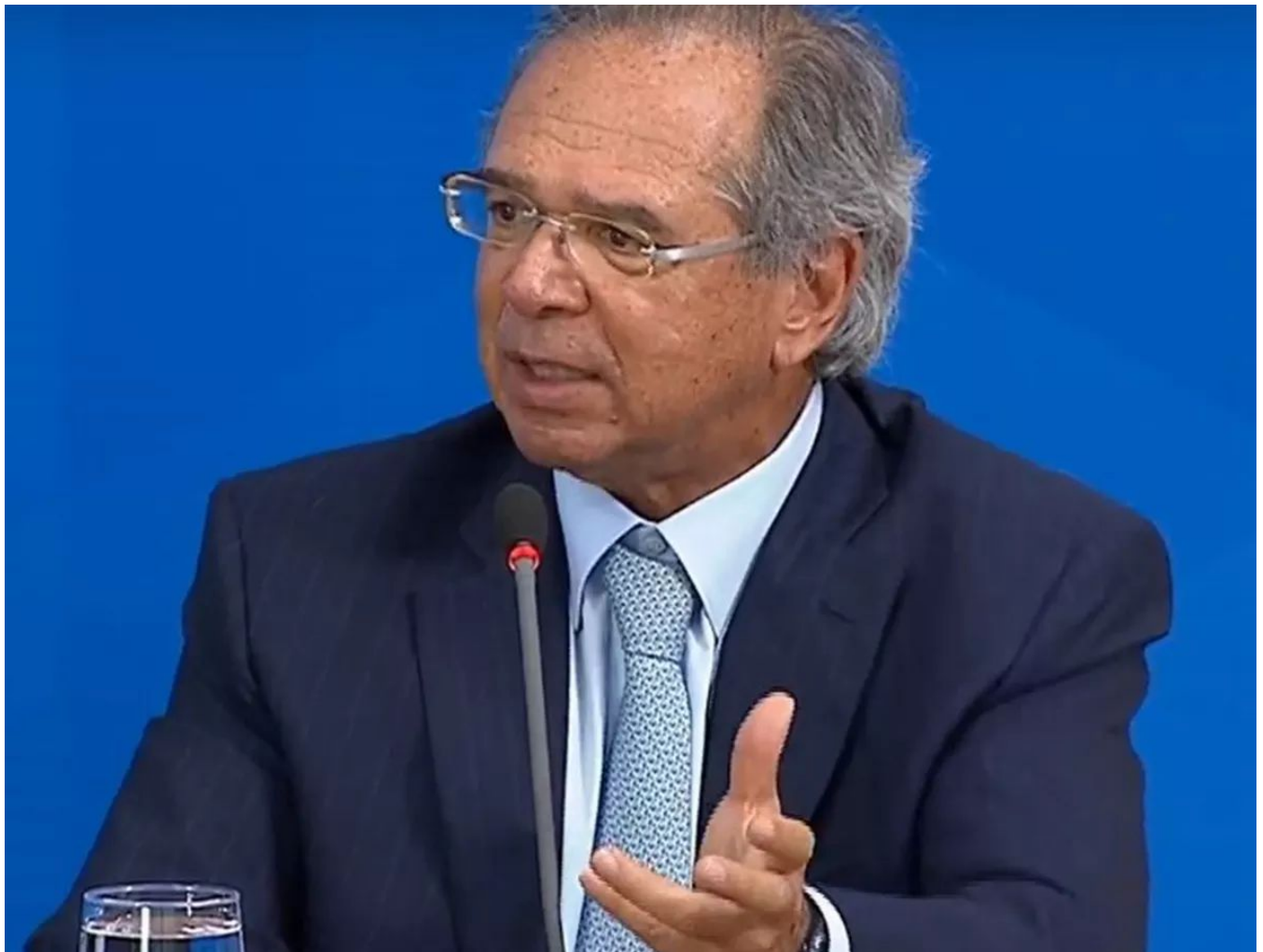
A resistência do presidente Jair Bolsonaro às determinações do Ministério da Saúde é um fato científico no tratamento do coronavírus podem comprometer a credibilidade do país? Vamos esclarecer o seguinte: a ciência médica é tão ou mais imprecisa que a

“Orçamento de guerra” chega a 2,6% do PIB

Ações emergenciais somam R\$ 750 bi, incluindo antecipação de benefícios e liberação de crédito

Por Mariana Ribeiro, Fabio Murakawa, Isadora Peron e Rafael Bitencourt — De Brasília

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Guedes: do ponto de vista do déficit primário, estamos gastando “bem mais do que qualquer país da América Latina” —
Foto: Divulgação

As medidas econômicas colocadas em prática para fazer frente ao avanço da pandemia de coronavírus no chamado “orçamento de guerra” já somaram 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em coletiva à imprensa no Palácio do Planalto, o ministro reforçou que a instrução do presidente é para que “nenhum brasileiro fique para trás” e que, por isso, o gasto pode aumentar.

“Já estamos em 5,2% de déficit global e vamos subir, vamos continuar subindo”, afirmou, citando que as ações emergenciais já chegam a R\$ 750 bilhões, incluindo frentes como a antecipação de benefícios, novos gastos e a liberação de crédito. Guedes afirmou que, do ponto de vista do déficit primário, estamos gastando “bem mais do que qualquer país da América Latina”.

Promessa em tempos de pandemia

Ações planejadas pelo governo no combate ao novo coronavírus



Planos com estimativa de valor

Sim Não Órgão não respondeu

O que foi feito?	Quanto foi?	Quando?	Em vigor?
Primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas do INSS será paga em abril	23	12/mar	<input type="checkbox"/>
Adiar prazo de pagamento do FGTS por três meses	30	16/mar	<input type="checkbox"/>
Segunda parcela do 13º de aposentados e pensionistas do INSS fica para maio	23	16/mar	<input type="checkbox"/>
Diferimento da parte da União no Simples Nacional por três meses	22,2	16/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Transferir valores do PIS/Pasep para o FGTS, permitindo novos saques	21,5	16/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Antecipar pagamento do abono salarial para junho	12,8	16/mar	<input type="checkbox"/>
Crédito adicional do Proger/FAT para pequenas e microempresas	5	16/mar	<input type="checkbox"/>
Destinar saldo do fundo do DPVAT para o SUS	4,5	16/mar	<input type="checkbox"/>
Incluir mais 1 milhão de pessoas no Bolsa Família	3,1	16/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Redução de 50% nas contribuições do sistema S por três meses	2,2	16/mar	<input type="checkbox"/>
Auxílio de R\$ 600 para trabalhadores informais*	59,8	18/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Adiar censo e transferir dinheiro para a Saúde	2,3	18/mar	<input type="checkbox"/>
Recuperação provisória de títulos soberanos brasileiros	50	18/mar	<input type="checkbox"/>
Antecipação do seguro-desemprego para quem ganha até 2 mínimos**	50	19/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Nova redução pelo BC da alíquota do compulsório	68	20/mar	<input type="checkbox"/>
Suspender pagamento de financiamento direto do BNDES a empresas	19	22/mar	<input type="checkbox"/>

Medida	Valor (R\$ bilhões)	Data	Status
Suspender pagamento de financiamento indireto do BNDES a empresas	11	22/mar	<input type="checkbox"/>
Capital de giro para MPMEs por meio de bancos parceiros	5	22/mar	<input type="checkbox"/>
Adiamento do recolhimento do FGTS pelas empresas (MP 927)	30	22/mar	<input type="checkbox"/>
Ações emergenciais de saúde em Estados e municípios	8	23/mar	<input type="checkbox"/>
Manutenção de recursos no nível de 2019 para fundos de Estados (FPE) e municípios (FPM)	16	23/mar	<input type="checkbox"/>
Reforço para o Sistema Único de Assistência Social	2	23/mar	<input type="checkbox"/>
Estados não precisam pagar por seis meses dívida com a União	12,6	23/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Renegociar dívidas dos Estados com bancos públicos federais	9,6	23/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Facilitação de crédito para governos estaduais	40	23/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Limite maior para recompra pelos bancos de letras financeiras	670	23/mar	<input type="checkbox"/>
Autoriza captações por meio de depósitos a prazo com garantia especial (DPGE)	200	23/mar	<input type="checkbox"/>
Empréstimo com lastro em debêntures	91	23/mar	<input type="checkbox"/>
Flexibilização das regras das LCA (Letras do Crédito do Agronegócio)	2,2	23/mar	<input type="checkbox"/>
Linha para financiar dois meses de folha de pagamento de MPMEs	40	27/mar	<input type="checkbox"/>
Ampliação de oferta de leitos emergenciais	2	29/mar	<input type="checkbox"/>

Planos sem estimativa de valor

O que foi feito?	Quando?	Em vigor?
Suspende por 120 dias prova de vida de beneficiário do INSS	12/mar	<input type="checkbox"/>
Reduz teto de juro do consignado para aposentado	12/mar	<input type="checkbox"/>
Facilitar importação de produtos médico/hospitalares	12/mar, 16/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Facilitar desembaraço de insumos e matérias-primas importadas	16/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Desoneração temporária de IPI para bens usados combate à covid-19	16/mar	<input checked="" type="checkbox"/>
Adoção do teletrabalho (MP 927)	22/mar	<input type="checkbox"/>
Possibilidade de antecipar de férias individuais (MP 927)	22/mar	<input type="checkbox"/>
Concessão de férias coletivas (MP 927)	22/mar	<input type="checkbox"/>
Aproveitamento e a antecipação de feriados (MP 927)	22/mar	<input type="checkbox"/>
Utilização de banco de horas (MP 927)	22/mar	<input type="checkbox"/>
Adiamento do recolhimento do FGTS pelas empresas (MP 927)	22/mar	<input type="checkbox"/>
Receita suspendeu prazos para práticas de atos processuais e procedimentos administrativos	23/mar	<input type="checkbox"/>

fontes: Banco Central, BNDES e Ministério da Economia. *Previsão inicial era de R\$ 200; estimativa para o gasto é da IFI, **estimativa de técnicos do governo

O ministro disse também que, considerando a renda per capita, o auxílio de R\$ 600 aos informais no país é da mesma magnitude da ajuda dada pelos Estados Unidos a seus trabalhadores. Segundo ele, o auxílio terá impacto de R\$ 60 bilhões a R\$ 80 bilhões e será a “maior rede de proteção” da história do país. O governo tem sido criticado pela demora na implementação da medida, já aprovada pelo Congresso Nacional. Na Alemanha, o pacote chega a 12% do PIB e na Inglaterra, a 17% do PIB, números bem maiores que os do Brasil.

Guedes, que retornou a Brasília nesta semana após uma temporada no Rio de Janeiro, enumerou uma série de medidas já anunciadas pelo governo para fazer frente à crise e, sem dar detalhes sobre o formato da iniciativa, disse que a complementação salarial para trabalhadores formais “pode sair a qualquer momento”. A ação deve custar cerca de R\$ 50 bilhões, segundo informou o ministro.

Destacou ainda a importância da decretação do estado de calamidade pública, que libera o governo do cumprimento da meta fiscal para o ano, de déficit de R\$ 124,1 bilhões, e disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que permitiu a flexibilização do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dá segurança jurídica para implementação das medidas. Pontuou, no entanto, que ainda há “entraves técnicos” para a liberação de recursos e agradeceu ao Congresso por estar se articulando pela aprovação do “orçamento de guerra”, que buscará separar o orçamento de crise.

O ministro elogiou também o trabalho do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que tem “administrado os impactos sobre a saúde”, mas destacou que é “perfeitamente válido” que o presidente Jair Bolsonaro faça um apelo em relação à economia”. “Vemos uma onda que também pode ser enorme e desesperadora”, afirmou.

Mandetta tem mantido a defesa ao isolamento para combater o avanço do vírus. Segundo Guedes, será preciso encontrar um equilíbrio entre o período necessário de isolamento e “o que economia aguenta”. “Essa sensibilidade nós temos que ter, estamos acompanhando”, afirmou.

Questionado sobre a alta do desemprego no trimestre encerrado em fevereiro, Guedes minimizou a situação e enfatizou o desempenho da arrecadação antes do agravamento da crise. Segundo ele, os dados mostram que a economia brasileira “estava decolando”.

Ele afirmou que a arrecadação de fevereiro foi a segunda maior da história para o mês e que nos primeiros 15 dias de março estávamos com as receitas crescendo “20% acima do previsto”. Os dados de fevereiro, que deveriam ter sido divulgados em março, ainda não foram liberados pelo Fisco.

O ministro destacou ainda que são 40 milhões de pessoas sem carteira de trabalho no país e o Brasil “ignorou” isso nas suas estatísticas. Ele exemplificou dizendo que se você perguntar para o informal que vende bala se ele está procurando emprego, ele diz que não, ficando fora das estatísticas. Guedes rebateu a pergunta dizendo ainda que o sistema trabalhista e previdenciário é uma “arma de destruição em massa de empregos” e o país fica “analisando mudanças na margem”.

Câmara deve votar projeto de adiamento de entrega do IR

Também será examinada proposta para postergar pagamento da contribuição patronal sobre a folha

Por Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta — De Brasília

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), definiu ontem um pacote para avançar até o fim desta semana, incluindo projetos que tratam da postergação do pagamento da contribuição patronal sobre a folha de salários das empresas por 90 dias e do adiamento do prazo de declaração do imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas por conta do coronavírus. A expectativa é concluir até sexta-feira a análise da proposta de emenda constitucional (PEC) que segrega o Orçamento, conhecida como PEC do Orçamento de Guerra.

Com o plenário esvaziado e votações pela internet, a Câmara tinha conseguido aprovar, até o fechamento desta edição, apenas a proposta que proíbe a exportação de insumos usados no combate ao vírus. O texto chegou a ser alterado pelos senadores para deixar a decisão a cargo do governo, mas deputados preferiram reverter as mudanças. Também foi aprovada autorização para que Estados e municípios usem dinheiro de convênios antigos com o Ministério da Saúde para combate ao coronavírus.

Um dos projetos que deve sair do papel é o que permite o diferimento (atraso) do pagamento da contribuição patronal sobre a folha de salários das empresas por 90 dias.

Nesse período, elas não teriam que pagar os encargos sobre a folha (equivalentes a 20% dos salários). Os valores seriam quitados depois, de forma parcelada - o prazo exato não está definido, mas fala-se em 12 meses.

O líder do PV na Câmara, deputado Enrico Misasi (SP), afirmou ontem que não faz sentido adiar por causa da epidemia e depois exigir a quitação integral em uma única parcela. “Muito provavelmente o pagamento será parcelado. Não tem como pedir o cara pagar de uma vez”, disse.

Além disso, também está entre as prioridades a proposta que estabelece o adiamento do prazo de declaração do imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas por conta da crise do coronavírus. O prazo atual acaba dia 30 de abril. A expectativa é que o novo prazo seja fim de junho, mas o martelo ainda não foi batido. Até a manhã de segunda-feira apenas 25% das pessoas tinham entregue o imposto de renda. A expectativa da Receita Federal é de que 32 milhões de contribuintes declarem até o final do prazo.

A Receita Federal já decidiu adiar, esta semana, o prazo de declaração e pagamento dos tributos federais para os micro empreendedores individuais (MEI) e empresas do Simples de 31 de maio para 30 de junho, mas não modificou o imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas.

Maia pretende votar ainda nesta semana a PEC do Orçamento de Guerra para permitir gastos paralelos ao orçamento do governo, com regras mais flexíveis. Essa PEC também incluiria um novo rito para medidas provisórias durante a pandemia e uma atuação mais direta do Banco Central no mercado de capitais, sem precisar passar pelos bancos. A redação da PEC que também criará um comitê de crise para coordenar em nível nacional as medidas de combate à pandemia foi concluída ontem.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda

HAIR POWER

Déficit primário chega a R\$ 20,9 bi em fevereiro

No mesmo período do ano passado, resultado foi negativo em R\$ 14,9 bilhões

Por Alex Ribeiro e Estevão Taiar — De São Paulo e de Brasília

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O setor público consolidado fechou fevereiro com déficit primário de R\$ 20,901 bilhões, de acordo com o Banco Central. Em fevereiro de 2019 o resultado foi deficitário em R\$ 14,931 bilhões.

Os dados do setor público consolidado envolvem governo central (formado por Previdência e Tesouro, além do próprio BC), Estados, municípios e estatais. Ficam de fora da conta Petrobras, Eletrobras e bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa.

No ano, o setor público registra um superávit de R\$ 35,375 bilhões. Em 12 meses até fevereiro, por sua vez, o déficit alcançou R\$ 58,464 bilhões, o equivalente a 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Em janeiro, estava em 0,72% do PIB.

O resultado refletiu um déficit do governo central de R\$ 18,271 bilhões e um superávit de R\$ 5,429 bilhões de Estados e municípios. As estatais federais tiveram déficit de R\$ 45 milhões, as estatais estaduais tiveram superávit de R\$ 788 milhões e as estatais municipais tiveram equilíbrio (resultado zero).

A meta de resultado primário para o setor público consolidado para 2020 é déficit de R\$ 118,9 bilhões. Devido ao coronavírus, no entanto, o governo decretou estado de calamidade pública, o que permite o descumprimento da meta.

O setor público consolidado registrou déficit nominal, que inclui despesas com juros, de R\$ 49,355 bilhões em fevereiro. Um ano antes, o resultado havia sido deficitário

em R\$ 45 bilhões.

O resultado nominal do mês passado refletiu um déficit primário de R\$ 20,901 bilhões e uma conta de juros de R\$ 28,454 bilhões. No ano, o déficit nominal é de R\$ 30,235 bilhões, em comparação com R\$ 18,969 bilhões no mesmo período de 2019.

A dívida líquida do setor público não financeiro variou de R\$ 4,949 trilhões, ou 54,1% do PIB, em janeiro para R\$ 3,923 trilhões, ou 53,5% do PIB, em fevereiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Dores nas articulações? Pesquisadores descobrem algo incrível
FLEXCAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro: Falei por alto com Mandetta e determinação vai ser 'isolamento vertical'

VALOR INVESTE

Planalto aciona aliados para tentar convencer Caiado a reatar com Bolsonaro

VALOR INVESTE

Coronavírus deve fazer comércio global cair mais que crise de 2008/2009

Demora em sancionar auxílio gera tensão entre governo e Congresso

Câmara e Senado aguardam para saber se o texto será confirmado pelo Palácio do Planalto

Por Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Isadora Peron, Mariana Ribeiro, Fabio Murakawa e Rafael Bittencourt — De Brasília

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rodrigo Maia: em plenário, presidente da Câmara disse que ministro da Economia tenta transferir a responsabilidade sobre a falta de ações de sua pasta — Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

A lentidão do governo em sancionar o auxílio emergencial de R\$ 600 destinado a trabalhadores informais, autônomos, intermitentes e pessoas com deficiência opôs, mais uma vez, Legislativo e Executivo. O Congresso aguarda para saber se o texto será confirmado pelo Palácio do Planalto na forma como ele foi aprovado pelos

congressistas enquanto o presidente Jair Bolsonaro já sinaliza que pode vetar alguns dos dispositivos previstos.

“Estamos correndo atrás porque tem vetos que precisam ser analisados e justificados, não é só botar um ‘x’ não”, explicou Bolsonaro, após ser cobrado sobre a liberação da ajuda. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou ontem, entretanto, que o problema também é de “fonte de recursos” para executar o pagamento, mas disse que as “medidas aprovadas estão avançando”.

“É rito burocrático, estamos lidando com recursos públicos. Se fosse nosso, botávamos a mão no bolso e estava ali em 30 minutos. Isso mais tarde é pedalada fiscal, é impeachment”, disse. Segundo ele, o auxílio vai custar de R\$ 60 bilhões a R\$ 80 bilhões e, por isso, pediu compreensão. “Não é trivial colocar dinheiro na mão de mais de 38 milhões de pessoas”.

Apesar disso, Guedes também deu a entender que a liberação dos recursos depende de uma série de medidas, entre elas a aprovação de uma PEC pelo Congresso. “O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pode ajudar muito se ele encaminhar e aprovar em 24 horas uma PEC emergencial que regulariza isso”, explicou. Segundo ele, com isso, o dinheiro sairá “rapidamente”. Guedes também cutucou os parlamentares ao dizer que não é hora de haver cobrança entre os Poderes por um pagamento mais célere. “Há toda uma logística, dinheiro não cai do céu. A hora é de união, nós brasileiros temos que estar juntos”, complementou.

Por outro lado, o ministro procurou contemporizar. Disse que é natural haver “desencontros” entre as ações do governo e do Congresso, mas que não iria criticar os parlamentares. “Jamais usaria uma oportunidade para falar mal do Congresso”.

As de clarações não foram bem recebidas pela cúpula do Parlamento. Nos bastidores, líderes partidários avaliaram como “chantagem” a argumentação do ministro do governo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi mais enfático: afirmou, em plenário, que Guedes tenta jogar a responsabilidade sobre a falta de ações de sua Pasta nos outros. Na avaliação dele, se o pagamento dos R\$ 600 por trabalhador informal depender, de fato, de uma proposta de emenda constitucional, então Guedes “mentiu” ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao pedir liberdade para executar despesas excepcionais em razão da crise.

“Não estou aqui para transferir responsabilidade para ninguém. Estou para construir, junto com os deputados, soluções para a crise. Se ele estiver certo hoje, o governo mentiu na ação que impetrou no Supremo Tribunal Federal”, disse Maia. Do lado do Senado, os parlamentares já preparam o projeto para estender o benefício para pelo menos oito categorias de trabalhadores, além de indígenas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda

HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Bariátrica? Não! Cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

DETOX 3D

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

PSYCHICMONDAY

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro: Falei por alto com Mandetta e determinação vai ser 'isolamento vertical'

VALOR INVESTE

Planalto aciona aliados para tentar convencer Caiado a reatar com Bolsonaro

VALOR INVESTE

BTG reitera recomendação de compra das ações da Minerva

 COMENTÁRIOS

Governo quer concluir hoje trâmites para linha de financiamento à folha

Os bancos já receberam consultas de pequenas empresas que querem ter acesso à linha

Por **Talita Moreira e Flávia Furlan** — De São Paulo

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo espera concluir hoje os trâmites necessários para colocar de pé a linha de financiamento à folha de pagamento de pequenas empresas, apurou o **Valor**. O objetivo é permitir que o dinheiro já seja usado para os salários que têm de ser pagos até terça-feira, dia 7 - quinto dia útil do mês.

Para isso, é necessária a aprovação de uma medida provisória liberando o uso de recursos do Tesouro Nacional. Depois, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá aprovar a operação.

Caso a parte regulatória e a preparação do BNDES não sejam concluídas a tempo, os bancos estudam a possibilidade de lançar a linha de qualquer forma e, depois, cobrar os recursos do Tesouro, diz fonte próxima às instituições financeiras.

Conforme anunciado na sexta-feira, será criada uma linha de R\$ 20 bilhões por mês, por dois meses, para financiar o pagamento de salários por pequenas e médias empresas. Mas o governo federal pode vir a liberar mais recursos, a depender de quanto tempo durar a quarentena para conter o contágio do coronavírus e do impacto dessa situação para a economia. "O governo está preparado para financiar quatro folhas de pagamento, caso a economia não se recupere logo", afirma fonte envolvida nas discussões.

O custo da linha, com prazo de 36 meses e seis de carência para pagamento das parcelas, será de 3,75% ao ano. O Tesouro arcará com 85% do risco e os bancos, com 15%. O BNDES vai operacionalizar a modalidade e o Banco Central atuará como supervisor.

Os bancos Bradesco, Itaú Unibanco, Santander e Caixa Econômica Federal já anunciaram que vão disponibilizar a linha subsidiada para as folhas de pagamento, mas a concessão estará sujeita à análise de crédito.

Segundo o mesmo interlocutor, caso o Tesouro Nacional faça uma nova rodada de liberação de recursos para a linha, os bancos devem acompanhar, embora a questão ainda não esteja fechada. “Vai depender do tamanho do buraco”, afirma em relação à situação das pequenas empresas.

Segundo o **Valor** divulgou ontem, os bancos já receberam consultas de pequenas empresas que querem ter acesso à linha.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Você pode ir ao Bradesco só com um click
BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil
SLEEPQUIET

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
PSYCHICMONDAY

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Governos regionais terão mais limite para se endividar

Expectativa é que valor passe dos atuais R\$ 8 bilhões para cerca de R\$ 24 bilhões

Por Edna Simão — De Brasília

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo vai elevar o limite de contratação de crédito para Estados e municípios, com ou sem aval do Tesouro Nacional, para ajudar a minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus. Por enquanto, os técnicos da área econômica avaliam que o teto para empréstimos para esses entes, hoje de R\$ 8 bilhões, deve voltar ao patamar que vigorou em 2018 e 2019, ou seja, algo por volta dos R\$ 24 bilhões.

A medida faz parte do plano de R\$ 88,2 bilhões anunciado recentemente pelo presidente Jair Bolsonaro para socorrer Estados e municípios. Na ocasião, o governo informou que destinaria mais R\$ 40 bilhões para operações com facilitação de crédito, mas não forneceu detalhes.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a ampliação do limite, no entanto, depende de aprovação de projeto de lei (PLN 2/2020), que trata de ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para estabelecer normas de regulamentação do orçamento (impositivo) pelo Congresso Nacional. Além disso, o montante precisa ter o aval do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O aumento deve focar as operações de crédito com aval da União porque, do limite de R\$ 4,5 bilhões, R\$ 3,850 bilhões já foram usados. Em 2018 e 2019, o limite era de R\$ 17 bilhões e R\$ 13,5 bilhões, respectivamente. No caso das operações sem aval, no entanto, foram utilizados apenas R\$ 125,346 milhões do limite de R\$ 3,5 bilhões.

Para autorizar o empréstimo, o Tesouro considera a capacidade de pagamento do ente.

Somente em 2020, a Caixa Econômica Federal contratou R\$ 3,35 bilhões em 246 operações com 195 entes públicos. Ainda estão em estudo 324 operações de financiamento para estes clientes, que somam R\$ 5,16 bilhões, sendo várias delas sem necessidade de aval da União.

“No momento, não há espaço dentro do limite de endividamento para entes públicos estipulado para este ano, contudo, há expectativa que o Conselho Monetário Nacional [CMN] faça nova definição sobre o tema, o que poderá viabilizar contratações com outras garantias [sem aval da União]”, informou a Caixa.

Segundo o banco, a carteira ativa da instituição (todas as operações contratadas a entes públicos não liquidadas), em 26 de março de 2020, conta com 2.830 operações, com montante total na ordem de R\$ 76 bilhões. Dessas operações, 2.668 somam R\$ 54,6 bilhões com garantias diversas e o restante, 162 operações, tem um total de R\$ 21,4 bilhões, que são operações com aval da União.

No ano passado, no entanto, houve forte restrição do governo na liberação das operações de crédito a Estados e municípios, com ou sem aval do Tesouro, para impedir o aumento de endividamento dos entes em um momento de dificuldade financeira. No ano passado, o Tesouro desembolsou R\$ 8,35 bilhões para honrar dívidas não pagas por cinco Estados e dois municípios, o maior valor da série histórica, que representou crescimento de 73,2% em relação ao total do ano anterior (R\$ 4,82 bilhões).

Em 2019, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, que prevê o fim do empréstimo com garantia da União em 2026. O Tesouro só poderá então dar garantia a crédito contraído por governos regionais com organismos internacionais.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Tônico contra calvície que reativa células-tronco vira febre em Salvador

Hesitação mostra regras descalibradas para crise

Guedes vincula pagamento do benefício extraordinário de R\$ 600 a encontrar fontes orçamentárias

Por **Fabio Graner** — De Brasília

01/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou ontem que, mesmo com decretação de calamidade e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) eliminando algumas exigências fiscais, as ações dele e sua equipe ainda estão sob o temor de futura responsabilização por descumprimento de regras fiscais. Guedes vinculou o pagamento do benefício extraordinário de R\$ 600 a encontrar fontes orçamentárias e pediu a aprovação da PEC Emergencial para agilizar isso.

Um interlocutor do governo explicou que a menção do ministro a esse dispositivo é porque ele retiraria a obrigação de se cumprir a “regra de ouro” das contas públicas, que proíbe o país de se endividar para fazer gastos correntes, e desvincularia fontes de recursos para o pagamento de despesas. Isso porque a edição de créditos extraordinários, ainda que dribles o teto de gastos, não liberaria de outras obrigações, na visão de pelo menos uma parte da equipe econômica. Na prática, isso deve constar da PEC do “Orçamento de Guerra”, que está sendo desenhada entre governo e Congresso.

Nesse quadro, a postura titubeante de Guedes indica que as regras fiscais brasileiras não estão adequadamente desenhadas para fazer frente a uma emergência como a atual. Em especial em um país com a memória ainda fresca de um impedimento de uma presidente da República por questões fiscais.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, no entanto, aponta que o problema não estaria nas regras fiscais. “É falta de saber como usar”, disse. No seu entendimento, o decreto de calamidade pública, ao permitir que não se cumpra a meta fiscal, na prática já coloca o endividamento como fonte para as despesas feitas nesse período.

Ele também defende que o governo explicita o quanto precisará para agir e reforça a necessidade de se garantir a transparência da ação governamental na crise.

Salto lembra que o governo ainda dispõe do instrumento de edição de créditos extraordinários para não ter que cumprir o teto de gastos e garantir a inclusão dessa despesa no orçamento. “Não precisa de nenhuma mudança legislativa. A fonte orçamentária é dívida. É preciso deixar de lado o liberalismo. Agora é melhor ter atuação eficiente do Estado”.

Outros analistas apontam que bastaria ao governo pedir ao Congresso para descumprir a regra de ouro, o que poderia já ter ocorrido há um mês, e executar a despesa.

Seja qual for a razão, a demora custa caro para quem mais está precisando do dinheiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevadas pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Mulher posta selfie online — logo após, a polícia bate em sua porta
DAILY MOTIVATION

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

Investimento público em 2019 não repôs depreciação

Aplicação líquida foi negativa de 0,4% do PIB

Por **Fabio Graner** — De Brasília

01/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

União, Estados e Municípios investiram em 2019 menos do que o necessário para ao menos repor a depreciação dos seus ativos. De acordo com números do Tesouro Nacional divulgados hoje, além de o investimento público do conjunto dos governos ter caído 3,2% no ano passado, na comparação com 2018, houve aumento no “consumo de capital fixo” de 3,9%.

Dessa forma, o Brasil teve um investimento líquido negativo de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), o pior resultado da série iniciada em 2010 e só repetido em 2017. Em valores nominais, o saldo negativo foi de R\$ 28,9 bilhões no ano passado.

Investimentos são gastos que geram ativos que podem ter algum retorno futuro. É o caso da construção de estradas ou de hospitais, que hoje são tão necessário para o combate à crise do coronavírus e cuja carência de oferta de leitos e respiradores tem exigido um enorme esforço dos governo para que sejam supridas.

Das três esferas de governo, apenas o conjunto das prefeituras teve um volume de investimentos superior à depreciação de ativos existente, em R\$ 4,7 bilhões. No governo federal, o saldo negativo foi de R\$ 20,1 bilhões, e nos Estados, de R\$ 13,4 bilhões.

Além da depreciação dos ativos, houve venda de capital fixo no governo geral, no total de R\$ 9,9 bilhões, o que aumenta o saldo líquido negativo dos investimentos. Mesmo sem isso, o volume de investimentos ficaria abaixo do necessário para pelo menos manter o capital.

O resultado do ano passado só não foi pior porque no quarto trimestre houve crescimento dos investimentos. Nesse período, houve reforço do caixa da União, Estados e Municípios por conta do leilão das áreas da cessão onerosa do pré-sal.

Sem considerar vendas de ativos, o governo federal conseguiu cobrir a perda de valor de seu capital fixo existente. Estados e Municípios, entretanto, tiveram um desempenho bem melhor do que a União.

Com a crise fiscal iniciada em 2015, o Brasil tem tido um desempenho cada vez pior nos investimentos públicos. O saldo líquido que até aquele ano vinha sendo positivo, a partir de 2016 passou a ficar sempre no terreno negativo, basicamente por conta da queda no volume bruto de investimentos das três esferas de governo.

Além de decisões de política econômica que privilegiam a redução do Estado e investimentos privados, o recuo nessa rubrica de despesa está relacionada à elevada rigidez orçamentária. Com grande volume de despesas obrigatórias, o espaço para ajuste nas contas públicas é basicamente nesse tipo de gasto.

Nesse momento, diante da crise gerada pelo coronavírus, esse tema da excessiva rigidez do orçamento perdeu espaço na discussão econômica. Mas, nas diversas manifestações de autoridades do governo federal, como o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, esse problema continua sendo levantado.

A leitura é que, após essa fase aguda de reação, a discussão para se reformar o gasto público, reduzindo despesas como pessoal para abrir espaço a investimentos, será retomada.

Justiça adia pagamento de ICMS e parcelamento

Empresas recorrem ao Judiciário enquanto Estados não definem tema

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Os secretários de Fazenda dos Estados decidiram que, durante o período de enfrentamento à pandemia, não deverão adotar, isoladamente, medidas relacionadas ao ICMS. No Estado de São Paulo, enquanto a questão não é definida, empresas paralisadas ou com atividades reduzidas pela quarentena, imposta pelo Decreto nº 64.881, decidiram recorrer ao Judiciário.

A primeira liminar que se tem notícia beneficia a Vedatem Vedações. A decisão é da juíza Alexandra Fuchs de Araújo, da 6ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo. Ela suspendeu tanto o prazo do ICMS como o de pagamento de parcelamento até 1º de maio (processo nº 1016209-67.2020.8.26.0053).

“O mais crítico no atual momento é que, mesmo querendo exercer suas atividades, a autora não poderá, não por conta exclusiva da quarentena determinada pelo governo. O fato é que o mundo vive um momento de paralisação e nenhum esforço individual da empresa seria capaz de superar os obstáculos impostos”, diz a juíza na decisão

Segundo Artur Ricardo Ract, sócio do escritório Ract & Gueogjian Advogados, que representa a Vedatem no mandado de segurança, a própria empresa questionou por que apenas as optantes do Simples Nacional teriam o benefício. A Resolução nº 152 do Ministério da Economia suspendeu os tributos federais para tais empresas. “Além da calamidade pública no Estado, alegamos ofensa ao princípio da equidade. Nossa cliente é tributada pelo lucro presumido”, afirma.

No processo, Ract também argumenta que, na esfera federal, a Portaria nº 12, de 2012, do então Ministério da Fazenda, garante a suspensão. “Mas, apesar de não haver norma estadual no mesmo sentido, a Constituição Federal garante o direito à livre iniciativa e ao trabalho digno para todos.”

Na semana passada, várias empresas obtiveram liminares para postergar por três meses o pagamento de tributos federais, com base na Portaria nº 12.

Para o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno e Castro Tax Lawyers, no caso da Vedatem, pesou mais para a juíza o desafio para uma empresa com apenas sete funcionários manter as atividades. “Mas a argumentação dela de que o mundo todo vive um momento de paralisação, que caracteriza uma situação de força maior, vale para empresas de qualquer porte”, afirma.

Com milhares de associados, de todos os portes, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp) entraram com mandado de segurança para pedir a prorrogação dos parcelamentos e tributos estaduais, especialmente o ICMS, relativos a operações de março a junho, por 180 dias a contar da data de cada vencimento, sem que sejam aplicadas multas.

De acordo com Helcio Honda, diretor jurídico da Fiesp, os principais argumentos apresentados foram a instituição da quarentena pelo governo estadual e a concessão ao Estado de liminar, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que desobriga o governo de São Paulo de pagar as parcelas da dívida com a União Federal.

“Diferentemente do Estado, as empresas não têm como se financiar para pagar suas contas. Os bancos privados estão temerosos em conceder crédito e, ainda que se recorra a bancos públicos, por melhor que seja o financiamento, este necessariamente será mais oneroso às empresas do que a postergação do recolhimento dos tributos”, argumenta.

Por meio de nota, a Secretaria da Fazenda de São Paulo afirma que as medidas a serem tomadas pelos Estados estão sendo devidamente analisadas pelo Comitê Econômico Extraordinário criado pelo governo federal. Mas já há decretos de outros Estados que suspendem a cobrança de ICMS ou o pagamento de parcelamento.

Com base no Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) nº 181, de 2017, ao menos o Estado do Paraná (nº 4.386) editou, no fim de março, norma para adiar o prazo do ICMS por três meses. O convênio autoriza os 13 Estados signatários - entre eles, São Paulo - a adiar os prazos, sem risco da medida ser inconstitucional.

Douglas Campanini, Athros Auditoria e Consultoria, lembra que a norma do Confaz foi editada para evitar perdas com a guerra fiscal. “E ao contrário da Portaria nº 12, o convênio só autoriza os Estados a adiar os prazos. É necessário que cada Estado edite sua própria norma”, diz.

Para Eduardo Salusse, do Salusse Marangoni Advogados, o Convênio nº 181 está em linha com a Portaria nº 12, mas São Paulo teria que editar um decreto. “Enquanto isso não ocorre, entramos em juízo para uma indústria de autopeças poder suspender o pagamento dos parcelamentos por três meses, sem exclusão do programa nem cobrança dos benefícios concedidos”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Está com dificuldade de ler na quarentena? Conheça o 12min!
12MIN - AUDIOBOOKS

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
PSYCHICMONDAY

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro: Falei por alto com Mandetta e determinação vai ser 'isolamento vertical'

VALOR INVESTE

Planalto aciona aliados para tentar convencer Caiado a reatar com Bolsonaro

Plano Mansueto dá suporte para calamidade

Votação está marcada para sexta-feira, mas proposta enfrenta resistências de alguns partidos

Por Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta — De Brasília

01/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O relator do Plano Mansueto, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), apresentou ontem seu parecer aos líderes partidários da Câmara com diversos dispositivos que dão suporte legal a medidas anunciadas pelo governo em reação à crise do coronavírus, mudanças nas regras do plano para atender a todos os Estados e a exigência de que os gastos com inativos sejam contabilizados como despesa de pessoal e que os governos se enquadrem em até 10 anos.

O parecer foi entregue aos deputados para análise, após meses de debates com governadores, técnicos do Ministério da Economia e parlamentares. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que pretende pautar o texto para votação na sexta-feira, mas que já há partidos se manifestando contra alguns dispositivos.

Parte dos líderes, contudo, considera que esse projeto será transitório porque a pandemia do novo coronavírus provocará um abalo grande nas contas dos governos estaduais e prefeituras. Seria necessário, portanto, analisar a real situação das contas após o fim da crise e provavelmente ajustes no plano.

Pedro Paulo fez modificações no projeto para dar suporte as ações contra o vírus, detalhando o que pode ser feito durante o período de calamidade pública. Retira travas para o governo federal e, no caso dos Estados e municípios, a calamidade dispensa limites e condições para operações de crédito, concessão de garantias e recebimento de transferências voluntárias.

O relatório também permite suspender, durante 2020, o pagamento de operações de crédito interno e externo celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal celebrarão os aditamentos para suspensão das dívidas dos entes, incorporando os pagamentos suspensos no período aos saldos devedores.

O relator ainda incluiu no seu parecer alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para que os Estados precisem contabilizar os gastos com inativos como despesas de pessoal. Esse tipo de despesa é limitada a até 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados. Ao não incluírem os aposentados nessa conta, os governos locais abriram espaço para gastos maiores com os salários dos funcionários da ativa. Pelo texto, os governadores terão até dez anos para se enquadrarem na nova norma.

O parecer também alterou as regras para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que permite aos Estados em pior situação financeira não pagar a dívida com a União por até seis anos, para autorizar que mais governadores entrem no programa. A medida é vista como necessária para Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás participarem.

Hoje os Estados só podem aderir quando atingirem três requisitos, o que, na prática, só permitiu que o Rio de Janeiro entrasse. Pelo projeto, serão apenas dois: a receita corrente líquida (RCL) do ente ser menor que a dívida consolidada; e as despesas correntes serem superiores a 95% da RCL ou os gastos com pessoal representarem mais de 60% da RCL.

O parlamentar modificou o RRF para que Estados que aderirem possam continuar recebendo transferência voluntárias do governo federal, como convênios, e que o regime especial tenha validade de até dez anos. Nesse período, o Estado não pagará a dívida com a União nem as dívidas garantidas pelo Tesouro, mas a suspensão cairá 10% ao ano até o fim do regime.

O relator também fez alterações no chamado Plano Mansueto, uma referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, que permite aos Estados contrair novos empréstimos. O Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) exigirá o cumprimento

de três de sete compromissos, como venda de empresas estatais, adoção das regras de previdência federais para os servidores estaduais, leilões para pagamento de precatórios e proibição de que as despesas correntes subam acima da inflação (IPCA).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Cabelo pode crescer nas entradas: Anvisa libera tônico para calvície e queda
HAIR POWER

LINK PATROCINADO

Você pode ir ao Bradesco só com um click
BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

LINK PATROCINADO

Anti ronco simples e barato chega ao Brasil
SLEEPQUIET

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora
WTFACTS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Coronavírus deve fazer comércio global cair mais que crise de 2008/2009

VALOR INVESTE

Planalto aciona aliados para tentar convencer Caiado a reatar com Bolsonaro

VALOR INVESTE

Bolsonaro: Falei por alto com Mandetta e determinação vai ser 'isolamento vertical'

 COMENTÁRIOS

Projeto dá a estados mais fôlego contra pandemia

Pelo chamado Plano Mansueto, governos locais terão suspensos os pagamentos ao sistema financeiro e a instituições multilaterais. Recursos terão de ser usados no combate aos impactos do coronavírus

O Globo · 1 abril 2020 · MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO Colaborou Cássia Almeida

Estados e municípios devem ter autorização para suspender, este ano, o pagamento de empréstimos feitos junto ao sistema financeiro e a instituições multilaterais, como forma de aumentar os recursos destinados ao combate à pandemia de coronavírus. Também será suspenso o pagamento das dívidas junto à União em 2020, sem punição aos governos regionais.



As medidas constam em um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, cujo texto já foi concluído pelo relator, o deputado Pedro Paulo (DEMRJ). O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEMRJ), quer votar o projeto entre sexta e segunda-feira.

O GLOBO obteve a íntegra da proposta, que vem sendo chamada de Plano Mansueto — referência ao secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

O Plano Mansueto foi adaptado para adotar medidas emergenciais de apoio aos estados e municípios, por conta da crise causada pelo coronavírus e da necessidade de aumentar os recursos para os governos regionais. O governo concorda com as alterações feitas pelo relator.

A suspensão dos pagamentos dos empréstimos este ano é uma demanda de governadores e prefeitos, que querem destinar os recursos para ações de combate à Covid-19.

Com a suspensão dos pagamentos ao sistema financeiro, o governo federal irá pagar os empréstimos ao longo de 2020 e, depois, cobrar esses valores dos estados. No caso da dívida da União, será feita a rolagem dos débitos de estados e municípios, que voltarão a ser pagos em 2021.

Dez estados, como São Paulo e Pará, já conseguiram no Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão do pagamento de dívidas. Mas o Ministério da Economia quer unificar as regras para todas as unidades da federação e também para as capitais.

EMPRÉSTIMO DE R\$ 40 BI

A suspensão do pagamento é retroativa a 1º de março. Os valores não pagos deverão ser aplicados preferencialmente e mações voltadas a mitigar os impactos da pandemia da Covid-19, na saúde, na assistência social, no emprego, na atividade econômica e na arrecadação. O projeto também demonstra redar publicidade à aplicação dos recursos, determina o projeto de lei. O projeto também permite aos estados terem acesso a R\$ 40 bilhões em empréstimos garantidos pelo Tesouro. Esse valor será pago em parcelas, em um prazo de quatro anos. É importante que os estados tenham acesso a empréstimos com garantia federal, porque os juros são menores e a transferência do recurso, mais fácil.

Hoje, apenas estados com nota “A” e “B” —de uma classificação feita pelo Ministério da Economia que também inclui estados e municípios com notas “C” e “D”—podem acessar esses empréstimos.

O Plano Mansueto permite a estados com nota “C” acesso aos empréstimos em troca de três medidas ajuste fiscal, entre sete ações colocadas na lei

— como privatizações, redução de gastos com pessoal e redução de subsídios.

O secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, afirmou ontem, em uma live com executivos do setor financeiro, que o pacote de ajuda lançado pelo governo federal na semana passada no valor de R\$ 88 bilhões para os estados não vai beneficiar o Rio.

— Esse pacote está dividido em várias modalidades, uma delas é a postergação de pagamento de dívida e abertura para novas operações de crédito. São medidas importantes, mas não nos atendem —disse Carvalho, lembrando que o estado está no Regime de Recuperação Fiscal desde 2017.

Ele assegurou que o cronograma para privatização da Cedae continua de pé:

— Em agosto, teremos o lançamento do edital de concessão de água, no valor de R\$ 11 bilhões. A concessão só não vai acontecer se o mercado estiver muito ruim com a pandemia.

Informal fora de programa social será último a receber R\$ 600

No melhor cenário, voucher começaria a ser pago dia 10

O Globo · 1 abril 2020 · GERALDA DOCA, MARCELLO CORRÊA, BRUNO GÓES, AMANDA ALMEIDA, LEO BRANCO E CÁSSIA ALMEIDA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO (Colaborou Manoel Ventura)

O trabalhador informal que não recebe nenhum tipo de assistência social, considerado o mais vulnerável à crise, será o último a receber o auxílio de R\$ 600, o “coronavoucher”. O governo, que previa começar a pagar a beneficiários do Bolsa Família dia 16, tenta antecipar a data para o dia 10.



A ajuda do governo para que trabalhadores sem carteira atravessassem a crise do coronavírus chegará mais tarde aos que hoje não recebem nenhum tipo de assistência social. Informais que não estão no chamado Cadastro Único (CadÚnico) devem começar a receber o auxílio de R\$ 600 somente após a segunda quinzena de abril. Embora seja considerado o grupo mais vulnerável, essa parcelada população terá dificuldade em pôr as mãos no dinheiro, por estar fora dos bancos de dados.

Ontem, em entrevista ao Jornal Hoje, o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, disse que o cronograma de pagamento do benefício começará no dia 16 de abril, data de pagamento das famílias que hoje recebem o Bolsa Família, que poderão optar pelo valor mais vantajoso. Mais tarde, ao Jornal Nacional, disse que o pagamento destes beneficiários poderia ser antecipado e que uma expectativa otimista seria o dia 10 de abril.

Na sequência, o governo pagará os trabalhadores informais do CadÚnico, que agrega todos os beneficiários de programas sociais do país. Depois, será a vez de microempreendedores individuais (MEI) e trabalhadores autônomos, que contribuem para o INSS. Por fim, informais fora do CadÚnico serão beneficiados.

Segundo fontes, informais fora do cadastro só vão receber o dinheiro depois que o Ministério da Cidadania validar a auto declaração de renda que o interessado terá que fazer.

O auxílio emergencial aos informais foi aprovado segunda-feira pelo Congresso. Até ontem, o projeto aguardava sanção pelo presidente Jair Bolsonaro. A proposta foi apresentada pelo governo há duas semanas, inicialmente como um vale de R\$ 200, e modificada no Legislativo. Desde o início da crise, o governo tem sido pressionado por demorar para implantar medidas para a população mais vulnerável. Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou agilidade.

— Se é um apoio emergencial, 16 de abril não parece tão emergencial para os brasileiros que estão precisando dos recursos —disse Maia.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se queixou da pressão para que as medidas sejam liberadas rapidamente. Segundo Guedes, o governo enfrentava até ontem um problema para indicar as fontes de recursos necessárias para pagar o auxílio, que terá impacto de cerca de R\$ 80 bilhões. Ele afirmou que será necessário aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para viabilizar o processo.

—Estamos com um problema técnico que chama-se “fontes”. E o presidente Rodrigo Maia pode nos ajudar muito, se ele encaminhar e aprovar em 24 horas uma PEC emergencial que regularize isso, o dinheiro pode sair rapidíssimo —disse o ministro.

Fontes da equipe econômica dizem, porém, que não é necessária PEC para liberar o pagamento. Guedes disse que o trâmite para liberar o recurso é burocrático e que não é “trivial” criar um novo programa assistencial do zero.

— Eu pediria que houvesse um pouco de compreensão. Por um lado, há essa urgência para que chegue logo. Não é trivial colocar dinheiro na mão de 38 milhões de pessoas, onde 70% não estão registrados —afirmou.

A medida pode ainda ser alvo de vetos, disse Bolsonaro. Guedes disse que o governo buscava retirar “jabutis”, propostas que não fazem parte do projeto original. A área técnica quer vetar o trecho que eleva o limite de renda familiar

per capita para fins de concessão do BPC de um quarto do salário mínimo (R\$ 261,25) para meio salário mínimo (R\$ 522,50) a partir de 2021.

— Tem vetos que precisam ser analisados. Vou sancionar o mais rápido possível —afirmou o presidente.

‘TEMPO DEMAIS’

Diante da indefinição, o Senado adiou a votação do que ficou conhecido como “pacotão social”, que ampliaria o total de brasileiros com direito ao auxílio emergencial. O texto seria apreciado na sessão de ontem.

Para Athayde Motta, membro da diretoria executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong), aguardar até o fim de abril é “tempo demais” para autônomos sem renda há duas semanas. Ele sugere que o governo busque dados com aplicativos de transporte, como Uber, entre outras fontes:

—É hora de analisar dados que o governo já teme buscar outros bancos rápidos de acesso para garantir a transferência de renda no menor prazo possível.

Para Rudi Rocha, diretor de pesquisas do Instituto de Estudos de Políticas de Saúde, há urgência em fazer o dinheiro chegar aos informais:

—As pessoas sairiam às ruas para tentar ter alguma renda. Poderemos ver uma escalada da crise sanitária.

Guedes diz que medidas contra coronavírus chegam a 2,6% do PIB

Segundo ministro, valor liberado é o maior entre países da América Latina

O Globo · 1 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA E ELIANE OLIVEIRA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO (Colaborou Pedro Capetti)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que as medidas tomadas pelo governo para reduzir os efeitos da crise do coronavírus já equivalem a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Durante entrevista coletiva concedida à imprensa no Palácio do Planalto, Guedes listou ações já anunciadas até agora e afirmou que outras medidas devem ser lançadas nos próximos dias, como um total de R\$ 150 bilhões em postergação no pagamento de impostos. Apesar do prazo de ao menos dez dias para início do pagamento do auxílio de R\$ 600 aos informais, o ministro disse que a ordem do presidente Jair Bolsonaro é que nenhum brasileiro fique para trás.



— Nós já chegamos a 2,6% do PIB neste Orçamento de Guerra, que eu chamo de medidas emergenciais. Já tínhamos um déficit estrutural de 2,6%, estamos em 5,2% global e vamos subir. Vamos continuar a subir, porque a instrução do presidente foi não deixar nenhum brasileiro para trás.

Apesar da comemoração do ministro, o volume de recursos públicos anunciado ainda é modesto em comparação ao que outros países estão investindo.

GASTO MAIOR CONTRA A CRISE

Dados levantados pelo pesquisador Manoel Pires, do Observatório de Política Fiscal do Ibre, da Fundação Getúlio Vargas, apontam que, até a semana passada, os Estados Unidos haviam gasto 5,4% do seu PIB em medidas para mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise do coronavírus, a Alemanha, 6%; e a Espanha, 8,5%.

Ainda segundo o ministro, o montante liberado pelo país é maior, proporcionalmente, que o de outros países da América Latina. Ele disse ainda que o auxílio aos informais de R\$ 600 no Brasil é equivalente aos US\$ 1.200 concedidos pelo governo dos EUA:

—Estamos gastando bem mais do que qualquer país da América Latina. Do ponto de vista de apoio que estamos dando com essa renda básica de R\$ 600, comparada à nossa renda per capita, é igual à ajuda que os americanos estão dando, de US\$ 1.200.

Para evitar problemas no abastecimento de alimentos e bebidas no país durante a pandemia do coronavírus, o Ministério da Agricultura montou um comitê de crise para monitorar e propor estratégias. Uma das suas funções será projetar cenários e elaborar propostas sobre impactos que poderão ocorrer nos sistemas produtivos, nos mercados e na demanda.

Supermercados e redes de distribuição, casas agropecuárias, redes de transportes, varejões e feiras estão entre os segmentos que serão acompanhados pelo comitê de crise. Também se destacam distribuidores de produtos químicos e de nutrição animal. Em alguns casos, como na indústria de alimentos, o monitoramento será realizado em parceria com associações.

‘PRIORIDADE É SUSTENTAR OPERAÇÕES E EMPREGOS’

O Globo · 1 abril 2020 · home office,

Acrise provocada pela pandemia do coronavírus levou a uma queda de até 63% nas vendas de gasolina da Ipiranga, uma das maiores distribuidoras de combustíveis do país, em apenas uma semana. O presidente da companhia, Marcelo Araújo, disse que o momento é de “gestão de crise” para sustentar as operações.



Investimentos foram adiados, e a empresa concedeu prazo maior para o pagamento de obrigações dos 7.200 postos. Para ajudar os funcionários a se adaptarem ao modelo de a companhia contratou psicólogos.

A pandemia já afetou a venda de combustível?

Na semana passada, as vendas de gasolina e álcool caíram 63% em relação à média esperada para a semana de março, com a redução da circulação dos automóveis. O diesel caiu menos, cerca de 33%. O impacto nas vendas é diferente, pois estamos vendendo mais soja e estamos começando a vender açúcar. Por isso, o diesel está tendo menos impacto. Por outro lado, houve queda muito grande de transporte urbano, que chegou a cair 70% em algumas cidades. É cedo ainda para saber se os números vão se estabilizar nesse patamar. Nessa primeira semana, houve ajuste de estoques. Essa crise vai ter impacto muito grande no nosso resultado. Vamos administrando semana a semana, mês a mês, até termos um horizonte mais claro. Estamos fazendo gestão de crise no momento.

Os postos estão pedindo ajuda financeira?

Temos 7.200 postos em todos os estados e 2.300 lojas de conveniência. Pegamos os principais compromissos que tinham conosco, como financiamento, locação e royalties, e parcelamos para depois de junho e julho. Foi uma primeira ajuda para dar fôlego a eles. Vamos ajudar na coordenação para que possam mais rapidamente usufruir das medidas que o governo anunciou, acessando o crédito financeiro.

As ações do governo até agora são suficientes?

Vai depender muito do tempo que durar a crise. Talvez para um primeiro momento as medidas foram boas. Mas, agora, a preocupação é operacionalizar essas medidas. É como viabilizar as questões trabalhistas entre pequenos e médios empresários e fazer chegar essas linhas até os postos. Tem uma corrida contra o tempo. Se chegar tarde demais, o empresário não consegue sustentar seus compromissos. Hoje todos os nossos postos estão operando.

A Petrobras vem anunciando reduções dos preços do combustível nas refinarias, mas essa queda não chega às bombas. O que está acontecendo?

A nossa percepção é que isso é natural. A cadeia é muito longa. O mesmo acontece quando o preço nas refinarias sobe, mas não há repasse imediato. O que houve foi uma aceleração muito grande na queda dos preços nas últimas duas semanas exatamente quando o volume caiu muito. A maioria dos postos ainda está com os estoques dos preços antigos. Mas já estamos vendo os preços caindo. E, naturalmente, se os preços internacionais se mantiverem baixos, isso vai chegar ao consumidor.

Já mudaram o cronograma de investimentos?

Postergamos investimentos e despesas que não eram essenciais. O negócio de combustíveis trabalha com margens muito apertadas e uma queda de 30% a 50% inviabiliza os negócios a médio prazo. Por isso, há a necessidade de adiar alguns projetos, como abrir novo posto ou iniciar obra de construção de terminal. Estamos adiando por pelo menos três meses novos investimentos. Nesse momento a prioridade é sustentar as operações existentes e os empregos. Não temos plano de alterar o quadro de pessoal.

Que mudanças fizeram por causa do home office?

Temos 2.750 funcionários. Colocamos 90% em home office em uma semana. Antes da crise, se você me perguntasse se seria possível fazer isso, eu diria que seria impossível. E fizemos isso sem ruptura na produtividade. Estamos alugando equipamentos e aumentando a capacidade de conexão. Funcionou perfeitamente. Fazemos pesquisas diárias com protocolo de check-in e check-out para manter as pessoas ativas e engajadas. Uma coisa muito importante foi a contratação de apoio psicológico para os colaboradores que estão com dificuldade de se adaptar a esse novo momento. É um novo modo de trabalhar e é para enfrentar esses tempos.

Empresas fora do Simples vão ter que pagar 30% do salário do empregado em suspensão de contrato

Além dos 30% do salário pago pela empresa, o governo pagará uma compensação equivalente a 70% do seguro-desemprego a que ele teria direito

Idiana Tomazelli e Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

31 de março de 2020 | 13h31

BRASÍLIA - Empresas de médio e grande porte, que não recolhem tributos pelo **Simples Nacional**, terão de pagar 30% do salário do trabalhador para poder suspender contratos por até dois meses durante a crise do **novo coronavírus**, segundo apurou o **Estadão/Broadcast**.

Além dos 30% do salário pago pela empresa, o governo pagará uma compensação equivalente a 70% do **seguro-desemprego** a que ele teria direito. O seguro é calculado com base no salário e pode variar entre R\$ 1.045 e R\$ 1.813,03 – é sobre essa parcela que incidirão os 70%.

A exigência da compensação será feita de empresas com receita bruta anual acima de R\$ 4,8 milhões, que recolhem tributos pelos regimes de lucro presumido ou lucro real. A medida vem depois da polêmica gerada por uma primeira Medida Provisória que dava margem para a suspensão de contratos sem qualquer compensação ao trabalhador.

No caso das micro e pequenas empresas, que fazem parte do Simples Nacional, a compensação por parte do empregador será voluntária. A companhia poderá suspender o contrato por até dois meses, mas não é obrigada a pagar 30% do salário – será uma negociação opcional entre empresa e empregado.

Nessas situações, o governo pagará 100% do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito em caso de demissão.

As medidas estão sendo desenhadas de forma a garantir que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo (R\$ 1.045).

A avaliação no governo é que, mesmo que a compensação não seja obrigatória nas empresas do Simples, as companhias devem oferecer algum tipo de vantagem para que o trabalhador aceite a suspensão de contrato. A alternativa de demissão geraria custos adicionais ao empregador, que precisaria pagar verbas rescisórias e a multa de 40% sobre o saldo do FGTS, num momento em que as companhias já estão sem caixa.

As empresas também poderão optar pela redução de jornada e salários. Como antecipou o Estadão/Broadcast, o corte poderá ser de 25%, 50% ou até 70%. As empresas de médio e grande porte sempre terão de pagar a compensação de ao menos 30% do salário.

As ajudas compensatórias pagas pelas empresas, tanto obrigatórias quanto voluntárias, na redução de jornada ou na suspensão contratual, não terão natureza salarial.

Isso significa que o valor será isento de cobranças de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e não integrará a base de cálculo da

contribuição previdenciária ou de outros tributos sobre a folha. As empresas também serão dispensadas de recolher Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre o valor e poderão descontá-lo do lucro líquido para fins de apuração do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Vendas de itens de moda e esportivos devem cair até 25% em 2020, prevê BCG

Cristiane Barbieri

01 de abril de 2020 | 04h28

As vendas de artigos de moda e itens esportivos em 2020 deve sofrer queda na ordem de 20% a 25% devido aos impactos da pandemia de coronavírus, de acordo com estimativa do Boston Consulting Group (BCG). A queda no consumo, provocada pela mudança de comportamento do consumidor, deve resultar em perdas potenciais de até R\$ 1,9 trilhão para o setor em todo o mundo. A projeção da consultoria foi traçada com base em entrevistas com executivos de marcas globais de moda e artigos esportivos.

Ajuda, mas não resolve. A pesquisa apontou também que há uma oportunidade de aumentar o faturamento nas vendas online em pelo menos 10%, embora esse crescimento compense apenas em parte as perdas registradas pelas lojas físicas. Como consequência, o lucro operacional (medido pelo Ebitda – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) das empresas do setor deve despencar em torno de 35% a 40% em 2020, estimou a consultoria.